



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

ANTONIO JOSÉ QUEIROZ DE MELLO

**ESCOLA MUNICIPAL DE PITUAÇU: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS
TRANSFORMAÇÕES A PARTIR DA ESCOLA PÚBLICA**

Salvador
2017

ANTONIO JOSÉ QUEIROZ DE MELLO

**ESCOLA MUNICIPAL DE PITUAÇU: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS
TRANSFORMAÇÕES A PARTIR DA ESCOLA PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano - PPDRU, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador - UNIFACS, Laureate International Universities como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. João Apolinário da Silva.

Salvador
2017

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities)

Mello, Antonio José Queiroz de

Escola Municipal de Pituaçu: um estudo de caso sobre as transformações a partir da escola pública. / Antonio José Queiroz de Mello. – Salvador: Unifacs, 2017.

132 f.: il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano - PPDRU da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. João Apolinário da Silva.

1. Escola pública. 2. Ensino Fundamental. 3. Políticas públicas. I. Silva, João Apolinário da, orient. II. Título.

CDD: 371.01

ANTONIO JOSÉ QUEIROZ DE MELLO

ESCOLA MUNICIPAL DE PITUAÇU: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS
TRANSFORMAÇÕES A PARTIR DA ESCOLA PÚBLICA

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador – UNIFACS, pela seguinte banca examinadora:

João Apolinário da Silva - Orientador _____
Pós-Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade Salvador – UNIFACS, Laureate International Universities

Edivaldo Machado Boaventura _____
Ph. D. em Administração Educacional pela The Pennsylvania State University (Penn State), USA.
Universidade Salvador – UNIFACS, Laureate International Universities

Mary Valda Souza Sales _____
Doutora em Educação, pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Salvador, 28 de abril de 2017.

Aos meus pais, Albenir e José Mello, pelo
dom divino da vida.

À minha esposa, Renata, pelo Amor, pela
força e pelo companheirismo.

A Pedro, meu filho, pela eterna
inspiração.

AGRADECIMENTOS

Esta metalinguagem sempre fez parte da mim, desde que me entendo por gente: sempre agradei muito a Deus por ser uma pessoa grata. Aprendi ao longo da vida que ao contrário da ingratidão, a gratidão satisfaz tanto a quem a recebe, quanto a quem está grato. A gratidão faz parte de um ciclo vital e do “circulo” no qual muitas vezes a vida nos insere. Como qualquer ser humano, óbvio que me sinto muito feliz também por receber a gratidão das pessoas. Porém, apesar disso, a vida me ensinou a não me decepcionar mais com quem porventura venha a ser ingrato comigo. Até aos ingratos eu agradeço por me ensinarem a ser tolerante. Mas essa introdução foi apenas uma catarse para me inspirar a ser ainda mais grato com quem participou positivamente da minha trajetória.

Obrigado, Professor Edivaldo Boaventura! As sutilezas da sua sabedoria abrem caminho para uma forma ímpar de aproximação com os seus alunos, que desperta o que de melhor se pode obter através da educação. A paixão que eu já tinha pelo complexo processo de ensinar e aprender só aumentou depois do seu exemplo.

Ao professor Costa Gomes minha eterna gratidão pela paciência, pela amizade, pelas reflexões e por compartilhar crenças e descrenças que tanto aprofundaram os meus conhecimentos.

Aos Professores Jorge Uzêda, Fernando Pedrão, Noélio Spínola e Alcides Caldas, obrigado pelos saberes, pela dedicação, pela paciência, pela generosidade, por não admitirem debates rasos, pelas dicas e pela luz que só o conhecimento consegue acender em nosso caminho.

Ao Professor João Apolinário, por acreditar, cobrar, compreender, orientar e por me ajudar a rebocar e dar acabamento em uma construção que estava de “pau a pique” e que até eu achava que iria ruir, meu mais profundo muito obrigado!

Professores Laumar Souza e Carol Spínola, minha sincera gratidão! Me lembro como se fosse agora quando, no dia da entrevista para ter acesso ao programa, os dois me disseram: “se prepare porque durante o mestrado tudo acontece”. Depois de um

tempo entendi que não foi para desencorajar, mas sim para dizer com outras palavras: “se você acreditar e entrar, nós embarcamos junto com você”.

Aos colegas de cada disciplina, muito obrigado pelos debates e por compartilharem seus conhecimentos, contribuindo para a construção de um ambiente enriquecedor. Em especial, aos colegas Dumas, Darlã, Carlane, Dirla, Mariana, Fernanda, Hélio e Lourdinha, sempre tão solidários.

Obrigado à amiga Professora Beth Dantas, pela amizade de sempre, desde que éramos colegas na época da graduação, pela luz e apoio na construção do meu trabalho.

À Professora Iracema Paixão, que carrega no sobrenome o sentimento que com certeza nutre pela profissão à qual ajuda a enobrecer cada dia mais, educar, meu muito obrigado! Prezada colega de trabalho que se mostrou uma incorrigível e perseverante educadora. Sábia até nos momentos mais críticos de sofrimento e indignação. Hoje, uma querida amiga, admirada pela sua absoluta entrega e dedicação ao próximo através da sua lida diária.

Obrigado à comunidade de Pituáçu, que reagiu de forma contundente no primeiro contato porque tinha todos os motivos para isso, mas acreditou e me acolheu quando me comprometi a batalhar junto com eles por uma escola nova e melhor. Me orgulho por fazer parte dessa história!

Obrigado aos meus queridos amigos! Na maioria companheiros de longa data e de tantas histórias. Cada um me ajudou um pouco a construir meu caráter com as ferramentas que não podem faltar a um amigo sincero: um ombro amigo para lamentar quando necessário, solidariedade, lenços limpos para chorar junto (porque chorar sozinho é muito chato) e disposição para criar bons motivos para sorrir muito e fazer o choro passar. Meus amigos são irmãos de coração que a vida me deu e que me ensinaram a lidar com as conquistas, vitórias e alegrias, com a mesma serenidade com que aprendi a lidar com as frustrações, decepções, derrotas, perdas, além das mais profundas tristezas e melancolias.

Obrigado à minha sogra, Elizabeth, que sempre me acolheu com todo carinho e compreensão, se mostrando uma segunda mãe para mim!

Aos meus irmãos, Átila, Anita, Anise e Ayla, obrigado pelos laços de amor fraterno e eterno, e por me darem o privilégio de ser o tiozão caçula de dez sobrinhos e três sobrinhos-netos lindos!

Aos meus pais, Albenir e José Mello, minha mais profunda gratidão, pela vida, pelas lições diárias de honestidade, tolerância, humildade e humanidade, e pelo Amor paterno e materno que hoje eu entendo melhor!

À minha esposa, Renata, e ao nosso filho, Pedro, obrigado por me darem a condição mais plena e maravilhosa que um homem pode ter na vida: de ser pai e marido completamente apaixonado pela família que construiu. Vocês são os meus alicerces e a minha razão de viver!

*“Toda pessoa sempre é as marcas das
lições diárias de outras tantas pessoas.”*

GONZAGUINHA

RESUMO

A partir da realização de uma pesquisa do tipo Estudo de Caso, esta obra discorre sobre transformações ocorridas na comunidade do bairro de Pituaçu em decorrência dos fatos que aconteceram com a Escola Municipal de Pituaçu, em Salvador (BA), cujo prédio, deteriorado, precisou ser demolido e reconstruído, provocando o deslocamento das atividades escolares para fora da comunidade por dois anos. Neste estudo de caso foram abordados aspectos decorrentes da relação da comunidade com a Escola Municipal, tanto como equipamento público, quanto ponto de prestação de serviço público, considerando conceitualmente, políticas públicas, cidade, cidadão e cidadania, além de considerar a história da educação no Brasil e na Bahia. O problema que norteou a pesquisa foi: “Quais as transformações decorrentes da presença de uma escola pública em uma comunidade?”, questão respondida mediante o objetivo geral de “Analisar os reflexos da presença de uma escola pública em uma comunidade”, e os objetivos específicos de: 1) Analisar, a partir de observação teórica e prática, a posição dos entes públicos diante da escola pública; e 2) Avaliar a relação entre os vetores da comunidade e a escola pública. As hipóteses levantadas para nortear esta pesquisa foram: a) O poder executivo deve considerar de forma efetiva as variáveis sociais no momento da remoção, ainda que temporária, de uma escola pública de uma comunidade; b) A Escola Pública não é vista pela comunidade como patrimônio social; e c) As práticas diárias de uma unidade de educação pública não se restringem aos muros da escola e são instrumentos que a transformam em um espaço de socialização. O estudo de caso contou com pesquisa exploratória e documental, além da aplicação de instrumentos de pesquisa como observação participante, questionários e entrevistas. Na conclusão, as três hipóteses foram confirmadas.

Palavras-chave: Ensino Fundamental. Políticas Públicas. Transformações educacionais. Escola Pública.

ABSTRACT

After conducting a Case Study research, this book discusses the transformations that occurred in the neighborhood of Pítuaçu due to the events that occurred with the Municipal School of Pítuaçu, in Salvador (BA), whose deteriorated building required Be demolished and rebuilt, causing the displacement of school activities out of the community for two years. In this case study, aspects related to the relationship between the community and the Municipal School, both as public equipment and the point of public service delivery, were conceptually considered, public policies, city, citizen and citizenship, as well as considering the history of education in the Brazil and Bahia. The problem that guided the research was: "What are the transformations resulting from the presence of a public school in a community?", A question answered through the general objective of "Analyzing the reflexes of the presence of a public school in a community", and the objectives Specific: 1) Analyze, from theoretical and practical observation, the position of public entities before the public school; And 2) Evaluate the relationship between the vectors of the community and the public school. The hypotheses raised to guide this research were: a) The executive power should effectively consider social variables at the time of removal, even temporary, of a public school in a community; B) The Public School is not seen by the community as social patrimony; And c) The daily practices of a unit of public education are not restricted to the walls of the school and are instruments that transform it into a space of socialization. The case study included exploratory and documentary research, as well as the application of research instruments such as participant observation, questionnaires and interviews. In conclusion, all the hypotheses were confirmed.

Keywords: Elementary Education. Public policy. Educational transformations. Public school.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Dispositivos metodológicos de coleta de informações utilizados na pesquisa e suas respectivas justificativas	26
Quadro 2 – Matriz Conceitual Sobre Cidadania	55
Figura 1 – Planta da Cidade do Salvador, com indicação dos muros e circunvalação primitivos da fundação de Thomé de Sousa, em 1549	59
Figura 2 – Mapa da cidade de Salvador com divisões por bairros com destaque para o Parque Metropolitano de Pituáçu	62
Tabela 1 - Crescimento populacional de Salvador-BA	64
Figura 3 – Localização do Bairro de Pituáçu dentro do mapa de Salvador	69
Figura 4 - Localização da Escola Municipal de Pituáçu entre as demais unidades da Rede Municipal de Ensino nas proximidades.....	69
Figura 5 - Mapa da segurança pública de Salvador BA	70
Figura 6 – Foto de aula na Escola Municipal de Pituáçu.....	73
Figura 7 – Foto da Mostra de Artes e Ciências na Escola Municipal de Pituáçu	74
Figura 8 – Foto de apresentação de dança da Mostra de Artes na Escola Municipal de Pituáçu	75
Figura 9 – Foto da biblioteca da antiga Escola Municipal de Pituáçu.....	76
Tabela 2 – Quadro Comparativo IDEB (MEC) X IDEB (E.M. PITUAÇU)	77
Figura 10 – Merenda servida no corredor da Escola Municipal de Pituáçu.....	80
Figura 11 – Perspectiva artística exterior da Escola Municipal de Pituáçu	91
Figura 12 – Fachada da nova Escola Municipal de Pituáçu	92
Figura 13 – Sala de aula da nova Escola Municipal de Pituáçu	93
Figura 14 – Refeitório da nova Escola Municipal de Pituáçu	93
Figura 15 – ACM Neto e João Carlos Bacelar na inauguração da nova Escola Municipal de Pituáçu	94
Figura 16 – Cerimônia de inauguração da nova Escola Municipal de Pituáçu	95
Figura 17 – Gráfico da questão 09 do questionário aos responsáveis por alunos, membros do Conselho Escolar	97
Figura 18 – Gráfico da questão 12 do questionário aos responsáveis pelos alunos	98
Figura 19 – Gráfico da questão 2 do questionário aos estudantes da E. M. Pituáçu..	98

Figura 20 – Gráfico da questão 8 do questionário aos membros da comunidade do Parque Metropolitano de Pituaçu / Bairro de Pituaçu.....	99
Figura 21 – Gráfico da questão 12 do questionário aos responsáveis pelos alunos.	99
Figura 22 – Gráfico da questão 9 do questionário aos estudantes da E. M. Pituaçu	101
Figura 23 – Gráfico da questão 11 do questionário aos estudantes da E.M. Pituaçu	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PMS	Prefeitura Municipal de Salvador
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACM	Antônio Carlos Magalhães
AIECP	Associação Esportiva Cultural de Pituaçu
SECULT	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Salvador
SMED	Secretaria Municipal de Educação de Salvador
E.M.	Escola Municipal
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
SESP	Secretaria de Serviços Públicos
RMS	Região Metropolitana de Salvador
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
APA	Área de Preservação Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
GRE	Gerência Regional de Educação
FAEC	Fábrica de Equipamentos Comunitários
IDEB	Índice de Desempenho do Ensino Básico
MEC	Ministério da Educação
MPE	Ministério Público do Estado
IMEJA	Instituto Municipal de Educação José Arapiraca
TRE-BA	Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 METODOLOGIA	22
3 A EDUCAÇÃO E A ESCOLA NO BRASIL: DA REPÚBLICA AOS DIAS ATUAIS; A EDUCAÇÃO NA BAHIA; E SERVIÇOS PÚBLICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO	28
4 SALVADOR E COMUNIDADE DO BAIRRO DE PITUAÇU	48
4.1 A CIDADE: OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS E FORMAÇÃO DA CIDADANIA.....	48
4.1 A CIDADE DE SALVADOR	58
4.2 A COMUNIDADE DO BAIRRO DE PITUAÇU	62
4.2.1 As moradias do Parque Metropolitano de Pituaçu	65
5 O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE PITUAÇU	68
5.1 A ESCOLA MUNICIPAL DE PITUAÇU	68
5.2 ANÁLISES DOS RESULTADOS	96
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	103
6.1 CONCLUSÕES	103
6.2 RECOMENDAÇÕES	104
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista com o Subsecretário de Educação	114
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista com a Gestora Escolar	116
APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista com Professores	119
APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista com Líder Comunitário.	123
APÊNDICE E – Modelo de questionário aplicado aos responsáveis pelos alunos da E.M. Pituaçu	125
APÊNDICE F – Modelo de questionário aplicado aos estudantes	128
da E.M. de Pituaçu	128
APÊNDICE G – Modelo de questionário aplicado aos membros da comunidade do Parque Metropolitano de Pituaçu / Bairro de Pituaçu	131

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação é resultado da observação das transformações ocorridas na comunidade de Pituaçu durante o período em que a Escola Municipal de Pituaçu precisou interromper suas atividades devido aos riscos decorrentes da situação precária em que se encontrava a estrutura física da unidade escolar, o espaço de tempo em que suas turmas de estudantes foram instalados provisoriamente em duas unidades escolares diferentes, sendo uma delas pertencente ao governo do estado, e o período após a inauguração de um novo prédio no mesmo local onde antes encontrava-se o imóvel deteriorado, retornando suas atividades ao seio da comunidade de origem.

A observação decorreu da vivência profissional do autor dentro da Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMED), atuando como coordenador de projetos especiais, como o Projovem e o Projovem Urbano, além de Assessor Especial do gabinete do secretário, estabelecendo a ligação necessária entre o objeto de pesquisa, suas fontes e o fenômeno estudado, e a academia.

Provavelmente este trabalho não seria possível sem a vivência direta e a observação *in locu* dos fatos dentro da comunidade de Pituaçu no período compreendido entre outubro de 2010 e fevereiro de 2013. Foram realizadas reuniões com a comunidade do Parque Metropolitano de Pituaçu, em especial a comunidade escolar, previamente à desativação da unidade, bem como reuniões regulares com alunos, pais de alunos, corpo docente e autoridades, ao longo da permanência das atividades escolares em outro local, todos fatos anteriores a esta dissertação.

Para o desenvolvimento desta obra foi necessária a realização de um estudo de caso, já que as principais características desse método de pesquisa coincidiam com o modelo que necessariamente seria adotado, em especial a observação participante, fruto da atuação do pesquisador dentro do órgão competente na gestão municipal. Ainda dentro da metodologia, foram realizadas pesquisa exploratória e documental, além da aplicação de questionários e realização de entrevistas com pessoas cujas posições seriam estratégicas para o entendimento do caso de forma mais abrangente.

A experiência propiciou aproximação em relação aos conceitos ligados às políticas públicas, em especial a educação básica oferecida pela rede pública em um

grande centro urbano do país, e como essas políticas públicas podem influenciar diretamente as relações sociais, através de autores como Secchi (2009), Carvalho (1983), Cunha (1983) e Santos (1959), conduzindo a uma reflexão teórica sobre a prática da gestão da coisa pública e suas aplicações no espaço urbano. Daí, com base nas premissas da ciência e na problematização do objeto de pesquisa, foi possível formular o problema que conduziu esta dissertação: Quais as transformações decorrentes da presença de uma escola pública em uma comunidade?

Cabe ressaltar que o estudo carregava consigo, além da necessidade do entendimento das dinâmicas da educação, a compreensão da formação da cidade a partir dos mecanismos de ocupação do espaço urbano e da formação dos núcleos comunitários. Satisfeitas essas necessidades e, portanto, consolidados esses conhecimentos, foi possível traçar uma nítida ligação entre os elementos na formação da sociedade e de uma comunidade específica, ficando também claro que não se trata de uma engrenagem moderna, já que esse formato, apesar de encontrado na formação atual da sociedade, tem origem nas conformações mais primitivas de conglomerados humanos organizados. Na reunião e organização das ideias para um entendimento, a esses conceitos uniu-se o conhecimento sobre os aspectos históricos da consolidação da educação no país.

Segundo o que relata Cunha (1983), verifica-se que a educação no Brasil tem início quando chegam ao país recém-descoberto os primeiros padres jesuítas, ainda na primeira metade do século XVI, e estes são mantidos praticamente como os únicos educadores por mais 200 anos. Esse período marcou profundamente a estrutura educacional do país, já que os religiosos notadamente priorizavam a escola secundária, nível no qual fundaram uma grande rede de escolas de boa qualidade por todo o país e que renderia dividendos significativos às estruturas eclesásticas desde então.

No século XVIII, apesar da expulsão dos jesuítas de Portugal e de todas as suas colônias, e das mudanças impostas pela sede do reino às estruturas da educação no Brasil, por conta das demandas da corte, o ensino primário continuava caminhando lentamente e totalmente à margem das prioridades do país que então se construía. Era de absoluta importância o preenchimento de demandas por formação profissional e este nível de conhecimento não se formaria com escola primária. Somente com a Constituição de 1824, após a proclamação da independência do país, é que a educação tornou-se um compromisso do Império, em “assegurar a instrução

primária e gratuita a todos os cidadãos”, prerrogativa herdada pelo Brasil República, que ainda hoje, quase 200 anos depois, incorre em mazelas incompatíveis com a grandiosidade e importância da nação, além de inadmissíveis para os dias atuais.

A questão principal em torno da qual orbita o estudo deixa clara a intenção de observância da relação dos aspectos físicos da escola com os aspectos sociais acerca da sua existência, considerando os efeitos sobre a comunidade escolar e a comunidade do entorno desta unidade escolar, tanto no momento em que é retirada do seu local de origem, passando pelo período em que as suas atividades foram desenvolvidas em outro local, até o retorno, reconstruída, um ano e meio depois. O fato retrata, do ponto de vista das políticas públicas, o baixo grau de importância dado à educação pública no Brasil e traz um conjunto de efeitos de fácil percepção junto à comunidade e consequências contundentes para outras áreas da gestão pública.

Para condução da pesquisa, foram levantadas as seguintes hipóteses:

- a) O poder executivo deve considerar de forma efetiva as variáveis sociais no momento da remoção, ainda que temporária, de uma escola pública de uma comunidade;
- b) A Escola Pública não é vista pela comunidade como patrimônio social;
- c) As práticas diárias de uma unidade de educação pública não se restringem aos muros da escola e são instrumentos que a transformam em um espaço de socialização.

A pesquisa em busca da confirmação ou refutação destas hipóteses foi possível a partir do estabelecimento de um modelo de análise das práticas em torno da política pública de educação no município de Salvador quando da ocorrência do caso estudado; também, a interação com a comunidade do entorno foi imprescindível à verificação da segunda hipótese, com um olhar enriquecido pelo estudo do conceito de territorialidade e identidades territoriais de Castells (1999) e de espaço de Santos (1994); e ainda, o estudo de campo - realizado a partir da aplicação de questionários semiestruturados aplicados a membros da comunidade e estudantes, além de entrevistas pessoais com gestores e educadores - permitiu que a análise de dados como o rendimento escolar dos alunos, resultados dos questionários aplicados e informações colhidas das entrevistas realizadas, servissem como instrumentos de observação dos reflexos do fato.

Assim, é esperado que o objetivo geral desta pesquisa, de “Analisar os reflexos da presença de uma escola pública em uma comunidade”, seja atingido, bem como

os objetivos específicos de: a) Analisar, a partir de observação teórica e prática, a posição dos entes públicos diante da escola pública; e b) Avaliar a relação entre os vetores da comunidade e a escola pública. O alcance destes objetivos foi possibilitado pela relação do caso estudado com a fundamentação teórica da história da escola pública no Brasil e especificamente na Bahia, pelo estabelecimento de relações entre o serviço público de educação e o comportamento social, e pela análise das políticas públicas de educação e seus reflexos junto à sociedade e à comunidade especificamente estudada.

Outrossim, vale salientar que a questão educacional no seio da sociedade brasileira não pode ser discutida sem que seja aludido também o fundamento das políticas públicas praticadas. As estratégias adotadas para a implantação do serviço da educação pública, da escola pública - que não pode ser identificada como um mero local destinado a que crianças frequentem aulas, merendem e retornem às suas casas ao fim do período, continuando expostas aos riscos sociais iminentes, especialmente em comunidades carentes – prescindem de discussões com as respectivas comunidades que receberão as unidades escolares, para que sejam alicerçadas nas idiossincrasias encontradas, respeitando as raízes sociais do local, em consonância com a legislação vigente. A figura ideal da escola pública é de um espaço de formação pessoal, de construção e multiplicação de conhecimento, além de um rico espaço de socialização e consolidação de núcleos afetivos e sociais, inclusive das famílias.

Além desta introdução, o conteúdo do presente texto está dividido em mais cinco capítulos que trazem a abordagem teórica e a análise do estudo de caso proposto pela pesquisa. No capítulo 2, ocorre o detalhamento dos procedimentos metodológicos pelos quais passa a presente pesquisa em todas as suas etapas, incluindo a tipificação e conceituação da metodologia adotada, as ferramentas de coleta de dados, os métodos de abordagem e as principais fontes utilizadas.

A fundamentação teórica aplicada nessa parte explana a questão da educação pública no Brasil, tomando o conceito histórico dos processos educacionais, desde a descoberta do país até os dias atuais. Esta aplicação tem como suporte o que é teorizado por Carvalho (1996), apresentando as bases históricas da questão educacional no país, complementado pelo estudo organizado por Luiz Antônio Cunha no mesmo ano, que confronta a oferta da educação em uma rede pública e a formação da escola particular a partir de uma demanda exclusiva. Por fim, constatou-se ser

adequado o resgate da obra de Cunha (1983), que faz a devida ligação entre a educação e o desenvolvimento social.

No capítulo de número 3 foi feita uma revisão, desde o conceito e o surgimento da Escola Pública no Brasil República até os dias atuais, demonstrando a evolução do sistema e das leis às quais a Educação está subordinada. Dentro do capítulo existem subdivisões relativas aos recortes de ordem cronológica e geográfica, abordando também, historicamente, a Educação na Bahia, além de uma seção exclusiva para tratar do conceito de Educação relacionada ao Serviço Público.

Tendo como principal pano de fundo a presença da Escola Pública no seio da comunidade, no capítulo 4, serão abordados a cidade de Salvador e sua origem, bem como sua trajetória de ocupação e crescimento; a localização do bairro de Pituvaçu dentro desta cidade e sua conformação geográfica. Também serão contemplados nessa abordagem, assuntos como ocupação urbana, moradia, formação cidadã e familiar, a partir de diferentes visões, considerando elementos relevantes à pesquisa. Aqui, o conceito de identidade baseou-se em Hall (2006), provocando uma trama que liga definitivamente a matriz conceitual da cidadania com a realidade estudada, abrindo espaço para a exposição do saber narrativo oriundo dos relatos de entrevistas realizadas que caracterizaram a comunidade objeto deste estudo. Em Castells (1998) e Bourdieu (2005) foi possível encontrar o devido amparo para a constatação de que a oferta de serviços públicos e infraestrutura urbana e social em geral, e em especial de uma adequada oferta de serviços educacionais compatíveis com as necessidades de formação do cidadão, têm reflexo direto sobre possíveis mudanças ocorridas na sociedade.

Já no capítulo 5 são descritos, através de índices, dados numéricos, nomes, datas e imagens, quem são os elementos que protagonizam a pesquisa - Escola Municipal de Pituvaçu e a Comunidade do Parque Metropolitano de Pituvaçu - passando rapidamente pelas origens, mas atendo-se mais ao processo descritivo histórico mais recente, principalmente nos cinco últimos anos - período em que a Escola passou de um prédio em pleno processo de degradação a uma unidade-modelo com estrutura moderna, precisando, antes disso, funcionar durante quase dois anos fora da comunidade.

O capítulo 6, o último desta obra, é o momento de tratar e de relatar uma parcela representativa dos resultados encontrados nesta pesquisa, através de observações, leituras e coletas de dados, resgatando a problematização da pesquisa,

bem como os objetivos e as hipóteses levantadas. É o momento da finalização transitória do estudo, não deixando fechado o caminho para que novos estudos complementares acerca do mesmo assunto ou de temas afins o utilizem como referência, seja para ratificar as informações aqui constantes, seja para o contrário.

2 METODOLOGIA

Tendo como ponto de partida o objetivo da pesquisa, de analisar os reflexos da presença de uma escola pública em uma comunidade, a presente pesquisa é um Estudo de Caso de caráter exploratório, explicativo, descritivo, utilizando o método indutivo na condução da investigação. Para melhor entendimento da adequação entre o objeto a ser pesquisado e o tipo de pesquisa escolhido, vale considerar que são cinco as características estabelecidas para a definição de Estudo de Caso por Bogdan e Biklen (1982 *apud* LUDKE, 1986, p.11): (1) tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; (2) os dados coletados são predominantemente descritivos; (3) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; (4) o “significado” que as pessoas dão às coisas e a sua vida são focos de atenção especial do pesquisador; e (5) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

Das características acima descritas, pelo menos quatro estão impregnadas no caso estudado e na condução do estudo. A pesquisa carrega, inclusive, traços de observação participante, uma vez que o pesquisador esteve presente e participou ativamente do decorrer do fato, sendo também, por outro lado, o principal instrumento da pesquisa; a maior parte dos dados coletados é de caráter meramente descritivo, ainda que estes sofram avaliações e variações de interpretação e análise quando confrontados; o processo, o fato e as nuances oriundas deste, a partir das oscilações nas relações, cotidianos e demais dados, fazem com que o que ocorreu seja o ponto central e nevrálgico na condução do estudo, em detrimento do produto da pesquisa, não obstante sua importância para fins acadêmicos.

O fato levanta uma série de questões – parte delas ainda não contempladas pelo presente estudo – que merecem atenção de outras frentes que não apenas o ambiente acadêmico; o cunho semiótico presente na vida cotidiana das pessoas, muitas vezes desprezado pelos estudos tangentes às ciências sociais aplicadas, na verdade carrega as principais fontes de reflexões e análises rumo às conclusões das pesquisas dessa natureza.

A relação do homem com as coisas e os fatos que lhe cercam, é norteadada pelo significado destas para si; a observação dos fatos e o empirismo científico estiveram presentes em todo o processo de pesquisa, não significando, entretanto, que em algum momento tenham sido desprezadas as teorizações sobre os assuntos

abarcados no tema. Fernando Marinheiro da Silva (2008)¹, em seu artigo “Sobre a Indução em Francis Bacon”, analisa o tratamento dado por Bacon à indução, método que o filósofo inglês propôs em 1620, sintetizando da seguinte forma:

Admitindo estar de posse de um princípio ou de um axioma geral, a mente humana é levada a tirar dele as conseqüências. Em alguns casos, até imaginar um princípio o intelecto ousava, desde que pudesse explicar algumas conseqüências observadas. Era neste erro fácil, salienta o filósofo, que a filosofia precedente falhou, visto que para justificar o observado, o concreto, em lugar de observá-lo com mais profundidade, experimentá-lo mais vezes, o filósofo multiplicava as propriedades e os abstratos. (SILVA, 2008, p.4).

A presença do pesquisador no âmbito do órgão público responsável pela correta aplicação das políticas estabelecidas para a educação básica e, portanto, pelo mais correto cumprimento da legislação vigente acerca do mesmo tema, e o seu envolvimento direto em todo o processo aqui descrito, como representante do órgão e mediador de conflitos ocorridos no decorrer do processo que envolveu o fato que é objeto central do estudo, desde a mediação nas negociações com a comunidade do Bairro de Pituaçu para que aceitassem a demolição da Escola Municipal de Pituaçu sob a promessa de que seria diligente no acompanhamento para a celeridade até a construção de um novo prédio, foram elementos motivadores para a realização desta pesquisa.

A partir da formulação da questão norteadora da presente pesquisa, o método pensado com o objetivo de realização de uma observação participante e análise de reações de uma comunidade a um fato específico, foi corroborado pela fundamentação teórica pertinente.

Segundo Yin (2001), a preferência pelo uso do método do estudo de caso deve se dar quando do estudo de eventos contemporâneos, em situações nas quais os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas é possível se fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas. Assim, fica evidenciada a necessidade de percepção e recepção das informações coletadas a partir dos fatos observados, bem como da justa e correta interpretação destes para aplicação na análise de resultados porventura obtidos a partir da confrontação entre a teoria e a prática com o objetivo de consolidação dos estudos.

¹ Graduado em Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM.

A inserção no tema proposto para o estudo permitiu a observação dos agentes envolvidos, bem como descrever o cenário em que o fenômeno ocorreu e, através de uma análise auxiliada pelas ferramentas adequadas, interpretar as demais informações obtidas, cuja definição não estivesse nítida em um primeiro momento. Portanto, o estudo conceitual fez-se mister no sentido de, frente à realidade encontrada, consolidá-la ou reconstruí-la a partir de novos aspectos.

Com o objetivo de analisar os impactos causados pelo fato aqui descrito como objeto central da pesquisa, foi necessário recorrer ao levantamento bibliográfico das fontes primárias e secundárias, que subsidiaram conceitualmente a construção da narrativa e auxiliaram a consubstanciação do contexto, dando forma às ideias aqui contidas. Apesar da participação ativa do pesquisador no fato em torno do qual orbita a dissertação, era necessário detalhar as informações de modo que não se tornasse um monte de ideias originais e inéditas dando origem a resultados frágeis e sem base teórica.

A presente pesquisa foi desenvolvida *in locu*, na comunidade do Parque Metropolitano de Pituaçu, localizada no bairro de Pituaçu, na orla de Salvador, capital da Bahia. A Escola Municipal de Pituaçu fica localizada na Rua João Paulo II, na parte alta da comunidade e tem 320 alunos em tempo integral. O bairro tem cerca de 27 mil moradores, delimitando geograficamente o bairro a partir dos limites com os bairros Jardim Imperial, Imbuí, Patamares e Avenida Luiz Vianna, popularmente chamada de Avenida Paralela. É um bairro de grandes dimensões e cuja densidade demográfica é incrementada pelo grande número de invasões das áreas de preservação ambiental com vegetação nativa de mata atlântica encontradas no local.

O levantamento de informações foi auxiliado por uma pesquisa documental feita com dados colhidos das bases do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), Governo do Estado da Bahia, Governo Federal, Ministério da Educação (MEC), e Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMED), além de outros documentos acessados virtualmente. A composição de informações para a pesquisa também contou com dados coletados através dos questionários aplicados a estudantes da escola Municipal de Pituaçu e seus familiares (Apêndices C e D), no ano de 2013. Com estes dados foi possível perceber e entender melhor a relação existente entre a comunidade e a unidade escolar, indo além da oferta da educação formal e dos demais dados obtidos em outras fontes. As experiências de professores e outros membros da comunidade

foram ouvidas através de entrevistas individuais semiestruturadas, tratando sempre de temas coletivos ou específicos (cidadania, educação, lazer, cultura, serviços públicos, patrimônios públicos, entre outros), demonstrando sua interação com o semelhante e percepção da realidade.

Com o intuito de entender a relação da comunidade e do corpo discente com a escola, o patrimônio e o seu serviço ao público, foram realizadas entrevistas com a diretora escolar (a mesma ao longo de todo o processo e até os dias de hoje, mantida em atendimento à vontade manifestada pela comunidade escolar) e com quatro dos professores que atuaram na unidade durante o período de deslocamento.

Para fins do estudo específico em voga não foi possível obedecer à delimitação formal da comunidade, segundo determinado pela então Secretaria de Serviços Públicos de Salvador (SESP)², para a obtenção de informações que tratassem da questão da identidade. O parâmetro que definiu o universo a ser trabalhado recorreu às lideranças locais que, de alguma forma, apresentavam ligação direta com a unidade escolar: o presidente da Associação de Moradores do Parque de Pituaçu, os representantes da comunidade junto ao Conselho Escolar³ e dois pais mais atuantes nas articulações das atividades em que a escola interage com a comunidade. Portanto, cinco pessoas selecionadas por amostra intencional não-probabilística, considerando o envolvimento efetivo da maior parte da comunidade com ligação direta ou indireta com a unidade escolar.

Para a efetiva conclusão sobre as hipóteses levantadas a partir da problematização da pesquisa, foi necessário recorrer à fundamentação teórica e a uma pesquisa de opinião pública (Apêndice D), aplicada em 2013, a membros da comunidade escolhidos aleatoriamente entre passantes nas proximidades da Escola Municipal de Pituaçu, desde que fossem moradores do local. Foi utilizada amostra do tipo não probabilística e utilizou uma amostragem por conveniência, sendo selecionados apenas indivíduos diretamente ligados à comunidade escolar, considerando que possam representar o universo. Foram aplicados 31 questionários, quantidade definida através de cálculo da população finita, com amostragem não

² Desde 2013, Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP).

³ Conforme os princípios que devem nortear a educação escolar, contidos na nossa Carta Magna – a Constituição de 1988 –, em seu art. 206, assumidos no art. 3º da Lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)), consta, explicitamente, a “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” (inciso VIII do art. 3º da LDB), ratificados pelo Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares do Ministério da Educação (MEC), de 2004.

probabilística por acessibilidade, visto que o bairro possui aproximadamente 27 mil habitantes, com margem de erro de 5% e nível de confiabilidade de 95%. Foram aplicados ainda 56 questionários aos alunos do 8º e 9º ano, com maiores condições de entendimento do contexto apresentado, reflexão e resposta com maior credibilidade. Na ocasião da aplicação dos questionários, um total de nove alunos tinham faltado. Também foram realizadas entrevistas com a gestora escolar, com duas lideranças da comunidade - sendo uma delas o presidente da associação de moradores -, com quatro dos professores que permaneceram na unidade durante o deslocamento; quatro responsáveis por alunos, sendo um pai, duas mães e uma madrasta; e com o ex-Subsecretário da pasta, que passou a ser Assessor-Chefe da então Secretaria Municipal de Educação (SMED).

As informações obtidas pela pesquisa de campo estão dispostas na forma de relatos no capítulo 4, na descrição do caso estudado, ocorrido com a Escola Municipal de Pituaçu, e analisados no capítulo 5, com proposições que terão como intuito apontar condições existentes propícias à reincidência ou repetição do fenômeno estudado. As mesmas informações também poderão ser utilizadas, em conjunto com elementos da revisão teórica, como base das considerações finais, consolidando o conhecimento adquirido a partir desta pesquisa.

Quadro 1 – Dispositivos metodológicos de coleta de informações utilizados na pesquisa e suas respectivas justificativas

DISPOSITIVOS DE COLETA	JUSTIFICATIVA
Levantamento Bibliográfico	Subsídio conceitual para a construção da narrativa e consubstanciação do texto.
Pesquisa Documental	Coleta de dados a partir de documentos, em especial de fontes eletrônicas, a fim de utilizá-los como base de referência e argumentação.
Entrevistas Individuais Semiestruturadas com o Subsecretário de Educação de Salvador à época do caso estudado, a gestora escolar, quatro professores da Escola Municipal e um líder comunitário	Buscar as principais referências individuais de convívio com o caso estudado e com a comunidade envolvida.
Aplicação de quatro questionários a representantes do Conselho Escolar e pais de alunos	Obtenção de informações acerca das questões de identidade desses com o bairro e como esse valor é transmitido aos estudantes.
Aplicação de 31 questionários a moradores da Comunidade de Pituaçu	Obtenção de perfil socioeconômico da comunidade, além do entendimento sobre sua relação com a unidade escolar.
Aplicação de 56 questionários a estudantes de 8º e 9º anos do ensino fundamental, da	Compreender a relação desse universo com a escola e qual representatividade, o significado e a importância da escola para

DISPOSITIVOS DE COLETA	JUSTIFICATIVA
Escola Municipal de Pituaçu, utilizando, em parte das questões, a escala de Likert.	eles, através da técnica na formulação das questões, conveniente para a compreensão da graduação de avaliação conferida pelos respondentes às variáveis contidas nos enunciados.

Fonte: Desenvolvido pelo autor (2016).

3 A EDUCAÇÃO E A ESCOLA NO BRASIL: DA REPÚBLICA AOS DIAS ATUAIS; A EDUCAÇÃO NA BAHIA; E SERVIÇOS PÚBLICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

Para o devido tratamento aos processos envolvidos na gestão da educação pública em território nacional - no caso da presente obra, nos municípios brasileiros - é importante compreender a instituição da educação no seio da população brasileira, sua disseminação e evolução histórica. Para a exposição dessa evolução, o recorte será feito a partir da república até os dias atuais. Importante também compreender o elo existente entre a educação e as políticas públicas neste setor, já que a maior parte da população brasileira em idade escolar matriculada em uma instituição de ensino está nas listas das unidades públicas de ensino.

A educação é, caracteristicamente, um processo complexo realizado dentro da escola, que aqui é considerada como objeto central da observação. Não apenas a escola enquanto espaço físico ou enquanto equipamento público, mas a escola como um instrumento de desenvolvimento pessoal, social e comunitário.

A instituição da escola no Brasil está diretamente ligada à Igreja Católica desde suas ocorrências mais remotas, protagonizadas por Índios nativos e Jesuítas oriundos de Portugal. Após quase quatro séculos, a escola significava a instituição da nova ordem da República para pôr em prática o progresso. No entanto, nos primeiros pouco mais de trinta anos de República, o país era tomado por uma conformação social excludente que facultava a escola a poucos. Em meados dos anos 1920, eram milhões de analfabetos que estavam excluídos da “ordem republicana” e freavam o progresso do Brasil. Uma história bastante familiar até os dias de hoje. Havia um projeto político-pedagógico que não engrenou, mesmo contando com o chamado entusiasmo pela educação - movimento que buscou o incremento da estrutura educacional do país. Eram necessárias intervenções reformadoras, das quais o país se absteve desde o final do século XIX, gerando um deslocamento da questão educacional à margem da política nacional, só revisitada quase uma década depois.

Ao longo do século XX ocorreram uma série de movimentos e mudanças, de ordem política e ideológica, que provocaram remodelagens na educação do Brasil e na Bahia.

Para melhor entendimento sobre o contexto da educação na atualidade, é importante o conhecimento sobre os aspectos históricos mais recentes, pelo menos dentro do mesmo regime de gestão política existente atualmente, que é a república.

Assim, vale resgatar informações sobre a educação no Brasil, desde a instituição da república até os dias de hoje.

Conforme descrito por Carvalho (1983), desde o seu surgimento, o sistema de educação fundamental do Brasil República teima em importar ideias, procedimentos, ferramentas, instrumentos, técnicas e tecnologias de toda sorte e de várias partes do mundo, para lhe auxiliarem, na maioria das vezes, absolutamente sem êxito. Embora estudiosos acreditem que no início do século XX o papel da escola foi superdimensionado, pois não seria a “pedra fundamental” para constituir uma nação, a história provou que se não é o único, pelo menos é um dos principais ingredientes em busca do progresso. Porém, ainda no início do século XX, a educação ganhou um viés político extremamente delicado. Passou a existir uma linha tênue entre a educação que liberta e a que escraviza. Ela poderia ser o principal elemento de uma sociedade que inclui e distribui, mas também poderia ser (e foi, como persiste) o ponto nevrálgico de um projeto político autoritário, em parte contaminado por resquícios de uma sociedade escravista.

A disseminação e a popularização da escola no Brasil no século XIX evidencia ainda mais a divisão de classes e a função da educação para cada porção da sociedade. Os pobres, populares, elementos que compunham uma classe dominada, geralmente dedicada às funções inferiores dentro da sociedade, algumas vezes empurrados para a ociosidade e o crime, e as classes dominantes, compostas pelas pessoas abastadas que tinham títulos e posses. Sobre isso, Sousa (2006) disse que “Esses pobres, os populares, tinham diferentes modos e meios de expressão da vida; tinham culturas diversas dos modos e costumes das camadas dominantes, sendo por isso perigosos e contaminadores”. Essa afirmação expõe uma dicotomia historicamente estabelecida e inserida nos discursos acerca da educação como uma experiência social. Em que pese ser algo pouco mencionado pelos historiadores que trataram do assunto, Pesavento (1998 apud SOUSA, 2006) após análise histórica, afirma ainda que “existia o discurso da educação/missão, ou da educação como formadora e forjadora do novo cidadão”, mesmo que esse novo cidadão fosse o pobre, então desqualificado pela sociedade daquele tempo, como afirma Pesavento (1998 apud SOUSA, 2006).

Voltar um pouco mais na história facilita o seu entendimento. Apesar da abolição da escravatura no Brasil ter ocorrido em 1888, a condição de acesso à educação formal para a fatia da sociedade originária dos escravos, demorou muito

para que fosse oferecida tal qual era proporcionada à porção economicamente privilegiada. A rigor, os movimentos defensores da equidade de gênero e raça alegam que essa homogeneidade jamais foi alcançada, e pleiteiam até hoje que essa “dívida social” seja paga de diversas formas. Vale ressaltar que esse histórico explica o que aconteceria quase meio século depois e o que acontece até os dias de hoje, mais de um século passado. Em sua posição acerca da educação frente à ordem econômica que historicamente impede seu desenvolvimento, reservando para a grande massa apenas o modelo produtivista e discriminatório, Cunha (1980, p. 58) afirmou:

É comum imaginar-se que os mecanismos de discriminação existentes no sistema educacional são conjunturais, acessórios, produtos de carências momentâneas: falta de recursos para construir mais escolas, para treinar mais professores, para melhorar a qualidade do pessoal docente, para melhorar o material didático, para dar bolsas de estudos e, finalmente, para escolarizar mais cedo as crianças da classe trabalhadora, a fim de diminuir os efeitos danosos da educação familiar “insuficiente”.

A pequena parte da população que compunha a classe dominante era educada de forma a sustentar essa condição de dominação. Já a massa, educada para crer que está sendo beneficiada, tendo, no entanto, apenas o suficiente para que continue na condição servil do “braço que trabalha”, era, entretanto, apenas o resultado de um processo educacional falho do ponto de vista estratégico, gerencial e operacional, e cruel do ponto de vista político e social.

A República do Brasil, então formado de um movimento militar com o apoio de vários setores da sociedade, trouxe ganhos democráticos, extinguindo os títulos de nobreza e, em parte, descentralizando o poder e difundindo a educação. O momento da Primeira República trouxe também um período de incertezas em relação às questões étnicas.

Ainda na Primeira República (1889 a 1930), o país já contava com certo grau de urbanização e as pessoas cujas carreiras estavam ligadas a atividades não braçais, oriundas de setores sociais diferenciados e que dependiam de certo grau de escolarização, estavam mais próximas dos militares que idealizaram e construíram o novo regime. Segundo Ghiraldelli Jr. (1994), “O tema do mudancismo (não só social mas individual) trouxe, então, um incentivo para que as pessoas viessem a discutir a necessidade de abertura de escolas. Pode-se ver durante a Primeira República dois grandes movimentos a respeito da necessidade de abertura e aperfeiçoamento de

escolas: aqueles movimentos que chamamos de o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”.

Vale ressaltar que nem tudo foram trevas na história política, social, e principalmente educacional do Brasil. Muitos foram os movimentos que alavancaram, dentro do possível, nossa estrutura educacional, rumo a modelos melhores, mais justos e menos cruéis, mesmo em momentos delicados da história.

Com base nos dados vistos em diversas fontes historiográficas, a exemplo da Revista da Educação da plataforma eletrônica do Itamaraty, é possível sistematizar os principais pontos históricos da educação no o Brasil começou a se repensar após a Primeira Guerra Mundial, devido ao panorama econômico-cultural e político que se delineava nos anos 1920, quando mudanças passaram a ser anunciadas e debatidas em diversas áreas. Naquele momento, a educação fazia parte de um setor em busca de um movimento de plena renovação. As reformas feitas em âmbito estadual no ensino primário aconteciam no momento em que surgiu a primeira grande geração de educadores que tentam colocar em prática os ideais da Nova Escola no Brasil. Nomes como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Almeida Júnior, entre outros, participaram da criação e da divulgação do Manifesto dos Pioneiros, em 1932, documento histórico que sintetizava os pontos centrais do movimento, redefinindo o papel do Estado em matéria educacional. No entanto, apesar das fortes pressões em sentido contrário, havia que se desvincular o movimento em prol da educação e as movimentações políticas, já que o que se queria era a escola plena e não a escola que, formalmente, retiraria o indivíduo da condição de analfabeto, conferindo-lhe o direito ao voto, ampliando, portanto, o número de votantes. Descrevendo o movimento dos que lutaram naquela época pela educação, Nagle (1976) em sua obra “Educação e Sociedade na Primeira República”, trata a questão de forma tão contundente, que a principal referência aos momentos distintos do movimento educacional do período passou a se dar através de nomenclaturas criadas por ele: entusiasmo pela educação, movimento originalmente criado durante a primeira república, e otimismo pedagógico.

A constituição de 1934 assinalou avanços significativos para a educação brasileira, na medida em que resgatava vários dos temas amplamente discutidos em anos anteriores. No entanto, a partir do Estado Novo, novos momentos de obscuridade e de enfrentamento ao retrocesso voltam a fazer parte da vida escolar da nação.

[...] em 1937, instaura-se o Estado Novo outorgando ao País uma Constituição autoritária, registrando-se em decorrência um grande retrocesso. Após a queda do Estado Novo, em 1945, muitos dos ideais são retomados e consubstanciados no Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, enviado ao Congresso Nacional em 1948 que, após difícil trajetória, foi finalmente aprovado em 1961 (Lei nº 4024).

No período que vai da queda do Estado Novo, em 1945, até a Revolução de 1964, quando se inaugura um novo período autoritário, o sistema educacional brasileiro passará por mudanças significativas, destacando-se entre elas o surgimento, em 1951, da atual Fundação Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), a instalação do Conselho Federal de Educação, em 1961, campanhas e movimentos de alfabetização de adultos, além da expansão do ensino primário e superior. Na fase que precedeu a aprovação da LDB/61, ocorreu um admirável movimento em defesa da escola pública, universal e gratuita. O movimento de 1964 interrompe essa tendência. Em 1969 e 1971, são aprovadas respectivamente a Lei 5540/68 e 5692/71, introduzindo mudanças significativas na estrutura do ensino superior e do ensino de 1º e 2º graus, cujos diplomas estão basicamente em vigor até os dias atuais. A Constituição de 1988, promulgada após amplo movimento pela redemocratização do País, procurou introduzir inovações e compromissos, com destaque para a universalização do ensino fundamental e erradicação do analfabetismo. (Revista Educação no Brasil, 1ª Ed. - Itamaraty)

Assim, pode-se deduzir no período histórico visitado houve uma série de avanços significativos no campo da educação e no cartel de escolas disponibilizadas aos estudantes brasileiros. No entanto, a educação pública e irrestrita, bandeira incansavelmente defendida por todas as correntes políticas e áreas profissionais do país, continua encontrando dificuldades para se instalar, apesar das leis, programas e projetos criados, uns sobre os outros, no cenário nacional.

Teoricamente, o Brasil tem hoje uma escola - no seu sentido conceitual, enquanto unidade de prática da educação formal - muito melhor e mais eficiente do que há um século, mas na prática o que há é um arsenal de projetos pedagógicos mirabolantes aplicados ou geridos ineficientemente; um plantel de professores sistematicamente desrespeitados em sua nobre função de transmissão de conhecimento e de auxílio à formação cidadã; além de um sem-número de escolas sucateadas que fazem parte de redes públicas, cujas mazelas de gestão são repetidamente mostradas em matérias jornalísticas em todos os canais de comunicação de massa.

Segundo o IBGE, o país tem hoje cerca de 40 mil escolas particulares, frente a aproximadamente 220 mil escolas públicas, entre creches, pré-escolas e escolas. Dados do MEC revelam que a rede privada de educação concentra cerca de 19% dos atuais 50 milhões de estudantes matriculados.

A partir desse contexto histórico do Brasil, faz-se mister nessa pesquisa, abordar um pouco do contexto histórico da educação na Bahia para significar melhor este estudo e o seu campo

Nessa perspectiva, destacamos que na Bahia, a história da educação pode ser contada através de um recorte da história sobre o assunto em nível nacional.

No período contado a partir do Brasil República, a história do desenvolvimento da educação nos estados começa a ter protagonismo e ganhar características próprias a partir dos anos 1920, com a atuação de jovens intelectuais como, por exemplo, Anísio Teixeira (Bahia, 1925), na Bahia. Este movimento foi o “ciclo de reformas estaduais da educação”, fruto do otimismo pedagógico. O governo federal intervinha no assunto de maneira pontual através de medidas colocadas em prática através de leis dispersas. Porém, apesar da demora para levar o desenvolvimento da educação aos estados, o governo criou o Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos (que durou até 1892), que, tendo à frente Benjamin Constant, declarou o ensino “livre, leigo e gratuito” e o dividiu as escolas primárias em dois graus. Portanto, o “ciclo de reformas estaduais da educação” já se inicia sob esse novo modelo e colocando em prática a universalização do ensino, preocupação inicial da república.

Quando a universalização do ensino chega à Bahia, o então Diretor de Instrução Pública, Anísio Teixeira, reforma o modelo de ensino oferecido no estado incorporando as ideias da “escola nova”, já em prática no restante país naquele momento.

No contexto das práticas educacionais dos brasileiros na primeira república, Lemme (1983) testemunhou:

As poucas escolas públicas existentes nas cidades eram frequentadas pelos filhos das famílias de classe média. Os ricos contratavam preceptores, geralmente estrangeiros, que ministravam aos seus filhos o ensino em casa, ou os mandavam a alguns poucos colégios particulares, leigos ou religiosos, funcionando nas principais capitais, em regime de internato ou semi-internato. Muitos desses colégios adquiriram grande notoriedade.

Em todo o vasto interior do país havia algumas precárias escolinhas rurais, em cuja maioria trabalhavam professores sem qualquer formação profissional, que atendiam as populações dispersas em imensas áreas: eram as substitutas das antigas *aulas*, instituídas pelas reformas pombalinas, após a expulsão dos jesuítas, em 1763. (LEMME, 1983 *apud* GHIRALDELLI JR., 1990, p. 26-27).

Tendo como base, entre outras, as obras de Silva e Luz (2009), é possível compreender o percurso histórico da educação na Bahia sob o aspecto legal.

Getúlio Vargas, alçado à presidência com a revolução de 1930, começa uma nova fase criando o Ministério da Educação e Saúde, em 1931. Do ponto de vista legal, as leis orgânicas do Estado Novo e a criação do sistema S – que engloba SENAI, SESI, SESC e SENAC – implementam um modelo voltado para o ensino profissionalizante.

Após a redemocratização, ocorrida em 1946, o país passa a contar com uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que já era prevista pela Constituição de 1934, mas só foi regulamentada em 1961, após mais de uma década de discussões. O movimento para a criação dessa lei é liderado pelo ministro baiano Clemente Mariani e a instituição da LDB foi decisiva para a padronização dos modelos de educação em vigor no país, mesmo no momento em que este viesse a sofrer reformas, como aconteceu em 1971 e a mais recente, em 1996. Em que pese ser o padrão da educação pública no Brasil, a LDB deve também ser o parâmetro principal para o regime adotado também pelas instituições privadas.

A partir daí o Brasil viveu momentos delicados com o governo militar, a partir de 1964, que segregou professores por departamentos, pulverizou os cursos e dispersou os alunos, através de uma reforma universitária que alguns autores avaliam negativamente, principalmente pela impregnação do cunho ideológico refletido naquele momento pela ditadura. Esse perfil também moldou o ensino fundamental até a nova redemocratização do país, em 1985. A constituição federal de 1988 foi o ponto de partida para as discussões que originaram a LDB de 1996.

Se por um lado, a redemocratização do país foi fundamental para que a sociedade e principalmente os entes diretamente envolvidos na escolarização do povo brasileiro participassem das discussões acerca do assunto; por outro lado, os sucessivos governos neoliberais trataram de impregnar a educação básica com um mercantilismo que degradou, em parte, a educação pública. No caso da Bahia, o reflexo disso foi a deterioração de escolas como o Colégio Estadual da Bahia (Central), o ICEIA e o Severino Vieira.

Adentrando o século XXI, o sucateamento das redes públicas de educação da Bahia foi, gradativamente, aumentando, chegando a uma situação, tanto da rede estadual quanto das redes municipais da capital e do interior baiano, só é possível de ser revertida com uma contundente vontade política, uma gestão pública que adote medidas pouco populares e o envolvimento de todos os vetores institucionais

envolvidos, realidade observada na cidade de Salvador durante o período do caso estudado.

A partir desse breve percurso descrito sobre a história da educação na Bahia, percebemos que a discussão e a reflexão em torno do serviço público e das políticas públicas de educação são fundamentais para que seja possível compreender o contexto no qual se insere o campo da pesquisa e que se configurou no objeto desta. Assim, compreendemos que a educação pública, responsável pela oferta de um serviço público social, traz em si elementos relevantes que condicionam o seu funcionamento e, ao mesmo tempo, fomentam políticas públicas. É nesse sentido que refletiremos sobre tais questões.

No estabelecimento da discussão acerca de serviços públicos e políticas públicas, no entanto, é fundamental a conceituação sobre a esfera pública. Segundo Arendt (2007), a condição do que habita a esfera pública é semelhante ao convívio comum sem a manutenção de qualquer relação.

A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer. O que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las.

Apesar dos elementos históricos trazidos para o entendimento da educação básica no país, à luz do presente estudo, não cabe o resgate remoto sobre a conceituação e a institucionalização do serviço público, já que as estruturas de governança e gestão públicas, enquanto lastros tutores do serviço prestado à sociedade, sempre estiveram vinculadas à condição e à situação política e de poder existentes. No entanto, para maior clareza ao estudo, deve-se tomar como presentes e perenes em toda a história do serviço público do Brasil, elementos característicos do modelo burocrático. Há que se levar em conta que o conceito de burocracia sofreu distorções ao longo da história. Cancian (2001, p.3), confronta em sua obra a definição da burocracia segundo o modelo Weberiano e a burocracia na prática, no estado moderno.

O termo "burocracia" surgiu na segunda metade do século 18. Inicialmente foi empregado apenas para designar a estrutura administrativa estatal, formada pelos funcionários públicos. Eles eram responsáveis por várias áreas relacionadas aos interesses coletivos da sociedade, como as forças armadas, a polícia e a justiça, entre muitas outras.

No século 20, após a criação da União Soviética, o termo burocracia apareceu como uma crítica à rigidez do aparelho do Estado e aos partidos políticos que sufocavam a democracia de base, em análises feitas por cientistas sociais, principalmente de tradição marxista.

Segundo a perspectiva desses filósofos e pensadores, o avanço da burocratização, tanto nas estruturas estatais como nas partidárias, traria consequências terríveis para uma futura sociedade socialista, pois, dentro do projeto revolucionário de esquerda, ela era concebida como um obstáculo à participação democrática popular.

O alemão Max Weber foi um dos mais renomados pensadores sociais, fundador e expoente da teoria sociológica clássica. Ele elaborou um conceito de burocracia baseado em elementos jurídicos do século 19, concebidos por teóricos do direito.

Dentro dessa perspectiva jurídica, o termo era empregado para indicar funções da administração pública, que era guiada por normas, atribuições específicas, esferas de competência bem delimitadas e critérios de seleção de funcionários.

A burocracia, então, podia ser definida da seguinte forma: aparato técnico-administrativo, formado por profissionais especializados, selecionados segundo critérios racionais e que se encarregavam de diversas tarefas importantes dentro do sistema. (CANCIAN, 2001, p.3).

O arcabouço teórico deste confronto faz concluir que a burocracia é, assim, uma condição viva para a existência de um estado de direito e dos seus respectivos aparelhos (sociais, ideológicos e até de repressores). A máquina do estado é, por assim dizer, “azeitada” pelas práticas burocráticas comuns às sociedades avançadas. No entanto, vale ressaltar que a existência da burocracia não anula a possibilidade de eficiência na gestão, muito menos no estabelecimento e no alcance de metas e práticas gerenciais, principalmente porque hoje há uma enorme quantidade de softwares, hardwares e sistemas que auxiliam nesse sentido.

Em verdade, a burocracia enquadrada em um sistema eficiente de gestão pode ser aplicada, tanto na esfera privada, quanto nas estruturas da administração pública, já que em ambos está prevista a divisão e distribuição de funções, a seleção de pessoal especializado, os regulamentos e a disciplina hierárquica. Apesar disso, visto que muitas vezes os critérios técnicos são solenemente desprezados em detrimento de acomodações políticas na composição dos quadros funcionais das estruturas públicas, do ponto de vista do servidor, a meritocracia figura, assim, como um dos principais pressupostos da administração pública a serem desconsiderados, bem como o respeito à hierarquia institucional, nem sempre respeitada. Estas afirmações podem ser ratificadas pela redação dada à emenda constitucional nº 32, de 2001, que

versa sobre criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b, da Constituição de 1988, complementadas pela brecha já existia na Emenda Constitucional nº 19, de 1998, propositalmente ignorada, ou não.

Segundo a Constituição Federal de 1988, o “Serviço público é todo serviço prestado pelo Estado (Administração Direta e Indireta) ou por seus delegados, decorrente de um processo de descentralização por delegação ou por colaboração, com a assinatura de contratos de concessão ou de permissão” (art. 175, e Lei 8.987/1995). Assim, o conceito de serviço público está em constante mudança, pois depende principalmente das escolhas circunstanciais de quem, legisla sobre a relação entre o estado e a coletividade. O Decreto 6.017/2007, ao regulamentar os consórcios públicos, no artigo 2.º, inciso XIV, considera serviço público “[...] atividade ou comodidade material fruível diretamente pelo usuário, que possa ser remunerado por meio de taxa ou preço público, inclusive tarifa”.

Os serviços públicos são norteados pelas políticas públicas eficientemente estabelecidas e instituídas, prevendo a correta aplicação da lei vigente no país e a construção de instituições cidadãs, de apoio à sociedade e a seu serviço. Com base nos princípios para a elaboração e implantação de políticas públicas e nos modelos organizacionais dedicados à gestão pública, Secchi (2009, p.352) enaltece o modelo burocrático weberiano.

O modelo burocrático weberiano estabeleceu um padrão excepcional de expertise entre os trabalhadores das organizações. Um dos aspectos centrais é a separação entre planejamento e execução. Com base no princípio do profissionalismo e da divisão racional do trabalho, a separação entre planejamento e execução dá contornos práticos à distinção wilsoniana entre a política e a administração pública, na qual a política é responsável pela elaboração de objetivos e a administração pública responsável por transformar as decisões em ações concretas.

Conforme afirmado anteriormente, o modelo weberiano confrontado com as práticas burocráticas enaltecem a formalidade e a racionalidade dentro das instituições. Práticas dessa natureza hoje são amplamente percebidas, ainda que muitas vezes de forma questionável, nas estruturas do serviço público brasileiro.

Para este estudo as características inerentes à iniciativa privada não serão desprezadas, pois estão presentes na sociedade como metas a serem alcançadas pelo modelo na formulação de políticas públicas. Sobre Políticas Públicas, Fernandes

(2007) traz uma definição que as desvincula, em parte, da situação político-partidária do estado.

Quando pensamos em políticas públicas, logo nos vêm à cabeça as várias funções sociais possíveis de serem exercidas pelo Estado, tais como saúde, educação, previdência, moradia, saneamento básico, entre outras. Na prática se trata disso, entretanto para que sejam implementadas as diversas políticas em cada área social é necessário definir e compreender a estrutura institucional do Estado que contempla tais funções, ou seja, seu conjunto de órgãos, autarquias, ministérios competentes em cada setor, além do processo de financiamento e gestão.

Por conta disso, normalmente costuma-se pensar o campo das políticas públicas unicamente caracterizado como administrativo ou técnico, e as sim livre, portanto, do aspecto “político” propriamente dito, que é mais evidenciado na atividade partidária e eleitoral. Esta é uma meia verdade, dado que apesar de se tratar de uma área técnico-administrativa a esfera das políticas públicas também possui uma dimensão política uma vez que está relacionada ao processo decisório. Isto é, ao Estado é imperativo fazer escolhas sobre que área social atuar, onde atuar, por que atuar e quando atuar. Estas escolhas, por parte do Estado, que se transformam em decisões são condicionadas por interesses de diversos grupos sociais. Representam conquistas que se traduzem legalmente em direitos ou garantias defendidos pela sociedade. O Estado terá que intermediar e negociar estes interesses, na busca de estabelecer critérios de justiça social visando um discernimento político sobre suas funções sociais e qual o alcance delas.

A esta altura, com o auxílio das afirmações acima, encontramos guardada, nesta ótica, para a ratificação da defesa de uma estrutura de gestão da educação pública que contemple as questões de identidade social, cultural, de raça, gênero e, sobretudo, territorial. A política deve reger apenas a estrutura maior de gerenciamento das estruturas menores dentro do complexo dos serviços públicos. A Educação, enquanto uma estrutura gerencial menor, mesmo que não menos importante do que as demais, está amparada sob o guarda-chuva do Estado, em uma estrutura maior.

Assim, é inequívoca a presunção de que há um enlace entre as políticas públicas e as estruturas organizacionais que comportam o modelo burocrático tradicional, bem como de que o comprometimento dos resultados dessas organizações é pífio, se consideradas as possibilidades. Historicamente já haviam críticos contundentes ao modelo burocrático e aos efeitos causados por ele nas organizações públicas ou privadas. Robert Merton, em sua obra “Sociologia: Teoria e Estrutura” (1949), foi o crítico mais incisivo ao modelo burocrático dentro da temática de controle social e chamava os seus efeitos de disfunções burocráticas. Restrições nas delegações de tarefas, resistência à mudança e desvio de objetivo institucional e obediência acrítica às normas, eram algumas das questões levantadas por ele para

embasar seus ataques. Além disso, a adoção da senioridade como critério de promoção ou de estabelecimento de hierarquia, desmotivando a competitividade funcional e causando o conseqüente corporativismo entre os funcionários, era outro fator acidamente criticado por Merton no modelo burocrático.

Com base nas afirmações constantes no texto de Amaral (2013), percebe-se na descrição anterior uma situação comumente encontrada nas estruturas do serviço público no Brasil desde o século XX e que se perpetua até os dias de hoje. O corporativismo impera onde o dever de servir ao cidadão da melhor forma possível deveria estar acima de qualquer relação entre colegas de trabalho. A falta de motivação dos funcionários é nítida, ainda que a sua remuneração seja justa ou, como em alguns casos, esteja acima da média salarial encontrada na iniciativa privada. Além disso, há um outro elemento que torna as relações instituição pública - funcionário público - cidadão ainda mais difíceis: a estabilidade no emprego, condição garantida aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, muitas vezes conduzida equivocadamente, tanto pelas chefias, ocasionalmente ocupadas por servidores em cargos provisórios, indicados ou eleitos, quanto pelos próprios servidores efetivos. Segundo Amaral (2013):

A estabilidade de alguns agentes públicos – acepção ampla que engloba as mais distintas formas de vínculo funcional com a Administração Pública – tem por fundamento o bom funcionamento do Estado, a fim de que seus servidores não se sujeitem a pressões que deturpem o correto exercício de suas funções.

Por outro lado, a estabilidade é um dos valores que mais motiva cidadãos a prestarem concursos públicos. Afinal, ao contrário do exercício laboral na iniciativa privada, após o “período probatório”, adquire-se a estabilidade que impede a exoneração do servidor, salvo por motivos estabelecidos no ordenamento jurídico brasileiro, com procedimento prévio que permita aferir a efetiva ocorrência da circunstância ensejadora da exoneração.

Presume-se então que no caso de um funcionário realizar mal o seu trabalho, a possibilidade de que este seja punido é bastante remota, ainda que apenas com uma advertência. A possibilidade da aplicação de uma suspensão ou exoneração do funcionário por conta de conduta inadequada em seus afazeres diários é praticamente nula, visto a quantidade de barreiras que a cercam. Dos órgãos que dispõem de instâncias como ouvidoria, corregedoria ou mesmo núcleos de sindicância ou de processos administrativos, quase todos só as criaram por força da lei. Some-se a

estes elementos a burocracia, e o servidor público encontra solo fértil para a banalização do não cumprimento do seu dever, provocando, como existe hoje em parte dos países latinos e em especial o Brasil, uma grave e perene crise de imagem dos entes públicos. Ainda segundo Amaral (2013):

Contrariar a ética não implica apenas incorrer em atos de corrupção. A ética impõe o correto exercício funcional, serviço que, dentre inúmeros fatores, tem na vedação à corrupção um de seus pilares, mas não o único. Os serviços públicos, tomados em sentido amplo, devem ser prestados de forma eficiente (art. 37 CF/88), impessoal e cortês, apenas para levantar três princípios básicos que devem ser observados.

A estabilidade no serviço público, desde que avaliada sob o prisma da “vantagem pessoal” ao servidor, pode ser uma das razões para o claro desrespeito a esses princípios, sobretudo a eficiência. Garantir ao servidor o vínculo funcional com a Administração Pública também pode leva-lo a descuidar dos modos sem os quais não exerce funções em prol do interesse público.

Vale ressaltar que, a rigor, a qualidade do processo e da estrutura política do estado é que determinará como será o desempenho da administração pública; a esta caberá a aplicação da governança pública segundo as leis vigentes em busca da melhor alocação de recursos (financeiros, humanos e de equipamentos) dirigidos à prestação do serviço público, em cumprimento às políticas públicas em vigor.

Submetida à agenda e às arenas decisórias está a administração pública composta pelo aparato técnico-administrativo e sua consequente estrutura burocrática necessária para a gestão e funcionamento da política pública. O corpo tecno-burocrático vai variar em natureza e dimensão, de acordo com a esfera de poder (União, Estados ou Municípios), ou ao tipo de política (saneamento, infraestrutura, combate à pobreza etc) que está sendo executada, porém será sempre regido por critérios de legalidade, publicidade, impessoalidade, responsabilidade e eficiência. (FERNANDES, 2009, p.3)

Os critérios devem ser, na verdade, os princípios que devem reger a administração pública, segundo o caput do artigo 37 da Constituição Brasileira de 1988. Não obstante essa determinação, é comum encontrar entes públicos que atuam com ineficiência, irresponsabilidade, com clientelismo e em vistas de benefícios e favores individuais. Aí insta o conjunto de elementos que comprometem diretamente o bom funcionamento de políticas públicas em qualquer setor.

A educação é um direito constitucional do cidadão e em seu nível fundamental deve ser oferecida a todos continuamente e de forma eficiente. É prevista como serviço essencial à sociedade e assim deve ser tratada, sob pena de punição dos

gestores públicos responsáveis pela pasta. Além disso, a educação pública de qualidade também é considerada elemento essencial ao desenvolvimento de uma sociedade. Segundo Cavalcanti (2010):

Elevar a educação ao status de serviço público é urgente para a percepção de seu conceito como primordial ao desenvolvimento justo do nosso Estado enquanto Nação, econômico e socialmente. Na forma de serviço público, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento são determinantes para a educação, pois o são para o setor público, não podendo, dessa forma, ser a educação tratada como se fosse atividade econômica em sentido estrito mesmo que oferecida pelo setor privado, com a consequência daquelas funções como meramente indicativas.

Se por um lado, os atores inseridos no contexto mais íntimo do cotidiano e da comunidade escolar têm predominante preocupação com o bom funcionamento, eficácia e efetividade do processo ensino-aprendizagem praticado pela escola e na escola, em uma constante busca por melhores resultados para o que lhe é apresentado como desafio em relação à educação pública, além da preocupação de que haja uma prestação de serviço digna de cidadãos e futuros cidadãos em constante formação na comunidade; por outro lado, muitas vezes fora do alcance da comunidade, estão os membros do poder público, que detêm o poder de compor, executar ou manipular as políticas públicas segundo sua conveniência, e cuja maior preocupação, muitas vezes, reside apenas nos índices, que já se mostraram extremamente falhos na aferição dos resultados da prestação de serviços públicos, principalmente quando fala-se de educação, mas que continuam sendo os principais parâmetros demandantes de, entre outros mecanismos de gestão pública, repasse de recursos da união para os municípios.

Apesar da frequência com que são verificadas no Brasil, as mazelas relativas à educação pública, cada vez mais, tendem a ganhar contornos críticos para quem as pratica. Ainda que se tente fugir do julgamento subjetivo e da generalização, o que é oferecido como educação pública no Brasil, na maioria das vezes, não foge ao que foi citado até aqui negativamente. Segundo o senso comum, a escola pública é considerada apenas uma formalidade para os que dela se servem, pois as suas oportunidades e condições diante de disputas e concorrências com pessoas que estudaram em escolas particulares não são iguais.

O processo de municipalização do Ensino Fundamental no país foi iniciado nos anos 1990, mas parece longe de acabar. Notadamente, os municípios estão no elo mais fraco das relações entre as esferas do poder executivo. Há uma alegação

generalizada por parte dos prefeitos de que o número de alunos sob a responsabilidade dos municípios quase dobrou nos últimos 20 anos. É uma lamentação que traz a reboque a reivindicação de aumento dos recursos financeiros disponíveis para esse segmento. Pior, a principal fonte de recursos do nível básico é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), recurso oriundo de repasse federal previsto para terminar em 2020. Portanto, a situação atual, de falta de entendimento sobre a participação do Governo Federal, dos estados e dos municípios na manutenção dos recursos com este fim, está mais distante de terminar do que o próprio fundo. Some-se a essa discussão imatura a predominante situação de gestão irresponsável, desonesta e corrupta que ocorre no país, e eis a fórmula da educação básica no Brasil. Vale salientar que se trata de uma situação advinda do século XIX que não apresenta qualquer sinal de que poderá mudar, mesmo em pleno século XXI.

Segundo o Art. 214 da Constituição Brasileira:

a lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: **I** - erradicação do analfabetismo; **II** - universalização do atendimento escolar; **III** - melhoria da qualidade do ensino; **IV** - formação para o trabalho; **V** - promoção humanística, científica e tecnológica do País; e **VI** - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 1988).

A redação final do Projeto de Lei Nº 8.035-B de 2010, que deu origem ao Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado naquele mesmo ano pela Câmara de Deputados, prevê:

Art. 2º, que são diretrizes do PNE: **I** – erradicação do analfabetismo; **II** – universalização do atendimento escolar; **III** - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual; **IV** - melhoria da qualidade da educação; **V** - formação para o trabalho e para a cidadania; **VI** - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; **VII** - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; **VIII** - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; **IX** - valorização dos/as profissionais da educação; e **X** - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2010).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, traz no seu TÍTULO III, Do Direito à Educação e do Dever de Educar:

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de Programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Art. 5º. O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§ 1º. Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:

I - recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 2º. Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º. Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do Art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º. Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º. Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 6º. É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental.

Art. 7º. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no Art. 213 da Constituição Federal.

Assim, os termos em que se enquadra a questão da educação pública no Brasil são, sobretudo, de legalidade. Portanto, a condição mínima de legalidade é de que o estado proporcione ao cidadão o que está previsto pela lei. A lógica grita que a cadeia que corretamente concatenaria na concepção, elaboração e provisão das políticas públicas, em princípio, e dos serviços públicos, por fim, é o reconhecimento da premissa da lei. No entanto, é mister que sejam levadas em conta também as idiossincrasias referentes às condições locais de cultura, situação urbana, situação político-partidária e econômica, para então fazer o enquadramento analítico da sociedade local, como resultado de um aprofundamento críticos sobre as dimensões qualitativa e quantitativa da comunidade e sobre a ocupação do seu território. Apesar da relação quase aritmética, sabe-se que as ciências sociais definitivamente não são exatas e esse também é um elemento que deve ser considerado na formulação das políticas públicas e na consolidação dos serviços públicos, principalmente da educação.

Nesse contexto da discussão sobre as políticas públicas de educação, cabe para a análise sobre o processo de municipalização do ensino fundamental,

[...] não considera a questão dos recursos humanos em condições de gerir, com sucesso, um sistema de ensino. Poderão construir prédios ou assenhorar-se de próprios estaduais, poderão alocar professores, diretores, funcionários e poderão equipar estabelecimentos de ensino. Porém, entendemos que gerir a educação municipal seja mais que isso. É bem provável que parte deles venha cair nas mãos de sistema de comunicação, nas mãos de empresas particulares. (OLIVEIRA, 1999, p. 33).

A afirmação remete à conclusão de que os poderes públicos “jogaram no colo” das prefeituras a responsabilidade sobre o ensino fundamental, a despeito do envio de recursos para essa gestão, sem contemplar as necessidades de cada local e nem considerar as individualidades, inclusive, culturais. Durante a minha vivência na Secretaria de Educação de Salvador, foi possível observar o modelo de gestão, as possibilidades e as limitações, chegando também a essa conclusão.

Em 2009, a então Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Salvador (SECULT), implantou o Mapa Digital da Educação (MDE)⁴, extinto em 2011,

⁴ Ferramenta de apoio à gestão, composta de um software de georeferenciamento das escolas da Rede Municipal de Ensino, com os dados cadastrais de cada unidade, além da situação, naquele trimestre,

apesar dos seus resultados comprovados pelos relatórios periódicos gerados. O MDE, inclusive, foi o responsável pelo estabelecimento de prioridade absoluta para a solução do caso da Escola Municipal de Pituaçu. Sobre a gestão da educação municipal naquele momento, o então Subsecretário Eliezer Cruz (2010, disse:

Existem muitas dificuldades, mas estamos em busca de balancear as possibilidades administrativas e financeiras do município, com as necessidades mais imediatas das escolas. Entendemos que cada unidade tem sua necessidade específica, seja de caráter físico, de pessoal ou até mesmo material, e tentamos formas de sanar esses problemas. Prova disso foi a implantação do Mapa Digital da Educação, em 2009, como uma ferramenta de gestão que alia o uso da tecnologia a uma dinâmica específica de mediação de interesses em prol do estabelecimento de prioridades em relação às necessidades de cada escola.

Um conjunto de variáveis geográficas e de ocupação territorial, alguns deles citados adiante, influenciam a trajetória escolar de crianças e jovens, e até mesmo sua trajetória profissional quando adultos. Historicamente, o peso do capital econômico, social e cultural fica cada vez mais evidenciado por estudos realizados no campo educacional⁵ como determinantes para o perfil do cidadão enquanto estudante e, mais tarde, enquanto profissional.

De modo geral, pode-se afirmar que o nível de renda, o acesso a bens culturais e tecnológicos, como a Internet, a escolarização dos pais, os hábitos de leitura dos pais, o ambiente familiar, a participação dos pais na vida escolar do aluno, a imagem de sucesso ou fracasso projetada no estudante, as atividades extracurriculares, dentre outras, interferem significativamente no desempenho escolar e no sucesso dos alunos. (DOURADO, 2010, p.682).

Importante citar que, a exemplo do caso em voga, 21% dos estudantes entrevistados afirmaram frequentar a escola para ter acesso a computador e internet, e 41% afirmaram que participar de festas, mesmo percentual dos que acham que o que mais melhorou na escola foram as atividades recreativas e esportivas. Somado a esses dados, metade dos responsáveis afirmaram ter renda de até 1 salário mínimo.

em relação a cinco itens: Estrutura Física, Merenda Escolar, Desempenho Pedagógico, Corpo Docente e Quadro Funcional, através de sinais universais de cores (verde = bom; amarelo = regular; e vermelho = ruim). Aliado a isso, havia uma dinâmica de reuniões periódicas com os gestores das escolas de cada Coordenadoria Regional de Educação (CRE), mediadas pelo Subsecretário, com as participações dos coordenadores de cada área avaliada. Nessas reuniões era registrada a situação de cada unidade segundo seu gestor e confrontadas as prioridades de necessidades de todas para que fossem corrigidos os problemas dentro das possibilidades do órgão até a reunião seguinte. O MDE foi apresentado e premiado em uma série de eventos nacionais e internacionais.

⁵ A esse respeito Cf. UNESCO (2002); Banco Mundial (2002); Inep/MEC (2004); Bourdieu (1998; 1975); Pacheco (2004).

O cruzamento desses dados leva à conclusão que vai ao encontro da afirmação anterior, pois o apreço por uma escola de qualidade, que disponibilize ferramentas para o bom desempenho escolar e futuro profissional não é prioridade para as pessoas com baixa renda familiar.

A criação do Estado Moderno e dos movimentos filosóficos marcaram a Idade Moderna⁶. O homem é instituído e visto como indivíduo livre pelo liberalismo e pelo individualismo que auxiliam a proclamação dos direitos humanos e conferem ao estado a prerrogativa de garantir a vida dos cidadãos. A dignidade humana passa a figurar como alvo constante a ser atingido pela sociedade, que vale-se das ferramentas oferecidas pelo estado em busca desse atingimento através do progresso. Nesse momento, as especificidades do indivíduo se tornam ingredientes fundamentais à composição dos seus direitos enquanto criança, mulher, idoso, homossexual, indígena, afrodescendente, entre outros. No entanto, a filosofia contemporânea percebe o homem como uma realidade em transformação contínua, ainda que indivíduo com caráter único e insubstituível, mas coletivamente sob o mesmo contexto ético, jurídico e político onde o direito se manifesta, o que determinaria o paradigma da dignidade. A dignidade “obriga o indivíduo moralmente consciente a no mínimo não ser indiferente ao outro.” (SILVEIRA ; ROCASOLANO, 2010, p. 211).

Não desprezando os aspectos filosóficos, mas considerando também a concepção sociológica acerca da configuração do indivíduo e da sociedade, pode-se tomar o que é teorizado por Souza (2003, p. 61).

Para Bordieu e Taylor, a sociedade moderna se singulariza precisamente pela produção de uma configuração, formada pelas ilusões do sentido imediato e cotidiano, que Taylor denomina “naturalismo”, e Bourdieu “doxa”, que produzem um “desconhecimento específico” dos atores acerca de suas próprias condições de vida. Também para ambos, apenas uma perspectiva hermenêutica, genética e reconstrutiva, poderia restabelecer as efetivas, ainda que opacas e intransparentes, pré-condições da vida social numa sociedade desse tipo. No entanto, o desafio concreto aqui é o de articular, sistematicamente, também as unilateralidades de cada uma das perspectivas estudadas de modo a torná-las operacionais no sentido de permitir perceber como moralidade e poder se vinculam de modo peculiar no mundo moderno, e muito especialmente no contexto periférico.

⁶ Idade Moderna – século XV a XVIII–período das revoluções sociais, das grandes navegações, da transição do feudalismo para o capitalismo. Vai da queda de Constantinopla até a Revolução Francesa;

Embora sejam originariamente europeus, estes conceitos se expandiram para quase todo o mundo ocidental e parte do oriente.

Teoricamente, seria simples proporcionar o que há de melhor no arcabouço educacional para as crianças, adolescentes e jovens, e obter os melhores resultados. Contudo, as características que conferem a nomenclatura de “indivíduo” ao elemento que em conformação coletiva compõe a sociedade, são tanto quanto ou mais importantes do que as características que o inserem e o incluem nos agrupamentos sociais oriundos do que lhe é oferecido pelo estado. Estes, menos perenes, porém possíveis desencadeadores de picos de mobilizações sociais.

Observa-se então um elenco de conceitos interligados na prática: cidadania, políticas públicas, serviços públicos e educação. Dentre as políticas públicas formuladas pelos poderes executivos talvez a mais importante seja a educação, que é um serviço público essencial prestado à sociedade como objeto de desenvolvimento e progresso. A formulação destas políticas públicas depende diretamente da sistematização de informações fundamentais à sua adequação. Apesar de conceituação genérica e conteúdos coletivos, as políticas públicas precisam ser cada vez mais ajustadas às necessidades de determinados locais ou regiões, que têm suas necessidades diferentes umas das outras.

4 SALVADOR E COMUNIDADE DO BAIRRO DE PITUAÇU

O entendimento sobre o mecanismo de formação da gestão pública que atua sobre determinada comunidade, parte essencialmente da origem, composição humana, conformação geográfica e da forma de ocupação territorial do local que a abriga. Provavelmente, apenas uma dessas variáveis não será passível de tradução, mas o composto de informações geradas pela interpretação do conjunto desses parâmetros torna possível compreender o real sentido de identidade territorial. É possível definir o DNA de uma comunidade a partir do cruzamento de informações que lhe conferem uma identidade, com características únicas e que podem facilmente nortear a gestão pública, ainda que esta não se dedique exclusivamente àquele local. Aí reside o entendimento sobre o conceito de cidade e sua evolução.

4.1 A CIDADE: OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS E FORMAÇÃO DA CIDADANIA

Para a presente pesquisa, foi verificado que o ponto central entre os entes envolvidos e aqui apresentados - a população, em especial, os estudantes e seus responsáveis; a escola; e o poder público - é a cidade. O lugar em sua mais rebuscada definição. Com as características amorfas e sob as condições mais severas e irregulares de ocupação e gestão. A cidade em sua plenitude; singular e plural; aparelhada e carente; cultural e analfabeta. A cidade conceitualmente próspera e efetivamente fracassada, como tantas no mundo, em especial no Brasil. A cidade recorrentemente reduzida ao conceito de espaço desenvolvido sobre vários alicerces abstratos e limitado territorialmente. Segundo Castells (1972, p.152 apud LOPES, p.45), do ponto de vista econômico:

O espaço tem uma definição geográfica, tem uma definição histórica, tem uma definição econômica, tem uma definição social. Tal como tem sido sustentado, não é uma simples página branca sobre que se inscrevem as ações dos grupos e das instituições, apenas condicionadas pelo comportamento de gerações anteriores. Fatores naturais existem que estão longe de terem sido satisfatoriamente controlados e é da união deles com os fatores culturais que decorre toda a problemática social "através de um processo dialético pelo qual uma espécie biológica particular, o "homem", se transforma e transforma o seu ambiente na sua luta pela vida e para a apropriação diferencial do produto do seu trabalho.

A cidade surge como um fator determinante para que o homem deixe de ser nômade e passe a viver fixamente em um mesmo local. A saída para busca da caça,

da pesca e da colheita aleatória dos frutos acessíveis dá lugar às criações, à agricultura e à piscicultura ou ao controle sobre o habitat dos peixes. Os grupos sociais fixados em um mesmo local começam a aumentar e os interesses principais com o objetivo de sobrevivência passam a ser naturalmente compartilhados, assim como características inerentes às pessoas que ocupam e habitam um mesmo local. Os indivíduos passam a se parecer em forma de agir, de vestir, de se expressar e até de falar, criando várias línguas em uma só. Elementos que passam a ser inerentes ao povo do local e constituir o que chamamos de regionalismos.

Santos (1959), concordava com uma conceitual proximidade e solidariedade entre região e cidade. Um seria premissa para o outro, em ambos os sentidos. O geógrafo entendia ainda que o conceito de centralidade era insuficiente para caracterizar a cidade, sendo necessário associá-la a outros elementos de caracterização.

No entanto, para Santos a dinâmica característica de locais onde encontram-se comunidades que nascem e crescem originou o conceito de espaço.

[...] O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

A espaço é o local vivo e dinâmico, fruto das relações entre as pessoas e dessas com os seus cotidianos, o que origina a cidade.

Embora haja uma divergência por parte de alguns autores sobre a definição de cidade, consensualmente existe uma associação a elementos como espaço, modos de produção e convivência dos indivíduos em sociedade. Como base na premissa de que a formação da cidade prescinde da interação entre o homem e o espaço, Ferreira (1989, p.50) afirma que: “os diversos espaços econômicos abstratos se sobrepõem e os pontos nesses espaços de ‘n dimensões’ representam, em geral, certas combinações de fluxos de mercadorias e serviços”; já Souza (1995, p.27) define o espaço como “objeto natural modificado pela intervenção humana que cria o espaço social via dinâmica social”; e, ainda nesse sentido, Lopes (2005, p.45) diz:

O espaço é assim um produto material, como se pode considerar que os homens o são; entre eles, espaço e homens, estabelecem-se relações sociais determinadas que os influenciam e dão ao espaço formas, funções e

significado social que serão expressão concreta das resultantes históricas nas quais se desenvolve a sociedade.

Geograficamente, a cidade criada de um embrião territorial localizado segundo viabilidades logísticas, começa a aumentar a população e este aumento traz a necessidade de expansão territorial. Nesse momento, o núcleo originário, de forma semelhante ao que acontece na biologia, começa a aumentar os números de células e este crescimento pode acontecer ordenada ou desordenadamente. Para esta analogia, vale ressaltar que para a biologia humana o surgimento de novas células de maneira desordenada é o fenômeno que origina o Câncer. Quando as várias células existentes formam um corpo, podemos compará-lo então a uma cidade. Um corpo que tem a formação e o funcionamento perfeito das suas células é o que chamamos de sadio; caso contrário, as doenças que podem ocorrer durante a vida desse corpo são imprevisíveis.

A cidade pode ser observada, interpretada e entendida sob vários olhares e várias definições diferentes. As ciências ajudam a conferir a pluralidade conceitual da cidade. A economia, a sociologia, a geografia e a filosofia, entre outras, se apropriam de um conceito íntimo para a cidade. A construção do conhecimento de Aristóteles imprime a este espaço um cenário clarificador para o estudo do desenvolvimento restrito aos limites visíveis geográfica e socialmente, na medida em que ela, a cidade, se constitui sobre a condicionante política inerente ao homem.

[...] toda cidade é uma espécie de comunidade, e toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens são praticadas com vistas ao que lhes parece um bem; se todas as comunidades visam a algum bem, é evidente que a mais importante de todas elas e que inclui todas as outras tem mais que todas este objetivo e visa ao mais importante de todos os bens; ela se chama cidade e é a comunidade política. (ARISTÓTELES, Política. L. I, cap. I, 125 a, p.12).

Essa forma de enxergar e definir a cidade deita-se sobre a comodidade do correto. A cidade se forma e se ajusta pelas leis, que são sistematicamente dispostas ao cumprimento. O cidadão aparece como integral e completo, capaz de cumprir e administrar a justiça, além de exercer funções públicas em função do mesmo cumprimento.

A interferência do homem sobre o espaço pode ganhar uma visão sociológica. O conjunto de indivíduos que interferem sobre o território definido como cidade. À maioria dessas interferências, quando visíveis e quando conferem ao espaço

características inerentes aos locais habitáveis, civilizáveis (ou civilizados), humanamente úteis e confortáveis, poderíamos chamar de urbanizações. Quando relacionadas ao desenvolvimento tecnológico, as urbanizações podem ganhar forma diferenciada e atingir espaços não alcançados até então. A máquina, que passou a habitar a cidade junto com o homem, permitiu uma expansão da ocupação antes não pensada. O automóvel é decisivo nesse processo. Permitiu criar estradas, alargar pistas, aumentar as habitações, diminuir o tempo gasto desnecessariamente no deslocamento, interligando, conectando e aproximando os lugares. As outras máquinas vêm depois.

Oriundas de planejamentos e projetos, ou mesmo do acaso, os elementos urbanísticos podem auxiliar no grau de aferição da importância daquele espaço perante outros. Os quesitos urbanísticos elementares tornam um lugar habitável e incluem-se aí a prestação de serviços básicos, como saneamento, educação, saúde e segurança; já os quesitos mais complexos, não elementares e não fundamentais, tornam o lugar preferível, e aí estão inclusos itens de lazer, entretenimento, transporte, ou mesmo incrementos nos itens citados anteriormente, além da obrigatoriedade do poder público.

A cidade se constitui e se desenvolve a partir dos seus habitantes, os cidadãos, dotados dos direitos de viverem sobre o território e dos deveres que regerão a sobrevivência da comunidade ali criada.

O conceito humanístico da cidade a vê como organismo vivo que nasce, cresce e se desenvolve a partir de um núcleo. A ocupação desordenada faz com que o centro possa sucumbir aos movimentos da comunidade dentro do espaço, mudando de lugar e fazendo com que o que antes era o centro físico, passe a ser apenas o centro de fato, enquanto núcleo embrionário. Os novos espaços dão origem a nomes e conceitos diferentes a partir da sua ocupação. Surge a periferia e com ela os espaços não urbanos, semiurbanos ou “sub-urbanos”, que abrigam aqueles que já não conseguem manter-se nos espaços mais próximos dos serviços essenciais e do acesso mais fácil aos bens de consumo.

Importante destacar que as dinâmicas constantes na cidade abrigam movimentações não apenas territoriais, mas também culturais, políticas, econômicas, ambientais, e, sobretudo, de grande concentração de renda e disputa pelo poder. O processo de urbanização passa por tudo isso até que chegue à comunidade, neste

caso à população, em forma de serviços e disponibilidades materiais, essenciais ou não.

Algumas cidades passaram por um processo acelerado de urbanização e de intervenção do homem. A concentração de renda afastou o homem pobre dos grandes centros e o empurrou para as periferias, os subúrbios. As concentrações e as construções mais sofisticadas também seguiram a mesma trilha da renda. No entanto, em alguns casos é notório que o espaço urbano abrigou também sinais de prosperidade que trouxeram consigo um “caos anunciado”. Os avanços tecnológicos criaram novos meios de produção, transporte e comunicação para os quais a cidade não estava preparada. Onde não havia espaço para adequações e replanejamentos, sobrou apenas o caos. A indústria também passa a fazer parte desse contexto e começa a se situar nos centros urbanos, dividindo o espaço e a dinâmica de funcionamento dessa cidade. A cidade que antes era movimentada pelo homem, sob essa ótica, passa a ser movimentada pelo capital. Concepção Marxista se estabelece no espaço da cidade e auxilia sua formação diante dos maiores centros urbanos do mundo, já que Marx em verdade não enxerga a formação do caos, mas sim de uma nova ordem. Sobre isso, Pedrão (2002, p. 18) diz: “A industrialização das cidades é a grande divisão entre a forma e o funcionamento das cidades modernas e anteriores”.

A busca pela definição de cidade é incansavelmente praticada por estudiosos devido ao fato de mais da metade da população mundial estar nas cidades. Há, portanto, um interesse da humanidade pelo fenômeno da formação da cidade. Algumas vezes, o habitat natural da espécie humana é o local menos natural possível. É o espaço que encontrou e sofreu intervenção do homem. Esta concepção permite a dicotomia conceitual da cidade fria, de concreto e construções, e da cidade humanizada, do local onde a vida humana subsiste e se perpetua. Sob essa ótica, Park (1967, p.26) diz que a cidade é:

Um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. [...] a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõe; é um produto da natureza humana.

A rigor, e usufruindo em parte da ignorância dos não-geógrafos, pode-se dizer que cidade é, na verdade, um pouco de cada conceito visto. A cidade é o espaço, que tem pessoas, atividades e características próprias, físicas ou não. A cidade é um

organismo vivo aguardando definições e atribuições de perfis específicos que concluam sobre sua posição perante a geografia, a história, a antropologia, a sociologia, a estatística, entre outras ciências que lá se encontram.

A modernidade, através das novas tecnologias e da globalização material e intelectual, trouxe consigo um processo de constante transformação da cidade que não respeita os limites territoriais. Um fenômeno de extrapolação aos limites de espaço. Até porque, muitas vezes, os limites já não existem mais, pois estão em estado intangível, invisível, na maioria das vezes apenas imaginável. Nesse sentido:

A cidade se transforma não apenas em razão de “processos globais” relativamente contínuos (tais como o crescimento da Produção Material no decorrer das épocas, com suas consequências nas trocas, ou o desenvolvimento da racionalidade) como também em função das modificações profundas no modo de produção, nos planos cidade-campo, nas relações de classe e propriedade. (LEFEBURE, 1991, p. 53).

Inicialmente, o homem que habita a cidade é o cidadão. Porém, outros aspectos conferem cidadania ao homem. Esses aspectos surgiram a partir do desenvolvimentos histórico das cidades e das suas principais características, como a divisão entre os espaços urbanos e suburbanos; centrais e periféricos. Os serviços não se restringem aos núcleos, apesar de que as demandas são atendidas de forma bem menos satisfatória nas periferias. Ainda assim, o homem da periferia continua tendo as obrigações semelhantes aos habitantes dos centros. Prover o estado de recursos oriundos dos tributos recolhidos é papel do cidadão, no centro ou fora dele; prover a população, mesmo a periférica, da prestação de serviços essenciais, em contrapartida, é papel do estado. A mera observação empírica permite a clara constatação de que não exatamente isso que acontece em países do terceiro mundo, ou como se costuma dizer atualmente, em desenvolvimento, como o Brasil.

É comum o entendimento equivocado de que o homem que trabalha, que produz monetariamente é o cidadão. Assim, como se definiria o homem alijado deste plano do trabalho por qualquer fator que seja? Sim, pois há uma série de fatores que podem impedir o indivíduo de produzir riqueza, inclusive fatores legais. Sobre isso, Antunes (1999, apud LEAL, 2012, p. 43) “explana sobre a questão do sentido do trabalho, sua análise sobre a conjuntura deste na sociedade contemporânea - consequentemente sobre a cidade - traz uma visão global sobre o ser humano neste espaço. Ele não se restringe a falar sobre os efeitos do modo de ver o trabalho na

sociedade dos países de terceiro mundo. A análise dele ultrapassa esse sentido local e fala sobre a sensação da humanidade frente a essa questão. Esse extrapolar do “olhar” é necessário para transcender sobre a cidade e seu desenvolvimento urbano. É preciso não só elencar conceitos, mas refletir sobre o homem neste espaço, sobre o cidadão criado e moldado para a formação dessa dinâmica social”.

A dinâmica citada insere o homem em uma condição de propulsor do conceito da cidadania. O neoliberalismo carrega consigo para a modernidade uma reestruturação do contexto econômico frente ao social. O modo de produção é remanejado de forma a comportar o cidadão e enquadrá-lo como indivíduo produtivo ainda que diante de um momento não produtivo. O cidadão o é não pelo seu trabalho para si, mas pelo seu trabalho pelo sistema. Na história recente o homem passa a ser valorado pelo estado porquanto ele valha diante de uma conjuntura de desenvolvimento urbano. Nessas condições, segundo Leal (2012, p.44 e 45):

Uma matriz conceitual sobre cidadania permite compreender a importância dessa relação social e como o desenvolvimento urbano é alavancado quando há a inversão de valor - ao invés do acúmulo do capital, o ser humano seja o centro da discussão para as melhorias no convívio social. É preciso, de certa forma “retroceder” e voltar a pensar nas necessidades básicas e efetivas do homem. São ações simples que podem transformar a sociedade.

Como é de se esperar, uma matriz conceitual sobre cidadania não consolida e muito menos reduz o conceito, mas sim traz o supracitado dos principais conceitos encontrados sobre o tema. Demonstra óticas distintas sobre um mesmo tema, abrindo a possibilidade de redução, resumo ou mesmo constatações para o leitor, conforme pode ser visto abaixo:

Quadro 2 – Matriz Conceitual Sobre Cidadania

CONCEITOS DE CIDADANIA
A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. DALMO DALLARI
Cada um tem uma propriedade em seu próprio corpo que só a ele diz respeito. O cidadão que tem esta propriedade! Propriedade passa a ser o fruto que o Corpo produz. O direito a apropriação deve ser dos diligentes e racionais, em vez de preguiçosos e incapazes (ideologia capitalista). LOCKE A cidadania como relações mais justas entre os homens. O Contrato Social. Nenhum homem tem autoridade natural sobre seu semelhante; a força não produz direito. Preocupação em não separar a igualdade (aspecto econômico) da liberdade (aspecto político). ROUSSEAU
O Estado de Direito entre indivíduos e Estados. O estado de Direito que pode assegurar o desenvolvimento pacífico da humanidade. O Governo pelas leis. Processo irreversível. Instrumento para valer seus direitos. KANT
A cidadania não é uma categoria burguesa. Pode ser elaborada, apropriada e utilizada pelos trabalhadores como foi utilizada pela burguesia. MANZINI-COVRE
Cidadania como categoria de luta. Critica o uso dos direitos pela burguesia para dominar os outros grupos sociais. O marxismo se propõe a lutar contra a transformação do próprio trabalho em arma de opressão e exploração. Administração da sociedade pela classe trabalhadora, que toma o poder e planeja o acesso de todos ao trabalho e aos bens necessários à vida. MARX
Cidadania, segundo Marshall, é a participação integral do indivíduo na comunidade política; tal participação se manifestando, por exemplo, como lealdade ao padrão de civilização aí vigente e à sua herança social, e como acesso ao bem-estar e à segurança materiais aí alcançados. Propôs a primeira teoria sociológica de cidadania ao desenvolver os direitos e obrigações inerentes à condição de cidadão. Estabeleceu uma tipologia de direitos de cidadania. Seriam os direitos civis, conquistados no século XVIII, os direitos políticos, alcançados no século XIX – ambos chamados direitos de primeira geração – e os direitos sociais, conquistados no século XX, chamados de direitos de segunda geração. MARSHALL
É a parcela passiva e ativa de indivíduos em um Estado-nação como certos direitos e obrigações universais em um específico nível de igualdade. JANOSKI
No Brasil, a construção da cidadania ocorre de forma inversa àquela que se dá nos países do chamado Primeiro Mundo. A cidadania surge então como resultado de um processo histórico de lutas no qual as leis são um de seus momentos. A mudança gradual e lenta da cultura política é fator e resultado do exercício da cidadania, sob a forma ativa, aquele que opera via a participação dos cidadãos, de forma que interfere, interage e influencia na construção dos processos democráticos em curso nas arenas públicas. GOHN

Fonte: Leal (2012, p. 44 e 45).

Nota: Adaptação feita por Leal (2012) com base em pesquisas realizadas para a disciplina “Tópicos Avançados de Sociologia e Cidadania, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (UNIFACS), em 2012.

Observe-se na diversidade de conceitos vista acima que, se por um lado, a ideologia capitalista de Locke considera apenas o indivíduo, Rousseau constrói o conceito de cidadania a partir da coletividade. Assim como o processo de construção

da cidadania através dos direitos se dá de forma oposta à definição de Gohn, que pressupõe a luta para a conquista do direito à cidadania.

No Brasil há elementos que se transformaram historicamente em doenças sociais crônicas. A urbanização, a ocupação do espaço, a concentração de renda, as forças e as disputas políticas, a qualidade da formação de mão de obra, e a qualidade do emprego, são feridas abertas na sociedade, que insistem em interferir sobre quais os indivíduos que são ou não cidadãos, ainda que habitem ou não os espaços urbanos e periféricos.

Há ainda uma outra questão a ser levantada, que remete aos elementos mais intrínsecos da sociedade. No Portal Brasil⁷ do Governo Federal, é possível ver a definição de que, segundo a legislação vigente no país, “Exercer a cidadania é ter consciência de suas obrigações e lutar para que o que é justo e o correto sejam colocados em prática”. Esta afirmação prescinde de que seja proporcionada ao cidadão a condição mínima de conhecimento e entendimento sobre as obrigações do indivíduo dentro da sociedade brasileira, bem como discernimento suficiente para a compreensão dos conceitos mais elementares de justiça e correção.

Nesse contexto, muito da herança referente à formação da população brasileira está atrelada à história escravista do país. Não se trata, no entanto, de um discurso panfletário no sentido de protestar pelas mazelas do governo e atribuir a elas as culpas pelas mazelas humanas. A condição em que a porção escravizada da população foi deixada imediatamente após a libertação total desse grupo acabou sendo uma forma de aprisionamento talvez pior do que o que era visto nas senzalas. Não houve uma preparação para que os escravos libertos pudessem ser inseridos, de fato, na sociedade e exercer a cidadania, cumprindo regularmente seus deveres e usufruindo dos seus direitos, que antes - na condição não de gente, mas de mercadoria - não tinham. Essa nova condição aumentou exponencialmente a vulnerabilidade da nova família que não tinha o elementar para a conquista dos padrões familiares de fato.

Essa população, formada essencialmente por negros e mulatos e por quem mantinha com eles alguma relação direta, foi abandonada de forma que só lhes restou a ocupação periférica das cidades e dos centros urbanos. Desde o início do século XX, ou seja, logo após a Lei Áurea, em 1888, essa afirmação continua sendo atual e reflexo dos fatos.

⁷ Portal da internet administrado pelo governo federal, que reúne informações sobre os mais variados temas relativos ao maior país da América Latina, o Brasil.

Souza (2003, p. 60) utiliza-se de conceitos e fundamentações oriundas de Boudieu⁸ e Taylor⁹, para construir um conhecimento diferenciado sobre a constituição e a configuração da sociedade e da cidadania, a partir da origem e do habitat.

Para Bordieu e Taylor, a sociedade moderna se singulariza precisamente pela produção de uma configuração, formada pelas ilusões do sentido imediato e cotidiano, que Taylor denomina “naturalismo”, e Bourdieu “doxa”, que produzem um “desconhecimento específico” dos atores acerca de suas próprias condições de vida. Também para ambos, apenas uma perspectiva hermenêutica, genética e reconstrutiva, poderia reestabelecer as efetivas, ainda que opacas e intransparentes, pré-condições da vida social numa sociedade desse tipo. No entanto, o desafio concreto aqui é o de articular, sistematicamente, também as unilateralidades de cada uma das perspectivas estudadas de modo a torná-las operacionais no sentido de permitir perceber como moralidade e poder se vinculam de modo peculiar no mundo moderno, e muito especialmente no contexto periférico. Talvez o aspecto que mais explicita as deficiências da teoria bourdieusiana e ponha a nu a necessidade de vinculá-la a uma teoria objetiva da moralidade como a tayloriana é o radical contextualismo da sua análise da classe trabalhadora francesa que o impede de perceber processos coletivos de aprendizado moral que ultrapassam de muito as barreiras de classe. Na análise de Bourdieu sobre a produção opaca da desigualdade nas condições das sociedades modernas avançadas como a francesa²⁴, o patamar último da sua análise, que fundamenta uma infinidade de distinções sociais, é a situação de “necessidade” da classe operária. O que mostra o caráter histórico contingente e espaço-temporalmente contextual dessa “necessidade” é que ela se refere à distinção de hábitos de consumo dentro da dimensão de pacificação social típico do welfare state. O que é visto como “necessidade”, nesse contexto, comparando-se a sociedades periféricas como a brasileira, adquire o sentido de consolidação histórica e contingente de lutas políticas e aprendizados sociais e morais múltiplos de efetiva e fundamental importância, os quais passam despercebidos enquanto tais para Bourdieu. Assim, gostaria de propor uma subdivisão interna à categoria do habitus de tal modo a conferir-lhe um caráter histórico mais matizado, inexistente na análise bourdieusiana, e acrescentar, portanto, uma dimensão genética e diacrônica à temática da constituição do habitus. Assim, em vez de falar apenas de habitus genericamente, aplicando-o a situações específicas de classe num contexto sincrônico, como faz Bourdieu, acho mais interessante e rico para meus propósitos, falar de uma “pluralidade de habitus”. Se o habitus representa a incorporação nos sujeitos de esquemas avaliativos e disposições de comportamento a partir de uma situação socioeconômica estrutural, então mudanças fundamentais na estrutura econômico-social deve implicar, conseqüentemente, mudanças qualitativas importantes no tipo de habitus para todas as classes sociais envolvidas de algum modo nessas mudanças.

Antes mesmo das postulações legais, a cidadania pode ser uma característica inerente ao indivíduo identificado culturalmente com o local, a cidade. Este vínculo

⁸ Pierre Bourdieu (1930-2002). Destacado filósofo francês proveniente de uma família campesina. Foi assistente de Raymond Aron na Faculdade de Letras de Paris e tornou-se referência na Antropologia e na Sociologia publicando trabalhos sobre educação, cultura, literatura, arte, mídia, linguística e política.

⁹ Charles Taylor. Filósofo canadense de 85 anos. Formou-se em História em 1952 pela Universidade McGill e em Filosofia política e econômica pela Universidade de Oxford. Escreveu trabalho sobre Hegel, Wittgenstein, Heidegger e Merleau-Ponty.

pode não estar atrelado ao local de nascimento desse indivíduo, pois a identidade pode ser construída.

Resgatando os conceitos sobre cidadania de Kant e Marshall constantes na matriz conceitual vista anteriormente, a cidadania também pode estar ligada ao quanto o indivíduo usufrui da estrutura da sua cidade. Quanto e quais os serviços disponibilizados ao indivíduo através de políticas públicas? Estes serviços são suficientes para a manutenção da sua dignidade? Os demais, não oferecidos, estão enquadrados de forma que o indivíduo possa recebe-los sob condicionantes claras, objetivas e possíveis?

Não se trata de condicionantes à conquista ou enquadramento na cidadania, mas de um conjunto de fatores que podem fazer parte de uma posição do indivíduo diante do seu local de moradia.

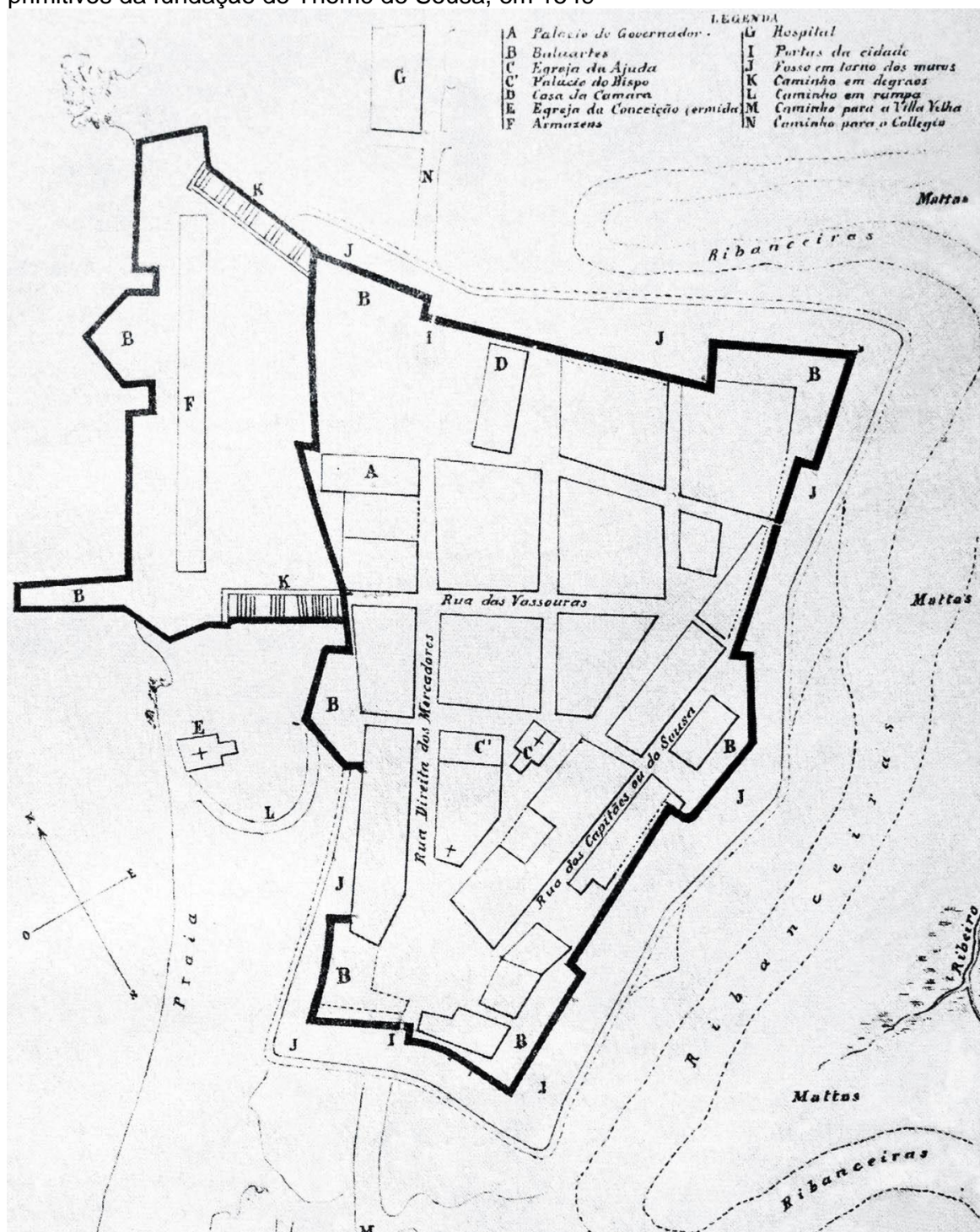
4.1 A CIDADE DE SALVADOR

A cidade de Salvador, capital do estado da Bahia, é peninsular, está localizada na Mesorregião Metropolitana de Salvador e Microrregião de Salvador, na Região Nordeste do país.

Dizem os historiadores que a cidade de São Salvador da Baía de Todos os Santos foi fundada em 1549 “do nada”, já que nada exigia que fosse fundada uma nova cidade entre a Vila da Barra, habitada essencialmente por europeus e índios; a zona do porto, onde desembarcavam novos moradores, provisões vindas de além mar, e local que logo se tornaria uma das principais portas de entrada de escravos no país; e a área onde hoje é o subúrbio ferroviário da cidade, na época um balneário utilizado pelos nobres e abastados para o descanso e o lazer distante do movimento das vilas.

O centro urbano da cidade, localizado na então já denominada “Cidade Alta”, só era acessível através dos primitivos caminhos abertos para este fim ou pelas ribanceiras mais próximas da costa e tinha as Portas da Cidade. Era formado por igrejas, palácios destinados ao Governador e ao Bispo, hospital e armazéns, era protegido por muros e baluartes, com um fosso no entorno, conforme figura a seguir.

Figura 1 – Planta da Cidade do Salvador, com indicação dos muros e circunvalação primitivos da fundação de Thomé de Sousa, em 1549



Fonte: Mapa elaborado por Theodoro Sampaio, publicado em seu livro História da Fundação da Cidade do Salvador (1959).

Nota: Segundo o autor, é uma cópia reduzida do original existente no manuscrito "Razão do Estado do Brasil de 1611" do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Tomé de Sousa, primeiro governador do Brasil, criou a cidade para ser a capital lusitana na América, efetivando o processo de colonização portuguesa. Até o final do século XVIII Salvador era uma das principais cidades da América devido à sua intensa

atividade portuária com Portugal. Até o início do século XIX era a maior cidade do Brasil e a segunda maior do império lusitano depois de Lisboa. Em, 1808 a cidade se tornaria a primeira sede da Coroa Portuguesa no Brasil.

Ao longo da sua história, a economia de Salvador passou por diversos estágios. Segundo Santos (1959), a cidade e o seu centro se destacaram por meio de algumas funções importantes para o desenvolvimento econômico. Até o fim do século XVI as atividades portuárias dinamizam a região com a exportação de produtos e importação de manufaturados. O destaque administrativo se deu pelo fato de a cidade abrigar o Primeiro Governo Geral do Brasil, gerando uma grande crise quando esta função foi transferida para o Rio de Janeiro, em 1773. A cidade se afirmou comercialmente, em decorrência do crescimento da atividade bancária e do comércio varejista, entre os séculos XVII e XVIII. Nesse mesmo período, as atividades artesanais e fabris também foram marcantes para o desenvolvimento de Salvador.

Os séculos XIX e XX foram marcantes para o crescimento da capital baiana. A configuração topográfica propiciou o seu crescimento ao longo dos morros e colinas existentes, a partir da construção de aterros, viadutos, trilhos e ruas, bem como da sua área litorânea, em especial a baía. Vale ressaltar que até a metade dos anos 1970, Salvador ocupava apenas 30% da área continental do município. A implantação de parques industriais e novas avenidas impulsionaram um crescimento da malha urbana da cidade em mais de três vezes.

Sobre o crescimento acelerado e desordenado da cidade de Salvador durante o século XX, alguns autores já se manifestam há muito tempo sobre a ocupação irregular de espaços na capital baiana, gerando conflitos ambientais e estruturais. Segundo Silva (2003, p.111).

Salvador conhece a intensificação dos processos de ocupação urbana das últimas áreas livres do território municipal e a densificação da ocupação de outras áreas, especialmente com a verticalização. Isso provoca uma forte tendência a uma contínua e rápida reestruturação hierárquico-funcional de áreas da cidade, com repercussão na circulação, gerando crises e conflitos sócio-espaciais e ambientais, acentuados pelos frágeis processos de planejamento e gestão do município.

O aumento da densidade demográfica da cidade de Salvador se dá de maneira exponencial no século XX e isso tem reflexos. Sobre esse crescimento, Gomes (2008, p.9) diz:

O Crescimento populacional – 294.253 habitantes em 1940 para 629.772 em 1960, chegando a 2.892.625 em 2007 (IBGE, 2005) – se refletiu também na carência de habitação, forçando a Prefeitura a implantar infra-estrutura em áreas distantes, privilegiando o mercado imobiliário e a especulação fundiária. Tudo isso repercutiu na dinâmica da cidade, na desordenada ocupação do solo e das áreas verdes.

Cabe salientar que a dinâmica acima mencionada envolve não apenas questões de ocupação, mas de funcionamento, de fluxo de pessoas, de veículos e de recursos diversos. O aumento da população leva à expansão ou modificação no modelo de ocupação dos espaços, algumas vezes à verticalização das moradias. No caso de Salvador, levou à ocupação de locais impróprios, inadequados ou não preparados para receber pessoas. A formação de conglomerados de habitações dessa natureza originou muitas das comunidades favelizadas conhecidas hoje no território nacional e na capital baiana não foi diferente. A ocupação ilegal levou, inclusive, a uma certa dificuldade na expansão e chegada de serviços básicos como urbanização e asfaltamento; saneamento, água e esgoto; energia elétrica; gás encanado; e telefonia.

Hoje, Salvador é a terceira maior capital do país. A Região Metropolitana de Salvador (RMS) compreende 12 municípios localizados no entorno da capital, entre o Recôncavo Baiano e o Litoral Norte: Camaçari, Candeias, Simões Filho, Lauro de Freitas, Dias d'Ávila, São Francisco do Conde, Pojuca, São Sebastião do Passé, Mata de São João, Madre de Deus, Vera Cruz e Itaparica. Parte destes municípios só foram oficialmente incorporados à região recentemente, através de Leis Complementares sancionadas pelo Governo do Estado da Bahia entre os anos de 2007 e 2009.

Segundo o IBGE (2014), a RMS tem uma população de 3.919.864 habitantes em um território de 4.375,123 km², representando uma densidade demográfica de 895,943 hab/km².

Porém, ela está estrategicamente assentada em um território peninsular encravado entre a Baía de Todos os Santos, que beneficiou o país propiciando muitas atividades mercantis e de defesa; o Oceano Atlântico, canal fundamental de ligação com o resto do mundo durante muitos anos; o Litoral Norte do Estado, ligação estratégica com o restante do Nordeste do país; e as saídas onde estão as estradas que ligam a cidade ao Recôncavo Baiano e às Regiões Sul e Sudeste do Brasil.

verde de uso público da capital baiana e conta com equipamentos de lazer, a exemplo de uma ciclovia, que contorna a Lagoa de Pituaçu, e um píer com pedalinhas, para passeios pela lagoa, além de receber diariamente praticantes de canoagem.

O parque cresceu no entorno da Lagoa de Pituaçu, que foi formada artificialmente no início do século passado, a partir do represamento do Rio Pituaçu, passando a servir de manancial de abastecimento da cidade, o que hoje acontece a partir dos Rios Joanes, Ipitanga, Pedra do Cavalo e Pojuca.

Até a década de 1960, o acesso ao local só era possível pela orla marítima e fazia parte de uma área nobre da capital baiana, utilizada a partir da segunda metade do século XIX essencialmente para veraneio e temporadas. O bairro se formou a partir da porção já ocupada por casas, entre a área de mata atlântica e o mar. A quantidade de imóveis de expandiu rapidamente no local, mas de forma desordenada, fazendo com que os imóveis ali localizados permanecessem e boa parte do território fosse hoje ocupada por imóveis ilegais, situados inclusive em áreas de preservação ambiental (APA) e áreas de preservação permanente (APP) pertencentes ao parque, no centro de uma área de mata atlântica, entre os bairros do Imbuí e Piatã, e a Avenida Luis Viana Filho, estes formados nos anos 1970. Sofrendo influência de outras ocupações territoriais irregulares que aconteciam nas suas proximidades, a exemplo do Bate-Facho e do Jardim Imperial, foi quase inevitável que a comunidade de Pituaçu – ou grande parte dela – ganhasse características do que hoje é comumente chamado de favela, incluindo os imóveis que porventura não fossem clandestinos ou ilegais.

Além do crescimento populacional naturalmente ocorrido nas grandes cidades de forma exponencial, a imigração crescente da população do campo para a cidade também contribuiu, e continua contribuindo, para que as demandas da população sejam sempre maiores do que a capacidade de suprimento dessas demandas por parte do poder público. Segundo Souza (2010), em algumas décadas, dezenas de milhões de pessoas migraram dos campos para as cidades sem que os governos locais estivessem dispostos a investir no atendimento das necessidades mínimas de saneamento e moradia para estas populações. Com isso o aumento de moradias irregulares gerou imensos danos ao equilíbrio ambiental e a sadia qualidade de vida da população.

O quadro abaixo mostra o crescimento populacional da capital baiana nos últimos seis anos, confirmando um incremento médio de 1,63 % ao ano no período.

Tabela 1 - Crescimento populacional de Salvador-BA

	POPULAÇÃO ESTIMADA	DENSIDADE DEMOGRÁFICA
2010	2.675.656	3.859,44 hab/km ²
2016	2.938.092	4.237,66 hab/km ²

Fonte: IBGE (2010)

Nota: Quadro elaborado pelo autor desta dissertação.

Observe-se que esse crescimento populacional e, portanto, de território ocupado nas cidades, acontece quase sempre tendo como resultado a ocupação indevida do solo, na maioria das vezes em áreas de preservação e de difícil acesso. Nas últimas duas décadas, os governos vêm imprimindo esforços no sentido de corrigir a sua ausência nesses casos. A Lei Federal 10.257 de 2001¹⁰, prevê que o planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição da população nos espaços e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, deve ocorrer no sentido de evitar distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, além de corrigir as distorções já existentes. Na prática, as dinâmicas políticas e de gestão pública limitam em muito as ações dos gestores

O uso indevido e a ocupação desordenada do solo fez com que a formação de comunidades em locais isolados das extensões urbanas e distante dos olhos das políticas públicas ligadas aos serviços essenciais ao cidadão, como o saneamento básico, limpeza pública, saúde coletiva, segurança pública e educação básica, estivessem à margem dessa porção da sociedade. Em alguns casos, poderes paralelos demarcaram territórios e começaram se fazer presentes onde o estado não estava. Em um modelo semelhante a um assistencialismo caro ao cidadão, as facções que assumiam esse poder cobravam dos moradores, às vezes em dinheiro, muito mais caro do que o que seria o correto, às vezes em troca de silêncio, cumplicidade e outros serviços, do mesmo modo marginais, o que invariavelmente expõe os moradores, em especial as crianças e adolescentes, a situações de risco.

¹⁰ Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

4.2.1 As moradias do Parque Metropolitano de Pituvaçu

O acentuado crescimento populacional de Salvador entre os anos de 1940 e 1980 logo ganhou reflexo na carência de habitações, fazendo com que a prefeitura a levar infraestrutura a áreas distantes do centro, incentivando a especulação fundiária e a ocupação desordenada de algumas áreas da cidade, a exemplo do Parque de Pituvaçu.

Assim como a maior parte dos bairros não planejados, situados em locais que são ocupados e povoados desordenadamente e sem qualquer controle e acompanhamento do estado, o bairro de Pituvaçu tinha inicialmente a configuração de uma aldeia, contando até com moradias feitas de palhoça e troncos de madeira. Com o aumento da ocupação e a chegada de muitas pessoas vindas do centro urbano, iniciou o processo de construções de casas de “pau a pique”, até serem iniciadas as construções mais sólidas.

Exceto as casas usadas pelos veranistas, muitos, apesar de abastados, também ocupantes ilegais, os tijolos, as telhas, o cimento e o concreto só começaram a fazer parte das construções a partir da década de 1970, mas o local ainda não estava urbanizado, não tendo luz elétrica e nem saneamento. A substituição das antigas cabanas e casas de barro por edificações foi lenta e gradativa, e mesmo hoje em dia é possível encontrar no local pessoas morando em condições semelhantes ao passado. Ressalte-se que a maioria das casas “de tijolo” foram construídas sem qualquer critério técnico de engenharia ou arquitetura, muitas vezes de forma colaborativa ou em mutirão entre os vizinhos, tendo entre eles pelo menos um pedreiro prático direcionando os trabalhos.

A expansão urbana, quando refletida em mobilização de limites territoriais, geralmente é fruto da carência por habitação, que por sua vez é oriunda do crescimento populacional. Analisando esta cadeia do ponto de vista da orla marítima de Salvador, fora do que era o centro urbano até o início do século passado, a dinâmica social e territorial acabou forçando a prefeitura a levar, pelo menos em parte, infraestrutura urbana e serviços públicos essenciais para esses locais mais distantes e para as comunidades próximas. No caso da ocupação das áreas próximas à região oceânica da capital baiana, assim como aconteceu na maioria das principais capitais litorâneas do país, houve um claro desequilíbrio entre a disponibilidade territorial e a extensão ocupada, o que resultou na ocupação irregular de Áreas de Preservação

Ambiental (APA) e Áreas de Preservação Permanente (APP). Todas essas dinâmicas são características do processo de metropolização, sobre cuja ocorrência em Salvador, Brito (1997, p. 49) referiu-se assim:

Com o advento da metropolização a capital baiana gerou impulso e deu continuidade ao seu curso evolutivo, “aleatório” e muito rapidamente consumindo indiscriminadamente os estoques de terrenos disponíveis, comprometendo a continuidade de existência dos recursos naturais ainda existentes no município, como as águas superficiais e áreas de preservação ambiental.

No caso da comunidade do Parque de Pituaçu, a dinâmica da metropolização serviu de justificativa à apropriação e ocupação indevida dos espaços urbanos enquanto bens públicos, sobretudo áreas que, mais tarde, com a devida regulamentação, teriam sua ocupação sumariamente proibida. A pretexto do desconhecimento da lei e da omissão do poder de estado, que disciplinaria o uso do bem público e a ocupação territorial, historicamente, uma parcela cada vez mais significativa de cidadãos de Salvador incorreu em mazelas que resultaram na formação desordenada da cidade e em grandes prejuízos sociais muitas vezes sentidos apenas a longo prazo, em decorrência da ocupação desprovida da técnica.

Retomando momento anterior, importante salientar que na medida em que o poder público precise seguir o rastro do crescimento populacional para proceder a implementação das políticas públicas em áreas recentemente e inadequadamente ocupadas, a implantação dos serviços públicos essenciais no local corre sérios riscos independentemente da vontade política que porventura exista.

Visando tentar contribuir para suprir alguns desses serviços públicos não prestados em áreas de difícil acesso, como a comunidade de Pituaçu, o Sr. Frank Cerqueira Araújo criou a Associação Esportiva Cultural de Pituaçu, que realiza uma série de eventos esportivos e culturais ao longo do ano. Segundo ele “O bairro hoje não conta com atividades de lazer, mas conseguimos reunir mais de 5 mil pessoas cadastradas para participarem de torneios de futebol adulto e infantil, masculino e feminino; e temos festas como a queima de judas e as aulas de música e judô. Tudo é feito em parceria com os comerciantes do bairro, os moradores e a escola”. Apesar de não fazer ideia de quantos anos tem o bairro de criado e nem mesmo quantos moradores existem no local ou quais são os limites territoriais, o Sr. Frank afirma categoricamente que “tem gente que mora por aqui há mais de 40 anos e nunca viu o asfalto chegar na rua que mora”, e diz ainda, “falta asfalto nas ruas de cima, falta área

de lazer para as crianças e falta segurança. O bairro é bom, mas seria melhor ainda se não fosse a violência por causa das drogas que atrapalham essas crianças”.

A configuração residencial formada no entorno do Parque de Pituaçu insere-se na descrição de Santos (1994), cuja leitura nos leva a entender que vários aspectos influenciam no processo de urbanização e que novas formas de localização da produção de bens materiais e, principalmente os não materiais, influenciam nas configurações regionais. As novas formatações dos meios de ocupação dos espaços rurais subverte a ordem de ocupação e utilização do espaço, dando margens a situações cada vez mais comuns, de trabalhadores rurais instalados em zonas urbanas.

Em suma, sobre a conformação residencial do bairro de Pituaçu, a área compreendida pelo Parque Metropolitano e adjacências estava inserida em uma zona rural, não agrícola, margeando a costa soteropolitana. A movimentação oriunda da metropolização descrita acima trouxe parte da população para a área não assistida pelos poderes públicos e pelos serviços públicos essenciais, como saúde e educação. A partir da segunda metade da década de 1970 houve um incremento significativo na população do local e a ocupação do território era cada vez mais desordenada. Na década de 1990 o acesso ao bairro se torna mais fácil a partir da orla. Nessa mesma época chegam ao local as primeiras escolas públicas e a regularidade no provimento dos serviços públicos essenciais.

O reconhecimento sobre o bairro de Pituaçu, o local onde está inserida a comunidade do Parque Metropolitano de Pituaçu, como se deu sua ocupação e como são suas moradias, facilitou o entendimento da dinâmica envolvida no caso estudado. Entre o fechamento provisório da Escola Municipal de Pituaçu e o período em que as atividades escolares foram deslocadas para outro bairro, muitas coisas aconteceram no local e a vida das pessoas foi diretamente impactada pela ausência da escola. Por outro lado, dois anos após a demolição do prédio original, após a construção de um novo imóvel para abrigar a escola, a vida dos moradores do local foi novamente impactada, dessa vez de outra forma.

A presente pesquisa, na verdade, gira em torno desses impactos. Entendê-los e interpretá-los é a principal função deste trabalho.

5 O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE PITUAÇU

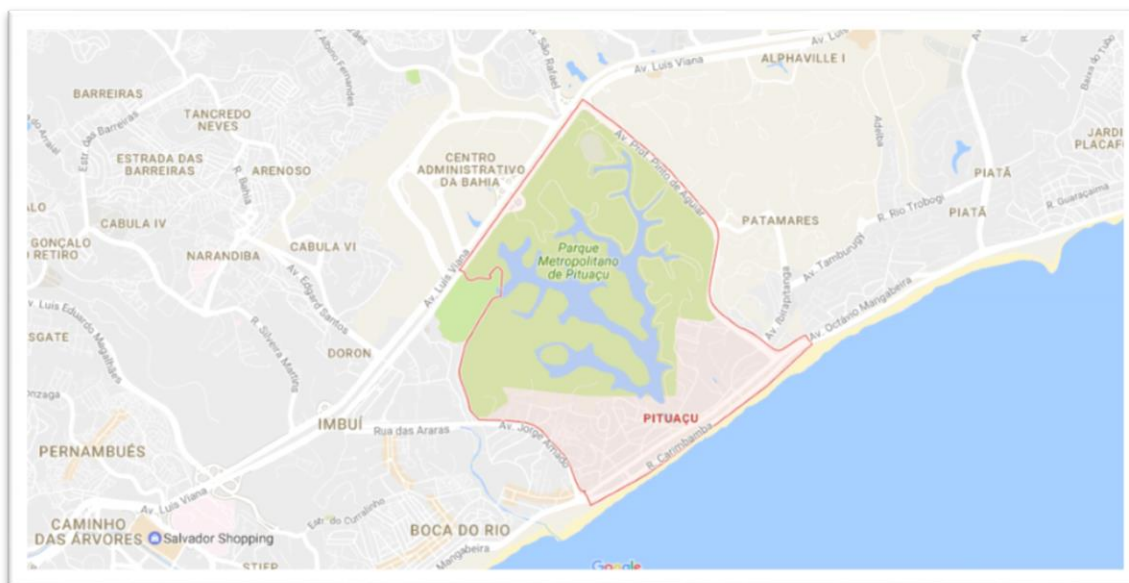
A abordagem da sequência de fatos ocorridos na Escola Municipal de Pituaçu demonstra que a presença de uma escola pública, enquanto um equipamento que disponibiliza um serviço oriundo da formulação de uma política pública estabelecida pelos poderes governamentais, é um importante elo entre o estado e a sociedade. O eventual deslocamento desse elo, ainda que temporário, traz consigo consequências que podem ser devastadoras na manutenção de objetivos comuns para parte de uma comunidade, para a formação do cidadão, e para o estabelecimento de um vínculo e uma identidade deste cidadão junto à sua comunidade. Não se tratou, portanto, apenas do deslocamento de um imóvel, muito menos de um serviço ou uma rotina, mas de laços desenvolvidos a partir de uma imersão social decorrente, em princípio, do processo ensino-aprendizagem, que não será dissecado pelo presente estudo.

5.1 A ESCOLA MUNICIPAL DE PITUAÇU

A Escola Municipal de Pituaçu está localizada no coração da comunidade do mesmo nome, na Rua João Paulo II, a cerca de 500 metros da Rua Carimbamba, na orla, principal via de acesso local. A unidade escolar sempre foi municipal. Segundo a Diretora, Professora Iracema Paixão “os primeiros registros de atas de reuniões de Conselho Escolar são datados de 1997, que foi o ano de fundação pelo então Prefeito Antônio Imbassahy”. A unidade atende hoje a cerca de 320 alunos do segmento Ensino Fundamental II (5º ao 9º ano), predominantemente crianças e jovens de 10 a 17 anos, que desde fevereiro de 2013 estudam em tempo integral, nos turnos matutino e vespertino.

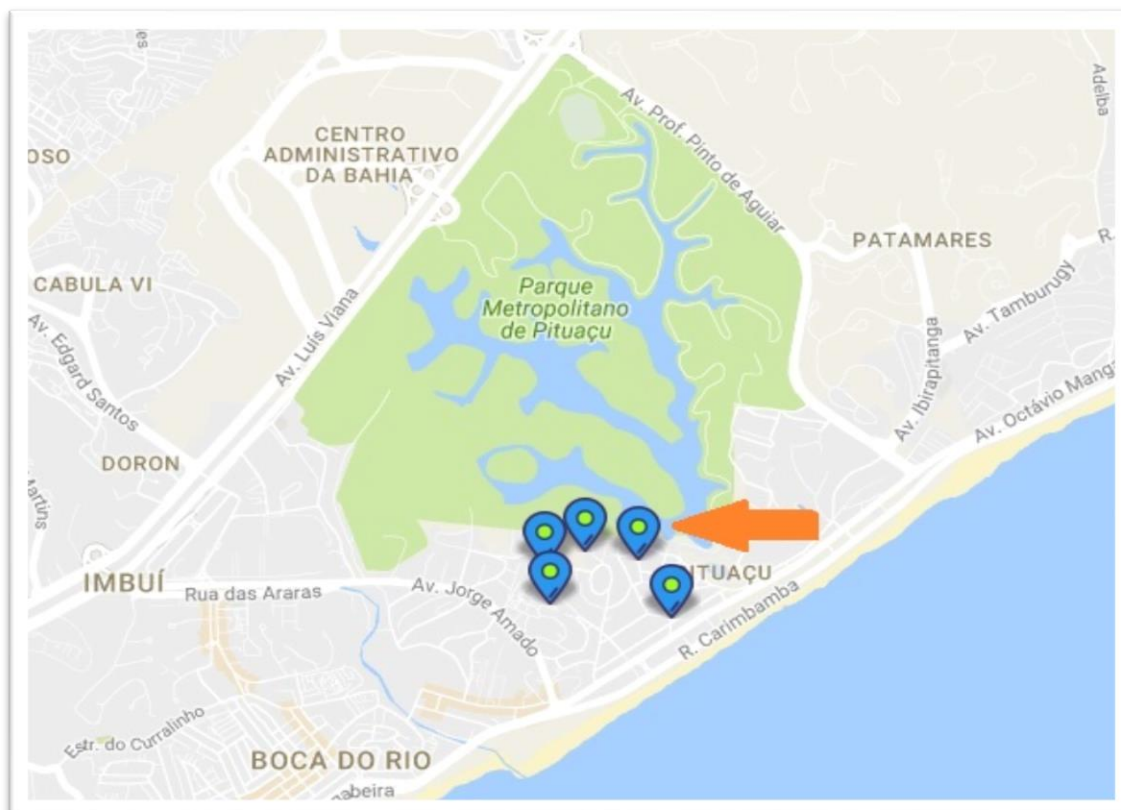
Ela faz parte da Gerência Regional de Educação (GRE) Itapuã, que é composta por 31 escolas, distribuídas entre os bairros de Stella Mares, Praia do Flamengo, Itapuã, Piatã, Pituaçu, Boca do Rio, Nova Brasília, Abaeté, Imbuí, São Cristóvão, Mussurunga e Bairro da Paz. Vale ressaltar que a nomenclatura GRE foi dada pela atual gestão municipal, já que o nome anterior era Coordenadoria Regional de Educação (CRE), sem outras alterações para a que está em questão. Na sequência de figuras a seguir, é possível ver a localização do bairro de Pituaçu dentro do mapa de Salvador, incluindo todo o Parque Metropolitano de Pituaçu; o mapa com as marcações geoprocessadas das escolas próximas à Escola Municipal de Pituaçu; e o mapa da segurança pública de Salvador com a divisão que inclui o bairro de Pituaçu.

Figura 3 – Localização do Bairro de Pituáçu dentro do mapa de Salvador



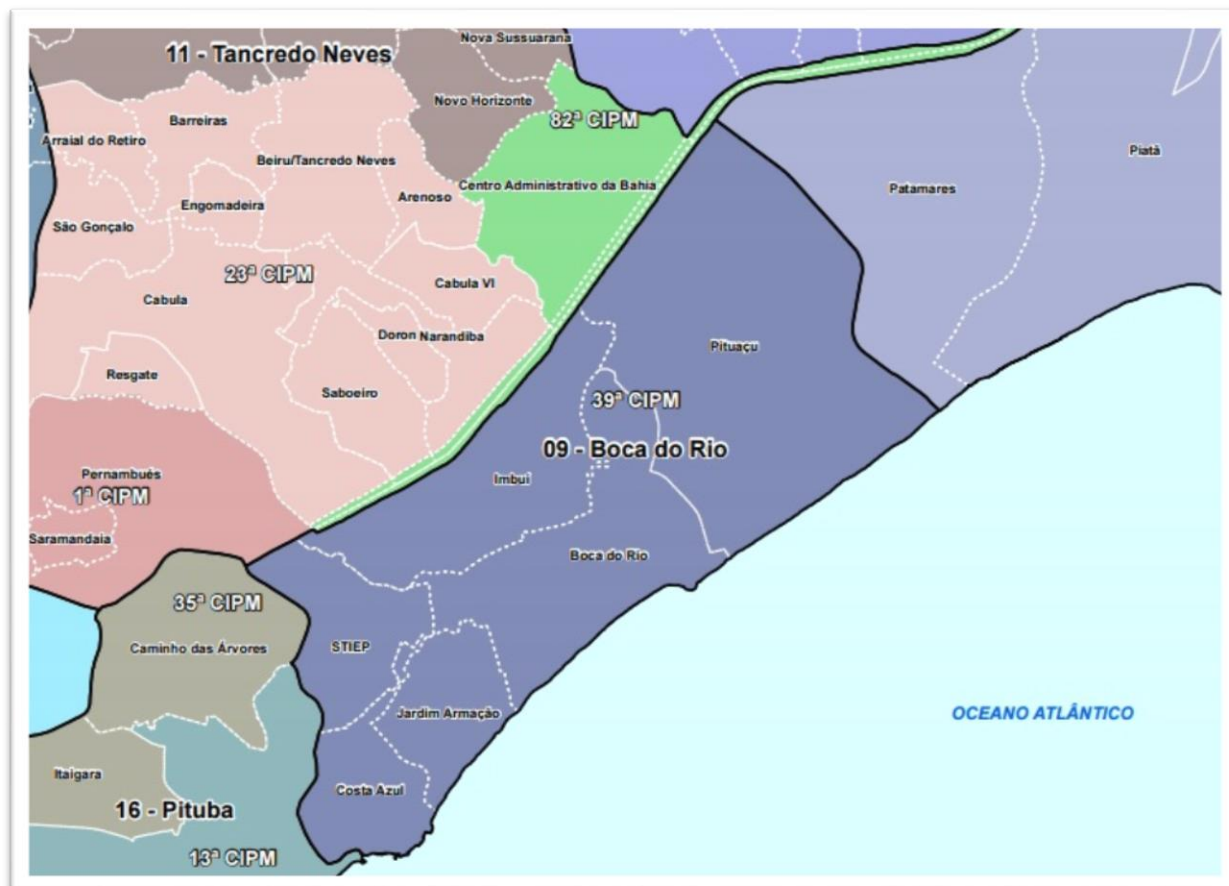
Fonte: Google Maps <google.com.br>. Acesso em: 20 dez 2016.

Figura 4 - Localização da Escola Municipal de Pituáçu entre as demais unidades da Rede Municipal de Ensino nas proximidades



Fonte: Portal SMED (2016).

Figura 5 - Mapa da segurança pública de Salvador BA



Fonte: Portal da Secretaria de Segurança Pública (SSP, 2016).

Importante ressaltar que os bairros que fazem parte da GRE Itapuã não coincidem, por exemplo, com os bairros incluídos na circunscrição da 36ª CIPM e nem do perímetro de atendimento da 9ª CP, órgãos diretamente ligados à segurança pública. As eventuais distorções geradas por essa falta de congruência fizeram com que os números oficiais em relação às questões de segurança na região não fossem considerados para reflexões nesta pesquisa, mas sim relatos dos entrevistados.

A municipalização¹¹ do Ensino Fundamental, em 1996, não foi um processo fácil na capital baiana, assim como aconteceu em quase todas as mais de 5 mil

¹¹ A municipalização objetiva a transferência, prioritariamente, da matrícula dos alunos do ensino fundamental do estado para as redes municipais, seguindo os critérios e condições estabelecidos, de forma progressiva e responsável, visando à elevação da qualidade do ensino. Em 1998, o Governo do Estado, com o intuito de aperfeiçoar os mecanismos de distribuição de responsabilidades entre Estado e municípios, criou o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município, através do Decreto nº 7.254 de 20/03/1998, posteriormente alterado pelo decreto nº 7.685 de 08/10/1999, permitindo o início do processo de municipalização do ensino fundamental. O Programa foi criado com o objetivo de assegurar a universalidade do ensino fundamental obrigatório, garantindo-se a celebração de convênios com os municípios interessados, observando-se as peculiaridades locais e regionais e a capacidade técnica administrativa-financeira do município.

idades do país, em especial nas capitais. A absorção da gestão do Ensino Fundamental pela prefeitura se deu rapidamente, mas a adaptação a esta nova realidade foi muito mais lenta. A adaptação ao mecanismo de repasse de recursos para este propósito, a burocracia na aquisição, locação, adaptação e manutenção de imóveis para fins escolares, para aquisição de material didático e itens para o preparo da merenda escolar, além da necessidade de realização de concursos públicos, empréstimos de funcionários estaduais ou contratação de terceirizados para o provimento das vagas de professores e demais cargos, foram alguns dos principais obstáculos encontrados pelos prefeitos na adaptação a essa nova realidade.

Assim como outras escolas recém municipalizadas em Salvador, para a construção da Escola Municipal de Pituaçu foram utilizadas peças de argamassa e concreto armados que eram fabricadas pela FAEC, pertencente ao município e criada pelo então Prefeito Mário Kertész. Essa tecnologia foi a mesma utilizada para a construção de diversos outros equipamentos públicos, como escolas, postos de saúde e até o Palácio Tomé de Souza, sede da Prefeitura Municipal de Salvador desde 1986, quando foi construída em apenas 14 dias.

Porém, o baixo custo e a rapidez com que era possível construir utilizando-se dessa tecnologia tinham um preço. Os dutos que recebiam as instalações dos sistemas elétrico e hidráulico eram mais estreitos e frágeis do que os modelos tradicionais; o sistema de escoamento pluvial era inviável para locais próximos a

Em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) estabelece uma nova ordem no processo de organização dos sistemas de ensino, cabendo aos municípios oferecerem, com prioridade, o ensino fundamental e aos Estados oferecerem, com prioridade, o ensino médio. Essa nova ordem veio se consolidar com a regulamentação do Fundef, que submeteu o Estado à transferência automática de recursos próprios para os municípios. O Programa de Ação e Parceria Educacional Estado-Município para Atendimento ao Ensino Fundamental propõe a democratização da gestão educacional, considerando que a aproximação da administração municipal das escolas e da comunidade possibilita o incremento de uma gestão participativa, favorecendo o desenvolvimento da educação, uma vez que torna possível levar em consideração, com mais clareza, os interesses e as preocupações da comunidade escolar e local. Nos convênios celebrados entre Estado e Município, além da transferência das matrículas do Estado para os municípios conveniados, acontecem diversas ações de apoio, como a disponibilização dos prédios escolares, dos equipamentos, de professores, dentre outros. Em relação à cessão temporária de pessoal docente, lotado nas escolas municipalizadas, o Estado assegura aos profissionais estaduais cedidos todos os direitos, vantagens e concessões previstas no Estatuto do Magistério Público do Estado da Bahia e no Estatuto dos Servidores Civis do Estado da Bahia, os quais só poderão ser movimentados por ato da Secretaria da Educação.

A meta é atender, anualmente, a todos os pleitos de municipalização das unidades escolares que atuam de 5ª à 8ª séries, nos municípios que comprovem a disponibilidade de docentes licenciados, condições técnicas e de rede física para o atendimento satisfatório aos alunos. Fonte: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/municipalizacao>

vegetações, pois as calhas eram muito pequenas e entupiam com facilidade; a falsa falta de necessidade de concretar o chão após a fundação e antes da instalação das placas de piso fazia com que qualquer pequeno desnível provocado por erosões ou outras alterações no solo deslocassem as peças de concreto, muitas vezes quebrando algumas delas e exigindo a troca por outras novas e idênticas. Assim, a manutenção da estrutura merecia uma atenção maior e mais constante do que os modelos tradicionais, devido às suas limitações.

Por certo, ao fazerem a opção por adotar modelos de gestão, de aquisição de serviços e suprimentos e, principalmente, por modelos de construções alternativos e mais vulneráveis do que o normal, os gestores públicos, em todas as esferas, não consideram a burocracia que envolve qualquer processo de compra ou contratação na gestão pública. Dispositivos como licitações, em todas as suas modalidades, são fundamentais para prevenção à corrupção e para a busca do máximo de lisura nos gastos do dinheiro público.

No final do ano de 2009, o órgão municipal responsável pela gestão da estrutura de educação básica de Salvador, então chamada de Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (SECULT), foi acionada por líderes comunitários do bairro de Pituaçu, além de membros do Conselho Escolar e da própria gestora da Escola Municipal de Pituaçu, Professora Iracema Paixão, no sentido de solicitar que representantes do órgão fossem reunir-se com parte da comunidade e pais de alunos, a fim de constatar o grau de degradação da estrutura física da escola.

A reunião foi marcada para o dia seguinte à solicitação, às 19h. Dois dos principais assessores do gabinete do então Secretário Municipal de Educação, Carlos Ribeiro Soares, foram representar o órgão no encontro, entre eles este pesquisador. Como esperado, a situação era tensa e de muita insegurança, já que a comunidade aguardava pelos representantes do órgão em um clima de muita hostilidade. Além do nível de descontentamento da comunidade escolar e dos moradores com a situação da estrutura física da unidade, a ocasião serviu também para constatar a dificuldade e insegurança no acesso ao local.

A situação de degradação do imóvel ficou evidente no primeiro contato visual. O terreno em declive facilitava, por exemplo, que parte da encosta do terreno, apoiada nas peças de concreto da estrutura cedesse, com algumas já apresentando rachaduras profundas. O corrimão de tubos de aço da escada externa estava muito enferrujado e quebrado em alguns locais, assim como a própria escada, que já tinha

até buracos deixados por peças de concreto que racharam e cederam à falta de manutenção. Além da condição precária, a própria estrutura não favorecia à destinação do prédio para a educação, já que a luminosidade era bastante precária, pois não aproveitava nada da iluminação natural e iluminação artificial era muito mal distribuída e prejudicada por deficiências no projeto.

Figura 6 – Foto de aula na Escola Municipal de Pituçu



Fonte: Acervo pessoal da gestora escolar (2010).

Apesar da estrutura precária da escola e de todas as dificuldades decorrentes disso, as atividades curriculares e extracurriculares eram desempenhadas com plena participação da comunidade, principalmente dos pais dos alunos da unidade, e com muita criatividade por parte do corpo docente, no sentido de não deixar que os estudantes se sentissem desmotivados pela condição imposta. Ações como mostras de artes e ciências, e semana de leitura nunca deixaram de fazer parte do calendário escolar, ainda que não houvesse uma área adequada a apresentações artísticas e que a biblioteca da escola tivesse um acervo obsoleto e móveis improvisados. Como não havia espaços próximos à escola onde pudessem ser realizadas essas ações, as apresentações de música, dança ou artes plásticas, bem como as exposições de

ciências e sessões de leituras coletivas, com discussões, comentários e resenhas posteriores, eram realizadas sempre nas dependências da escola dentro das condições disponíveis. Segundo a professora de português da escola, Humbelina Santos da Silva, o entusiasmo dos pais e professores, assim como a participação e o brilhantismo dos alunos, jamais foram ofuscados pela situação difícil da estrutura física da unidade escolar.

Figura 7 – Foto da Mostra de Artes e Ciências na Escola Municipal de Pituvaçu



Fonte: Acervo pessoal da gestora escolar (2010).

Figura 8 – Foto de apresentação de dança da Mostra de Artes na Escola Municipal de Pituaçu



Fonte: Acervo pessoal da gestora escolar (2010).

Figura 9 – Foto da biblioteca da antiga Escola Municipal de Pituaçu



Fonte: Acervo pessoal da gestora escolar. (2010)

Muitas eram as queixas acerca da situação da estrutura física da escola. As principais eram: telhados apresentando infiltrações por conta de rachaduras ou de acúmulo de água proveniente de telhas deformadas; instalações elétrica e hidráulica estavam aparentes, utilizando materiais inadequados e com uma série de “reparos” mal feitos ao longo do tempo, na iminência de um vazamento de água ou de um curto-circuito generalizado na unidade. A bomba que deveria levar a água do encanamento da rua para a caixa d’água estava desligada, segundo relatos, há mais de três meses, já que a caixa apresentou vazamentos que nunca teriam sido vedados. Estes eram apenas alguns dos itens relatados pela comunidade em relação à condição da estrutura física da escola.

Importante registrar também o empenho da gestão escolar e do corpo docente no sentido de que o desempenho escolar dos estudantes fosse afetado o mínimo possível pelas condições inadequadas do imóvel. Valter de Oliveira Correia Júnior, professor de matemática da Escola, é taxativo ao afirmar que “os professores e demais profissionais de Pituaçu sempre buscaram incentivar os estudantes para que

não se abatessem e compreendessem a importância da frequência e dos estudos, tanto para melhorar suas condições, como para contribuir para melhorar as condições de toda a sociedade”. A regularidade e da curva crescente no desempenho escolar dos estudantes da escola é evidenciada pela tabela a seguir, onde constam os índices do IDEB estabelecidos como meta pelo MEC, em comparação aos índices atingidos pela Escola Municipal de Pituvaçu. Desde antes do fechamento e deslocamento temporário da escola, as metas estabelecidas pelo MEC são invariavelmente atingidas pela unidade escolar, como pode-se constatar a partir da observação à Tabela 2.

Tabela 2 – Quadro Comparativo IDEB (MEC) X IDEB (E.M. PITUAÇU)

ANO	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
IDEB Meta Projetada pelo MEC	3,7	4,0	4,3	4,5	4,9	5,1	5,4
IDEB Escola Municipal de Pituvaçu	3,7	4,0	4,3	4,5	---	---	---

Fonte: Escola Municipal de Pituvaçu.

Nota: Elaborado pelo autor (2016).

Havia um grupo de técnicos destinados a fazerem fiscalizações constantes nas unidades a fim de que relatassem possíveis emergências à Coordenação de Engenharia do órgão central, que providenciaria imediatamente os reparos. Só que esse mecanismo apresentava alguns “nós”. A rede municipal de educação, então com 428 unidades, entre Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), escolas de ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e Fundamental II (6º ao 9º ano), era dividida em 11 Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), que contava com coordenador, subcoordenador e auxiliares, a fim de dar suporte constante nas questões pedagógicas e de outras naturezas que porventura se apresentassem nas escolas. Em um sistema tão complexo e numeroso, cujos profissionais geralmente são indicados aos cargos, era comum encontrar situações em que determinada escola tinha suas reivindicações engavetadas em detrimento de outras, muitas vezes de unidades mais bem servidas e melhor atendidas em suas necessidades. Segundo informações, era o que acontecia na Escola Municipal de Pituvaçu, apesar do fato de que a gestora, Professora Iracema, tinha o trabalho reconhecido publicamente como positivo e competente, tanto pela comunidade, quanto por órgãos públicos, que já lhe tinham concedido uma série de premiações pelo desempenho da função.

Além de todos os problemas na estrutura física da escola, questões externas ao ambiente escolar, como a falta de segurança pública, de saneamento básico e a falta de estrutura mínima de urbanização nas ruas do bairro também inquietavam a comunidade. Entre os diversos fenômenos verificados durante a observação do caso em voga, ficou evidente o fato de que as inquietações oriundas de uma comunidade que circundam um equipamento a serviço de políticas públicas contaminam o ambiente escolar. Ficou claro ainda que o fenômeno também ocorre em sentido contrário, e fatos incomuns ocorridos no ambiente de uma escola pública, por exemplo, também contaminam a comunidade do seu entorno. Dinâmica compreensível, se estabelecido o prisma de Bourdieu (2002), que considera o conjunto de sistemas simbólicos comuns, como a cultura ou a arte, como condição para o estabelecimento de um sistema estruturado de conhecimento e de divisão de classes.

Após o primeiro encontro entre a comunidade e os representantes do poder público municipal, os ânimos e a resistência mútua foram arrefecidos e, com a ajuda da gestora da Escola Municipal de Pituaçu, foi possível estabelecer um diálogo mais constante e transparente com entre as partes. A partir da segunda reunião, este pesquisador passou a ser o único interlocutor entre a SECULT e a comunidade de Pituaçu.

Por questões políticas, houve um esforço muito grande para que a SECULT priorizasse intervenções urgentes na recuperação da estrutura física da unidade escolar a fim de prevenir que algum incidente ou acidente instaurasse uma crise ainda maior na relação com a comunidade. Porém, a mistura de ingredientes como má vontade política, falta de estrutura administrativa satisfatória nos órgãos públicos e falta de competência técnica para a execução de atividades simples como a avaliação da real situação da estrutura física de uma unidade escolar, fizeram com que o processo fosse extremamente lento.

Entre a primeira reunião com a comunidade e as primeiras ações práticas na estrutura física da escola, houve um espaço de cerca de três meses. Nesse interim, foram reuniões entre as partes, tanto na escola, quanto na SECULT, reuniões entre a assessoria responsável pela mediação e os demais setores do órgão, como a coordenação de engenharia e a subsecretaria que insistiam em afirmar que as alegações da comunidade eram exageradas e muitas vezes infundadas.

Ao longo de dois meses, foi realizada uma revisão elétrica e pintura geral da fachada, de algumas salas de aula e do refeitório da escola. Outras necessidades urgentes, como revisão hidráulica, troca do tanque, recuperação e impermeabilização da cobertura e de telhas, troca de portas, portões e corrimãos, troca dos quadros-negros, troca das calhas, estabilização e alinhamento do piso, além de recuperação e troca de peças da estrutura de concreto, não foram realizadas.

Não bastasse o descontentamento da comunidade de Pituaçu em relação à situação da estrutura física da escola, outros itens tornavam a tarefa de alcançar o aprimoramento do desempenho escolar dos alunos quase impossível: a distribuição dos gêneros alimentícios destinados à alimentação dos alunos era irregular, em quantidade insuficiente e servidos em mesas improvisadas em uma área comum da escola, defronte da copa (figura abaixo); a quantidade dos itens relativos ao kit escolar (uniformes e material didático) era insuficiente para todos os alunos; os móveis destinados ao uso dos estudantes estavam em péssimo estado; dos 14 computadores que faziam parte do laboratório de informática apenas quatro funcionavam e não havia conexão com a internet; do quadro funcional previsto para atender a uma unidade escolar com 316 alunos, faltava mais da metade; e do quadro docente, faltavam pelo menos seis professores para que as atividades de artes e esportes fosse rigorosamente cumprida.

Figura 10 – Merenda servida no corredor da Escola Municipal de Pituaçu



Fonte: Acervo pessoal da gestora escolar (2009).

O restante do calendário escolar de 2010 foi realizado, apesar das dificuldades encontradas, em parte pela dedicação e resignação dos professores e da gestora da unidade, em parte pela participação decisiva dos pais dos alunos, lideranças e demais moradores da comunidade, que continuavam cobrando intervenções mais definitivas da secretaria municipal de educação, ao passo em que promoviam, junto ao restante da comunidade, ações que propiciassem satisfazer as necessidades mínimas dos estudantes no cumprimento do ano letivo.

Em comunidades carentes, onde a escola municipal ou estadual e o posto de saúde são os únicos equipamentos públicos disponíveis - ainda que na maioria dos casos tenham funcionamento precário pelos motivos mais diversos -, o nível de participação e de interferência da comunidade sobre o funcionamento destes equipamentos é muito significativo e até positivo em busca de que o serviço seja prestado minimamente a contento.

A lei¹² assegura vaga na escola pública de educação infantil ou ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos 4 (quatro) anos de idade. No entanto, a Escola Municipal de Pituaçu era a única que oferecia vagas para o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) dentro do bairro. Ou seja, ainda que fossem encontradas disponibilidades de matrículas em escolas de bairros mais distantes do que 1,5 km, a SECULT era obrigada, também por lei¹³ prover o serviço complementar de transporte regular aos alunos, de um ponto comum próximo às suas residências até a unidade escolar de destino, bem como o retorno ao fim da jornada diária.

Nos bairros adjacentes, as escolas municipais dedicadas ao mesmo nível escolar mal comportavam seus contingentes discentes ou também enfrentavam, de forma semelhante, sérios problemas de estrutura física, desfalques nos quadros funcional e docente, recebimento irregular de gêneros alimentícios para a merenda escolar, e até mesmo dificuldades para o cumprimento do conteúdo pedagógico.

Como nenhuma das unidades escolares dentro ou no entorno do bairro da comunidade do Parque de Pituaçu estavam aptas a receber provisoriamente o funcionamento da Escola Municipal de Pituaçu, e já tendo sido convocada pelo Ministério Público do Estado a prestar esclarecimentos sobre a precariedade das instalações e do funcionamento da unidade escolar, a SECULT passou a buscar um imóvel dentro do bairro a fim de adequá-lo e utilizá-lo temporariamente abrigando as atividades escolares. Caso fosse um imóvel pertencente à prefeitura, o processo seria mais rápido, pois bastava que este fosse solicitado ao órgão de origem por empréstimo através de um processo administrativo, no qual a educação e a saúde teriam prioridade. No entanto, a procura foi em vão.

A busca por um imóvel particular em condições de ser alugado e adequado para receber as atividades escolares da unidade, esbarrou na burocracia. A lei municipal obriga – sem qualquer previsão de exceção ou flexibilização – que a documentação de um imóvel que se pleiteie alugar à gestão pública naquela esfera detenha absolutamente toda a documentação exigida, inclusive escritura lavrada e validada recentemente junto aos cartórios competentes, sem qualquer ônus existentes junto à administração municipal e portando todas as demais certidões negativas.

¹² Lei nº 11.700, de 13 de junho de 2008, que acrescentou o inciso X ao caput do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

¹³ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art 4º, VIII.

Àquela altura era esperado que não fosse encontrado nenhum imóvel nessas condições, tendo em vista as características de ocupação do local. É pública a informação de que quase todos os imóveis localizados em ocupações próximas à orla marítima de Salvador são foreiros da união ou remanescentes do INCRA, o que, em todos os casos, impede o processo de locação. Sobre esse procedimento, o então Subsecretário de Educação, Eliezer Cruz, disse:

O caso de Pituaçu não é o único, mas nem por isso tratamos a situação com menos importância do que outros. Se por um lado a lei às vezes nos impede de sermos efetivos em relação a ações emergenciais, e temos que cumpri-la como gestores públicos que somos, por outro lado, “para a nossa gestão, mais importante do que o cumprimento à lei é o atendimento da demanda. Se existe uma unidade que precisa ter o seu prédio esvaziado por qualquer motivo, esgotaremos todas as possibilidades de manter as atividades em local próximo antes de transferir para outro local”. Foi o que fizemos em relação a Pituaçu, mas não conseguimos. Nesse caso específico, a segurança também pesou para que não conseguíssemos realizar a locação de um imóvel no local. (CRUZ, 2010, p. 89)

A afirmação deixa claro, de um lado, que havia boa vontade da gestão em resolver o problema; e de outro lado, que a boa vontade frequentemente esbarra na burocracia.

Em julho de 2010 ocorreu uma vistoria e emissão de laudo da defesa Civil do Município condenando a estrutura da escola municipal e solicitando providências imediatas sob pena de interdição do prédio. Pressionado pelo Ministério Público Estadual (MPE) a encontrar soluções definitivas para a situação da Escola Municipal de Pituaçu, sob pena de responder por crime de responsabilidade, o então chefe da pasta, Secretário Carlos Ribeiro Soares, buscou meios políticos para dialogar com seu par na esfera estadual, o Secretário Osvaldo Barreto, a fim de firmar um acordo que propiciasse o deslocamento dos alunos da escola municipal para espaços disponíveis em uma unidade estadual localizada em bairros próximos. Era necessário que tivesse espaços ociosos suficientes para abrigar temporariamente toda a comunidade escolar da Escola Municipal de Pituaçu. Assim, buscou-se uma unidade que se enquadrasse no previsto pela exigência de repasse das atividades das escolas estaduais que ainda oferecessem vagas para os níveis de Educação Infantil, e Fundamental I e II, ou seja, que estivesse próximo de ser municipalizada.

Paralelamente a isso, a pressão da gestão escolar e da comunidade de Pituvaçu sobre o órgão central era cada vez maior, pois as condições estavam chegando a um patamar insustentável, visto que parte das atividades escolares estavam sendo constantemente canceladas devido às condições da escola. Em dias de chuva as salas inundavam; as estruturas de concreto estavam cada vez mais comprometidas, bem como as instalações elétrica e hidráulica, já que as pequenas intervenções feitas pelos técnicos do órgão não foram suficientes para impedir a iminência de acidentes ou incidentes com consequências mais graves.

Em outubro de 2010 a gestão da escola foi comunicada pela SECULT que durante o ano seguinte as atividades da unidade seriam realizadas em um pavilhão do Colégio Estadual Pedro Calmon, no bairro do Costa Azul. A ficava a menos de 200 metros do Colégio Estadual Luíza Mahim, que seria municipalizada em breve, mas que naquele momento não dispunha de espaço disponível para receber imediatamente as atividades. As dependências, que se encontravam em bom estado de uso e ociosas, foram emprestadas do estado ao município para que ao longo do ano de 2011 a escola original pudesse ser demolida e um novo imóvel construído em substituição ao antigo.

A legislação vigente exige que as escolas públicas municipais satisfaçam a demanda existente, por bairro, em cada um dos níveis escolares previstos no ensino básico: educação infantil, fundamental I e fundamental II. Não sendo assim, a administração pública deve prover o serviço de transporte dos alunos à unidade mais próxima, antes do início e após o final da jornada escolar diária. Assim, como o local provisório distava cerca de 4,5 km da Escola Municipal de Pituvaçu e a ideia era que todas as atividades da unidade do município fossem deslocadas para o pavilhão cedido pelo estado, restou ao município buscar uma forma transportar os alunos entre os locais, no início e no fim das aulas. O detalhe é que nem a SECULT e nem qualquer outro órgão da Prefeitura Municipal de Salvador dispunha, naquele momento, de contrato com cobertura dessa natureza. O serviço supostamente seria incluído complementarmente, a pedido do MPE e com a anuência da Procuradoria Geral do Município, em um contrato já existente para transporte exclusivo de alunos participantes de eventos especiais ou de passeios culturais.

Até aquele momento parecia que estava sendo costurada uma boa solução, ainda que provisória, para o problema. No entanto, foi necessário menos de um mês

para que novos obstáculos surgissem e escancarassem outras mazelas, tanto do município, quanto do estado.

A diretora do Colégio Estadual Pedro Calmon, Prof^a Agacy Ribeiro, era coordenadora pedagógica do Instituto Municipal de Educação Professor José Arapiraca (IMEJA), uma das maiores e mais importantes escolas municipais da capital, no turno vespertino. Este fato trouxe certa tranquilidade, tanto para a SECULT, quanto para os profissionais da escola municipal. Porém, havia muito a ser discutido e nem tudo dependia unicamente da diretora anfitriã. Apesar de ser reconhecidamente rígida em relação a proporcionar o melhor possível para os alunos da unidade de onde era gestora, a profissional sempre buscou colaborar, na medida do possível, enquanto o grupo visitante permanecesse, esforço que em muitos momentos tropeçou na iminência de conflitos com a sua comunidade escolar e com os interesses políticos da gestão da esfera estadual.

O local emprestado ao município era um pavilhão com um corredor de ponta a ponta, com portões dos dois lados, dotado de seis salas de aula dispostas em três e três diametralmente opostas, e um banheiro com uma pia e dois vasos sanitários, e só. “Onde ficariam diretora, vice-diretor, coordenadores pedagógicos, professores, auxiliares, etc?”; “onde seria preparada e servida a merenda escolar?”; “onde seriam guardados os materiais a serem utilizados pelos professores e alunos diariamente?”; “os meninos e as meninas usariam o mesmo banheiro?”; “cabem todos os alunos da escola municipal nesse espaço?”. Estas eram apenas algumas das inúmeras indagações feitas por todos. O início das aulas no ano seguinte foi trazendo algumas respostas. A maioria delas nada satisfatórias.

Entre o comunicado aos pais sobre o deslocamento das atividades da escola durante o ano letivo de 2011 e a efetivo início das aulas, dos 316 alunos que estavam matriculados na escola, os pais de 180 preferiram transferir seus filhos para outras unidades mais distantes durante a estada fora do seu local original. Segundo a diretora da escola municipal, Professora Iracema Paixão, o caso mais notório e sentido, principalmente pelo corpo docente, foi do aluno Uanderson Conceição de Jesus, na época com 16 anos, aluno do 8^o.ano, cuja mãe preferiu não deixá-lo ir para o Pedro Calmon, porque seu filho mais velho foi aluno de lá, tendo sido assaltado e agredido pelos próprios colegas de colégio. Segundo Iracema, “Uanderson era um aluno de excelente desempenho e conduta exemplar. Respeitoso, criativo e muito estudioso.

Logrou o segundo lugar nas Olimpíadas de matemática, tendo recebido do então secretário Municipal de Educação, Carlos Soares, um notebook”.

Devido à estrutura reduzida, parte do quadro de funcionários foi deslocada para outras unidades para evitar que ficassem ociosos e a maioria dos docentes precisaram complementar carga horária e outros foram até alocados em outras escolas da rede municipal de ensino para evitarem perdas salariais. Sobre esse processo, a Professora de Ciências da Escola Municipal de Pituaçu, Maria de Fátima Pereira Soares, disse:

Foi muito difícil para todos nós. Apesar do difícil acesso, estávamos acostumados a chegar todos os dias em nossa escola e enfrentar a nossa rotina. Isso foi quebrado quando tivemos que ir para outra escola e perdemos nossos espaços, não fomos bem recebidos e muito do que aguentamos foi porque demos força uns para os outros. Colegas tiveram que sair e outros, como eu, tiveram que complementar a carga horária em outras unidades. Isso também foi muito difícil. (SOARES, 2013).

Além da redução do efetivo de alunos, professores e funcionários da escola em um novo local, o principal problema começava a aparecer com o início das aulas: Havia uma rivalidade contundente entre os moradores da comunidade de Armação/Boca do Rio e a comunidade do bairro de Pituaçu.

Os alunos da Escola Municipal de Pituaçu foram recebidos com hostilidade, agressividade e violência, e assim foram tratados durante toda a sua permanência no novo local, por mais que todos os esforços fossem empreendidos no sentido de minimizar as consequências do problema. Após a entrada dos alunos era necessário trancar os portões do pavilhão à chave e ainda assim as agressões verbais continuavam. Durante os intervalos entre as aulas a indisposição entre os alunos das duas unidades de ensino se tornavam ainda mais aparentes, com constantes insultos por parte dos estudantes mais velhos aos outros, que estavam trancados entre os portões do pavilhão. Muitas vezes os alunos do colégio estadual também atiravam pedras de fora para dentro das salas de aula, através dos basculantes, chegando a causar ferimentos sem gravidade nos visitantes. Sobre a falta de segurança nesse período, Professora Maria de Fátima afirmou que “O risco de violência pelo qual nossos alunos passaram também nos deixou apreensivo durante um ano inteiro”.

Segundo a Professora Iracema, a postura do estado diante da necessidade de acolhimento dos alunos do município em suas dependências deu-se sempre de forma muito “Pragmática, atuando basicamente nas soluções de problemas pontuais e sem

muita interferência durante o processo”. Tudo leva a crer que a incompatibilidade político-partidária tenha sido determinante para essa postura.

Outro problema também surgido apenas na iminência do início das aulas e agravado durante o ano letivo de 2011, foi relativo ao transporte dos alunos entre o Parque de Pituvaçu e o Colégio Estadual Pedro Calmon. Antes do processo de deslocamento, a escola municipal funcionava nos turnos matutino e vespertino, com turmas distintas, atendendo à demanda local de 316 alunos do Ensino Fundamental II. Após a decisão pelo deslocamento das atividades escolares, restaram 136 alunos matriculados. Com o contingente de alunos reduzido, as atividades escolares poderiam ser desenvolvidas em apenas um turno, o que representava uma imensa infelicidade para a comunidade escolar, mas um certo alívio para o órgão central, que reduziria seus transtornos em relação à logística para transportar os alunos.

Para o transporte desta quantidade de crianças e adolescentes, o correto seria a disponibilização de três ônibus, inclusive porque parte do corpo docente e do quadro funcional também iria nos coletivos para auxiliar na disciplina durante o trajeto. Só então a SECULT informou à direção escolar que pelo único contrato de transporte vigente com o órgão, só seria possível disponibilizar dois ônibus durante apenas três meses, e que a solução para o restante do período ainda seria providenciada, já que o aditivo ao contrato existente esbarrara na burocracia.

Após intensa negociação e um exaustivo processo de convencimento à comunidade de que não havia outra maneira de conduzir a situação até que soluções mais efetivas fossem encontradas, ficou acordado entre a direção da Escola Municipal de Pituvaçu e a SECULT que seriam disponibilizados diariamente dois ônibus para fazerem o transporte dos alunos, saindo às 13h do Parque Metropolitano de Pituvaçu rumo ao Colégio Estadual Pedro Calmon, e retornando às 17h30. Na primeira semana de aula o transporte aconteceu sem maiores transtornos, ficando os problemas concentrados na hostilidade dos estudantes anfitriões; a partir da segunda semana, a empresa passou a enviar ônibus sem qualquer condição de transporte de pessoas, muito menos de crianças, alegando que o contrato já tinha acabado e que estava fazendo um favor à secretaria. A comunidade escolar ficou refém dessa situação por cerca de quatro meses, tendo muitas vezes que se sujeitar ao transporte feito por apenas um ônibus, em duas viagens, comprometendo parte da jornada de aulas.

Durante a estada da Escola Municipal de Pituvaçu fora do seu local de origem, verificou-se uma significativa perda de aproveitamento escolar do corpo discente,

principalmente devido à falta de espaços físicos adequados ou pelo menos dedicados à implementação de atividades físicas e de artes, no contraturno, como acontecia anteriormente, apesar de toda a dificuldade enfrentada no prédio degradado. Reforço escolar em matemática, leitura e escrita; aulas de música com flauta doce e coral; dança; teatro e arteterapia, eram apenas algumas das atividades desenvolvidas pela escola antes da condução de suas atividades para outro local.

O calendário escolar também ficou comprometido, já que algumas iniciativas e eventos realizados pela escola ao longo do ano e em datas específicas, como efemérides, comemorações sociais e celebrações cívicas, tiveram que ser temporariamente canceladas, a exemplo dos torneios e campeonatos esportivos, que normalmente aconteciam durante todo o ano; mostras de história, cultura baiana e geografia; feira de ciências e matemática; mostra de artes; mostra de talentos; celebrações do mês da mulher, em março, e do mês da consciência negra, em novembro; festa junina; semana da independência; gincana; e solenidade de encerramento do 9º.ano, para os alunos que estavam concluindo o ensino fundamental II.

Além das atividades que tangiam à formação escolar ou cívica, algumas outras também deixaram de ser realizadas enquanto os alunos estavam fora de sua unidade de origem. Os alunos da Escola Municipal de Pituaçu eram referência em diferentes modalidades esportivas nos jogos estudantis municipal de estadual, tendo posições de destaque em vários campeonatos, mesmo com os alunos treinando em quadras e espaços do Parque Metropolitano de Pituaçu, já que a escola não dispunha de área de esporte e lazer. Ou seja, o que já era difícil, se tornou impossível, pois à distância o controle sobre essas atividades e a motivação aos alunos para a sua prática, se tornaram impossíveis.

Mais um motivo de preocupação era a condição para o preparo da alimentação escolar dos estudantes de Pituaçu. Como não havia espaço adequado para este fim no pavilhão que recebia os alunos da escola municipal, o acondicionamento dos gêneros alimentícios e o preparo dos mesmos ocorria nas dependências da copa do colégio estadual, pelos funcionários da escola municipal e, por ordem da gestão da escola anfitriã, sem qualquer auxílio ou empréstimo de materiais, mesmo copos, pratos, talheres, panelas ou mesmo detergente e guardanapos. Os alunos constantemente comparavam os gêneros alimentícios que lhes eram servidos com os disponibilizados aos estudantes do estado, que normalmente tinham maior

diversificação e melhor qualidade no cardápio, incluindo feijoada e até iogurte, impensáveis na rede municipal, mesmo em condições normais de funcionamento. A merenda dos alunos da escola municipal era restrita e muitas vezes se resumia a biscoito e refresco, situação encontrada até em escolas em plena atividade.

A grande quantidade de percalços encontrados para o bom funcionamento das atividades escolares da unidade municipal dentro das condições adversas serviram de elementos desmotivadores para professores, funcionários e principalmente os alunos, que começaram a evadir ao longo do ano. No total, 16 dos alunos inicialmente matriculados abandonaram a sala de aula, e 14 solicitaram transferência ao longo do ano, restando apenas 106 matrículas no fim de 2012.

No final de 2011, a municipalização do Colégio Estadual Luiza Mahin, já havia sido efetivada. Assim, parte das dependências da unidade foi destacada para receber os alunos da Escola Municipal de Pituaçu no ano letivo de 2012. A logística para o transporte dos alunos não mudou muito, pois esta ficava a apenas 270 metros da anterior. Problemas frequentes em relação ao transporte continuaram acontecendo durante todo o ano, fazendo com que a comunidade escolar continuasse refém da situação. A ineficiência nessa logística fazia com que alguns alunos chegassem ao ponto de partida em pleno sol escaldante do meio-dia ou debaixo de chuva muitas vezes torrencial, e lá permanecessem por um longo período aguardando a chegada do ônibus que iria leva-los para a escola. Com isso, alguns já chegavam ao destino cansados e desmotivados para o processo de aprendizagem.

Os casos de violência e hostilidade notadamente diminuíram, pelo menos nas dependências da Escola Municipal Luíza Mahin, já que o público anfitrião tinha idade compatível com os visitantes e, assim como acontecia com os alunos de Pituaçu, na sua maioria eram dependentes e subordinados aos pais. Além disso, a discrepância entre o que era servido de alimentação escolar para cada uma das unidades foi “solucionada”, já que o preparo dos gêneros alimentícios era único para todos os estudantes.

Ainda que a situação de hostilidade fosse amenizada, naquele momento estava nítida a condição de convivência de duas comunidades escolares absolutamente distintas em um mesmo espaço físico. A Escola Municipal Luiza Mahin, carregando a identidade da comunidade onde estava localizada, e a Escola Municipal de Pituaçu, que encontrava-se com a identidade perdida, com parte do seu DNA inidentificável, já que não tinha como refletir o sentimento da comunidade onde deveria estar localizada.

O sentimento de pertencimento dos alunos, funcionários e professores estava absolutamente comprometido. Os alunos já não se sentiam acuados pela constante falta de segurança encontrada no Pedro Calmon, mas continuavam intimidados por não estarem, como relatou a Professora Iracema, “em sua casa”.

Diante da necessidade de analisar a situação dos estudantes que, naquele momento, estavam longe do seu lugar de origem e das condições normais de desenvolvimento escolar, é importante ressaltar que o tempo de permanência das crianças e jovens na escola é uma parcela bastante significativa de suas vidas. É provável que os principais laços afetivos extra familiares e os laços de amizade mais longevos da vida sejam oriundos desse universo. Assim, também é necessário que a consciência sobre o tratamento para com o próximo e para com o local de convívio, seja ele de propriedade pública ou privada, seja despertada a partir desse momento.

As relações sociais que se estabelecem na escola, na família, no trabalho ou na comunidade, possibilitam que o indivíduo tenha uma percepção crítica de si e da sociedade podendo, assim, entender sua posição e inserção social e construir a base de respeitabilidade para com o próximo. (LOUREIRO, 2002, p.73).

O ano de 2012 funcionando dentro da Escola Luiza Mahin, recém municipalizada, foi um pouco mais tranquilo para os alunos da Escola Municipal de Pituaçu, mas nem tanto para o corpo docente e o quadro de funcionários. Com o deslocamento das atividades, os quadros sofreram desfalques significativos e a EM Luíza Mahin começaria o ano letivo ainda sem quadros completos devido à falta de disponibilidade de mão de obra. Assim, foi necessário realizar um compartilhamento dessas atividades para tornar possível ao município receber e abrir a nova escola. Isso sobrecarregou funcionários, professores, alunos e sobretudo direção escolar.

A desmotivação era visível de parte a parte, e naquele momento a crise de identidade atingia também os alunos da Luiza Mahin, que ainda não tinham condições de estabelecerem vínculos sob a égide do poder público municipal. Parte do seu Conselho Escolar era compartilhada com o da Escola Municipal de Pituaçu, e outra parte dos membros, apesar de comporem o colegiado amparados por lei, efetivamente não faziam parte daquela comunidade escolar, a exemplo de servidores lotados na sede da SECULT.

A especificidade do caso tornou necessário que alguns artifícios de gestão fossem utilizados no intuito de efetivar a municipalização da unidade dentro da

legalidade, passando a dispor de um equipamento situado em uma localidade de grande demanda, que poderia proporcionar o recebimento de mais recursos da união, além de abrigar os alunos da Escola Municipal de Pituáçu, como os próprios professores diziam, “dentro de casa”.

Paralelamente aos obstáculos enfrentados pela comunidade escolar ao longo do ano de 2011, os trâmites para a realização de processo licitatório prevendo a demolição e reconstrução da nova Escola Municipal de Pituáçu eram permeados pelo embaraço burocrático presente na gestão pública. Um processo que na esfera privada não demoraria mais do que oito ou nove meses, já se arrastava por quase um ano e sequer havia sido efetivamente iniciado. Por sorte, o ano de 2012 seria marcado por uma campanha eleitoral na esfera municipal, na qual seriam eleitos vereadores e prefeitos. Assim, a pressão dos inúmeros candidatos que queriam “carregar no colo” uma escola prestes a inaugurar e entrega-la aos moradores da comunidade na qualidade de “pai da criança”, como se diz popularmente, era muito grande e vinha de todos os lados, sobre o gestor da secretaria e o então prefeito, João Henrique Carneiro, que também tinham interesse em beneficiar seus apadrinhados políticos. Todos, sem exceção, queriam utilizar desse expediente para conquistar eleitores naquela comunidade. O detalhe curioso é que alguns desses jamais haviam pisado no local e sequer sabiam onde ficava a escola.

Em fevereiro de 2012, o contrato para a demolição do antigo prédio e construção do novo imóvel para a escola foi assinado e 90 dias depois a demolição foi iniciada, todos os entulhos recolhidos e a fundação foi realizada. À medida que a construção progredia, as pressões aumentavam por todos os lados. A comunidade escolar queria retornar ao seu local de origem o quanto antes; a secretaria precisava cumprir o cronograma e executar o orçamento previsto para a demolição e construção daquela unidade; e a esfera política estava ávida pelos cerca de 3 mil votos (TRE-BA, 2012)¹⁴ possíveis de serem conquistados com a “benfeitoria” ao bairro.

O antigo prédio de estrutura de concreto armado, montada por encaixes sobre pilastras que serviam também como dutos para as instalações elétrica e hidráulica já estava no chão e logo seria substituído por um novo prédio, com arquitetura moderna,

¹⁴ Base 10ª Zona Eleitoral, seções referentes a residentes no Parque Metropolitano de Pituáçu. O total de eleitores habilitados foi dividido pela quantidade de estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino e este subtotal multiplicado pela quantidade de alunos matriculados especificamente na Escola Municipal de Pituáçu, resultando 3.014 eleitores.

privilegiando iluminação e ventilação natural. Através da direção da escola, a comunidade teve acesso ao projeto e à perspectiva do novo prédio (figuras abaixo), o que acalmava os ânimos de uns e aumentava a apreensão de outros.

Figura 11 – Perspectiva artística exterior da Escola Municipal de Pituaçu



Fonte: Acervo da Coordenação de Engenharia da SMED.
Nota: Cedida pelo órgão (2013).

A estrutura precária do antigo prédio logo daria espaço a uma escola modelo. O imóvel que estava ruindo era dotado de seis salas de aula, dois banheiros simples e alguns outros espaços onde eram improvisadas as acomodações dos professores, secretaria e diretoria - todos em ambientes quentes, úmidos, desconfortáveis e inseguros - distribuídos em dois andares, sem qualquer acessibilidade para portadores de deficiência. Já a nova escola seria dotada de rampas e de todos os demais itens de acessibilidade, a exemplo de amplos e modernos sanitários totalmente adaptados e um moderno elevador. O novo prédio também teria oito amplas salas de aula, sala de música, sala de dança, sala de artes, sala de descanso para professores e funcionários, auditório, biblioteca, laboratório de informática, depósito, área de acervo e recreação, parque infantil, amplo refeitório com cozinha completa e despensa, quadra poliesportiva coberta, sala de reunião de professores,

diretoria e coordenação pedagógica, além de guarita de segurança com sanitário, estacionamentos interno, para professores e funcionários, e externo, para visitantes.

Em dezembro de 2012, após uma eleição cuja Câmara Municipal que teve 1/3 de renovação e o novo prefeito, Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Neto, foi escolhido pela maioria absoluta dos eleitores da capital, a Coordenação de Engenharia da SECULT confirmou a inauguração da nova Escola Municipal de Pituaçu a tempo de iniciar o ano letivo junto com o restante das escolas da Rede Municipal de Ensino. E o melhor, a estrutura da nova escola estava rigorosamente de acordo com o que foi previsto no projeto inicial, conforme pode ser visto nas imagens a seguir:

Figura 12 – Fachada da nova Escola Municipal de Pituaçu



Fonte: Acervo da Assessoria de Comunicação da SMED.

Nota: Cedida pelo órgão (2013).

Figura 13 – Sala de aula da nova Escola Municipal de Pituauçu



Fonte: Acervo da Assessoria de Comunicação da SMED.
Nota: Cedida pelo órgão (2013).

Figura 14 – Refeitório da nova Escola Municipal de Pituauçu



Fonte: Acervo da Assessoria de Comunicação da SMED.
Nota: Cedida pelo órgão (2013).

A articulação política se mostrou mais forte do que a determinante qualificação técnica para o cargo executivo, isso fez com que o então chefe da pasta da educação, João Carlos Bacelar Batista, fosse mantido pelo novo prefeito com o objetivo de facilitar a promoção de uma revolução na estrutura física das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino. A inauguração da nova Escola Municipal de Pituaçu foi então marcada para o dia 19 de fevereiro de 2013, data em que as atividades seriam iniciadas também nas demais unidades. A circunstância está retratada nas imagens a seguir.

Figura 15 – ACM Neto e João Carlos Bacelar na inauguração da nova Escola Municipal de Pituaçu



Fonte: Imagem de divulgação - Acervo da SMED (19/02/2013)

Figura 16 – Cerimônia de inauguração da nova Escola Municipal de Pituaçu



Fonte: Imagem de divulgação - Acervo da SMED (19/02/2013)

Com base no estudo acerca dos conceitos requeridos e, por se tratar de um estudo de caso, com base principalmente nos relatos dos entes envolvidos e nas reflexões acerca das observações, é possível analisar a questão norteadora proposta e concluir a investigação sobre as hipóteses levantadas.

Uma vez sabido o fato ocorrido com a Escola Municipal de Pituaçu, são imprescindíveis o entendimento e o conhecimento sobre as condições em que tal fato encontrou a comunidade. A amostragem realizada permite que a realidade do universo estudado seja fidedignamente refletida.

A escola passou por um momento crítico no qual a participação das comunidades, interna e do entorno, foi essencial para a superação. A partir daqui, será possível compreender o comportamento de alguns desses entes através da análise dos resultados das pesquisas quantitativas, através de gráficos e tabelas referentes a algumas características socioeconômicas dos membros que responderam aos questionários aplicados, e de citações das pessoas entrevistadas nas pesquisas qualitativas. Para complementação das informações e referências adicionais, a íntegra das demonstrações percentuais das respostas obtidas nos

questionários aplicados, bem como a transcrição na íntegra das respostas às entrevistas realizadas, constam nos apêndices desta obra.

5.2 ANÁLISES DOS RESULTADOS

A primeira hipótese levantada afirma que: O poder executivo deve considerar de forma efetiva as variáveis sociais no momento da remoção, ainda que temporária, de uma escola pública de uma comunidade.

A lógica claramente seria o suficiente para confirmar esta hipótese. No entanto, vale aqui considerar o que determina a lei e somar essa premissa aos demais resultados obtidos da observação e através dos demais instrumentos de pesquisa.

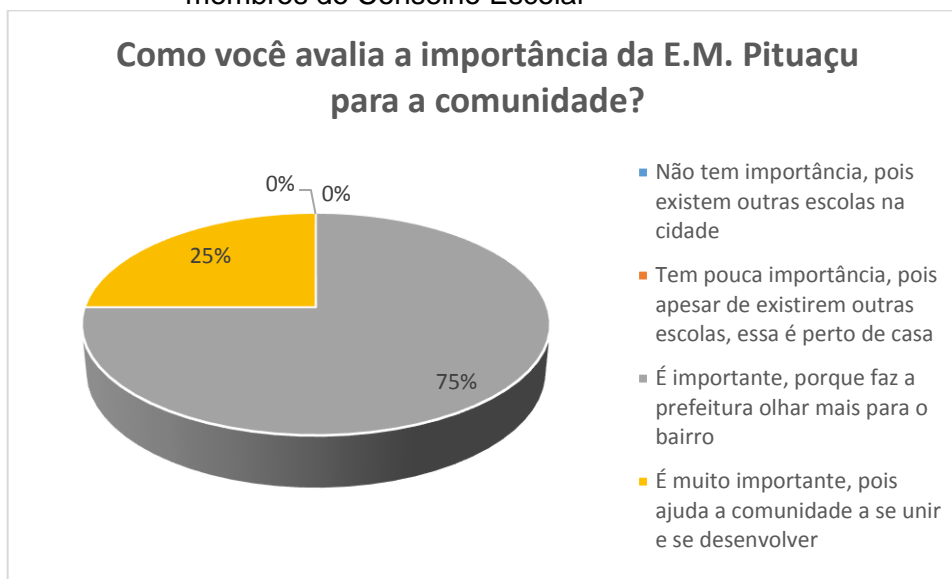
Segundo o parágrafo 4º do Art. 7º do Plano Nacional de Educação, constante no Projeto de Lei Nº 8.035-B de 2010:

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

O Plano Municipal de Educação (PME) instituído pela Prefeitura Municipal de Salvador por meio da Lei 7.791/2010 traz, em seu capítulo 2, parâmetros de Diagnóstico; Diretrizes; e Objetivos e Metas para o ensino fundamental em nove anos, válidos pelo decênio 2010-2020. O instrumento foi elaborado de forma a cobrir todas as possíveis distorções a serem enfrentadas pelas unidades da Rede Municipal de Ensino, inclusive referente a cobertura da demanda existente.

Como é possível observar no gráfico abaixo, em uma das indagações constantes no questionário aplicado a membros do Conselho Escolar, que também são pais de alunos, o entendimento predominante é de que a presença da escola pública ajuda, inclusive, no nível de atenção que a prefeitura deve ter para com a comunidade. Esse raciocínio coletivo reforça a premissa existente da hipótese, pois ratifica a inquestionável existência de individualidades entre as comunidades e a premente expectativa de que a existência de equipamentos públicos se reflita em atenção da gestão pública para com o local, considerando as peculiaridades e necessidades de cada caso e de cada local.

Figura 17 – Gráfico da questão 09 do questionário aos responsáveis por alunos, membros do Conselho Escolar



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (2016).

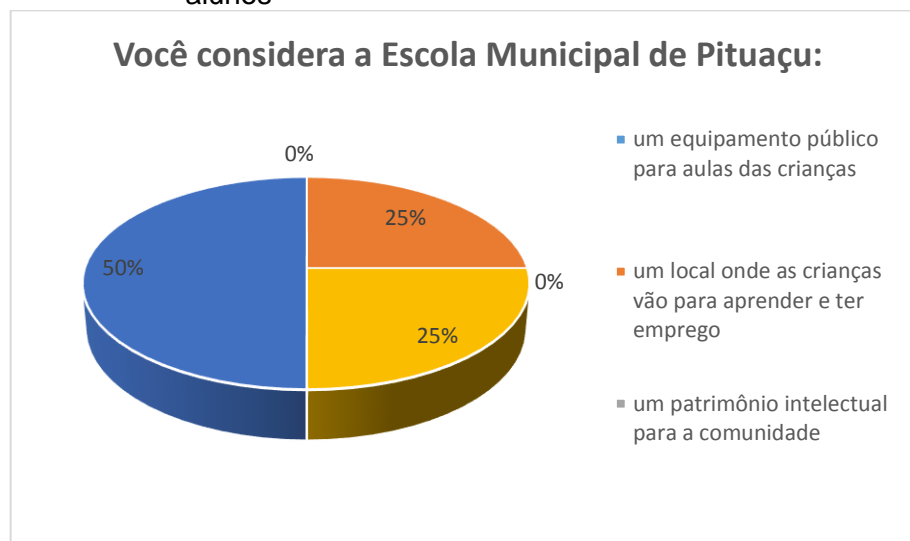
Vale ressaltar que no caso desta questão, a amostra foi limitada, porém qualificada, assim como o universo. Importante também considerar que $\frac{1}{4}$ das respostas apontam para a questão da coletividade, que faz a comunidade ganhar força em seus pleitos junto ao poder público.

Por fim, o então Subsecretário de Educação do Município, Eliezer Cruz, declarou em entrevista que “para a nossa gestão, mais importante do que o cumprimento à lei é o atendimento da demanda. Se existe uma unidade que precisa ter o seu prédio esvaziado por qualquer motivo, esgotaremos todas as possibilidades de manter as atividades em local próximo antes de transferir para outro local”.

Assim, apesar da dúvida sobre a real exequibilidade da lei em vigor, tanto o que nela está instituído, quanto a consideração sobre a expectativa e os anseios da comunidade, bem como o que é declarado como prática da gestão municipal, as variáveis sociais são consideradas quando é necessária uma eventual transferência de local de unidade escolar. Portanto, a hipótese está **confirmada**.

A segunda hipótese afirma que: A Escola Pública não é vista pela comunidade como patrimônio social. Vale ressaltar que 50% dos responsáveis pelos alunos da Escola Municipal de Pituaçu responderam em questionário que consideram a escola “um patrimônio da comunidade, que deve cuidar e preservar para o bem de todos”.

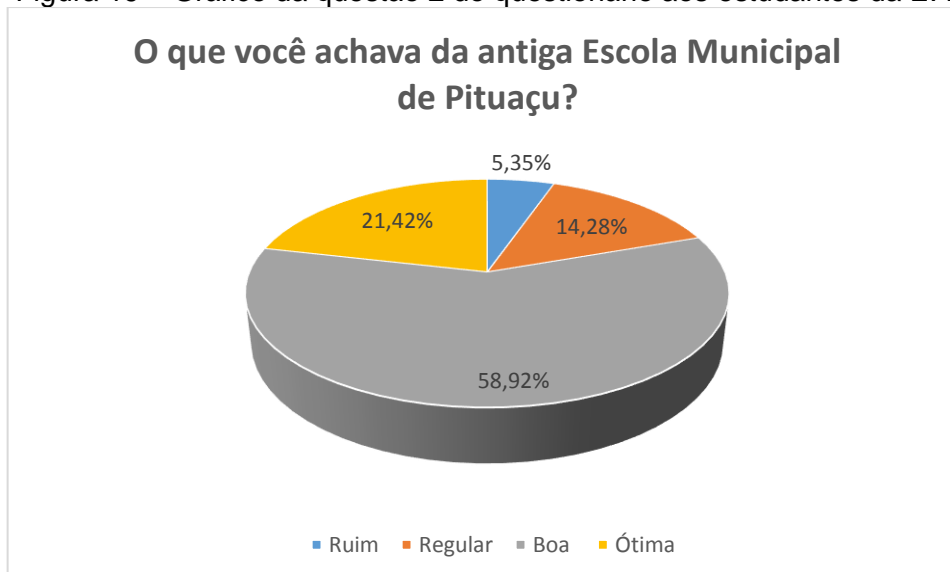
Figura 18 – Gráfico da questão 12 do questionário aos responsáveis pelos alunos



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (2016).

Vale observar que a afirmativa de que a escola “é um patrimônio intelectual da comunidade” e de que a escola “é um equipamento público para aulas das crianças”, foram desconsideradas pelos respondentes, o que demonstra uma clara relação entre a concepção de escola e conceitos equivocados ou rasos, por essa parcela da comunidade. Já 80% dos alunos pesquisados já consideravam a Escola Municipal de Pituáçu “boa” ou “ótima”, mesmo quando funcionava no antigo prédio.

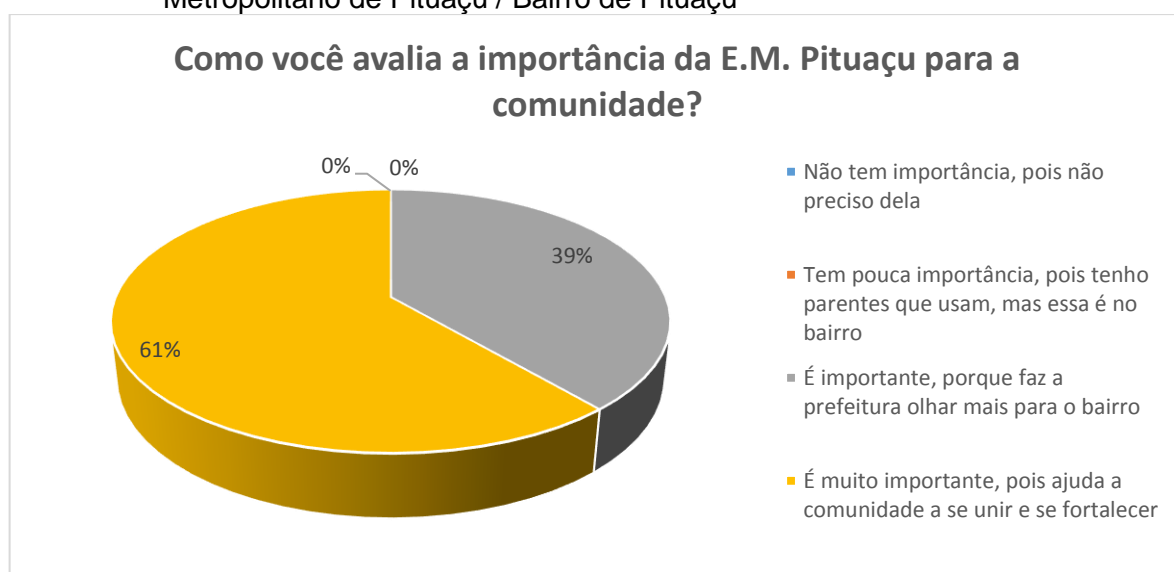
Figura 19 – Gráfico da questão 2 do questionário aos estudantes da E. M. Pituáçu



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (2016).

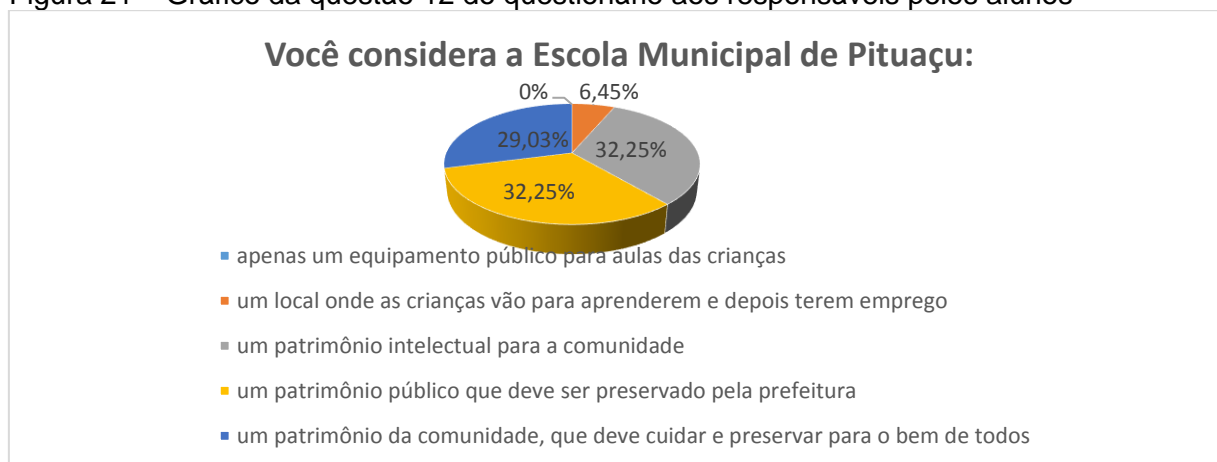
Vale considerar que 61% dos membros da comunidade pesquisados considerarem a escola “muito importante, pois ajuda a comunidade a se unir e se fortalecer”. Apesar disso e de forma contraditória, resgatando a resposta demonstrada anteriormente, 75% dos responsáveis pelos alunos acham que a escola “é importante, porque faz a prefeitura olhar mais para o bairro”; e outros 93% demonstram confusão na diferenciação entre um local de aprendizado, um patrimônio intelectual, um patrimônio público de um patrimônio da comunidade.

Figura 20 – Gráfico da questão 8 do questionário aos membros da comunidade do Parque Metropolitano de Pituaçu / Bairro de Pituaçu



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (2016).

Figura 21 – Gráfico da questão 12 do questionário aos responsáveis pelos alunos



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (2016).

Assim, o que fica perceptível é que predominantemente os entes da comunidade não tem o discernimento necessário para entender o que significa ser um patrimônio social, mas entendem a importância da escola em seu seio. Apesar dessa clara percepção e das incertezas, é possível considerar a hipótese **confirmada** pela negatividade e pelo contraditório de resposta objetiva por parte dos entes consultados.

A terceira hipótese investigada afirma que “As práticas diárias de uma unidade de educação pública não se restringem aos muros da escola e são instrumentos que a transformam em um espaço de socialização”. Mais do que um local onde é realizado o processo ensino-aprendizagem, a escola pública é, sobretudo, um espaço de reconhecimento de identidade e de socialização para uma comunidade. Segundo Eliezer Cruz:

Lógico que a secretaria entende a questão de identidade que é muito forte em nossas comunidades, mas um dos principais papéis do órgão é de promoção da igualdade. Não podemos pressupor uma sociedade construída com indivíduos em idênticas condições de busca por oportunidades se, por outro lado, temos grupos que se utilizam de suas idiossincrasias para estratificar a sociedade e promover diferenças. Concordamos com grupos que trabalham diferenças culturais ou maneiras distintas de tratar a percepção do entorno, dentro de um universo de igualdade. Portanto, ainda que trabalhemos um eixo curricular comum, a forma como esses conhecimentos serão tratados, trabalhados e absorvidos, vai depender das peculiaridades encontradas em cada comunidade e em cada unidade escolar.

O professor de Ciências da Escola Municipal de Pituaçu, Valter de Oliveira Correia Júnior, acredita que:

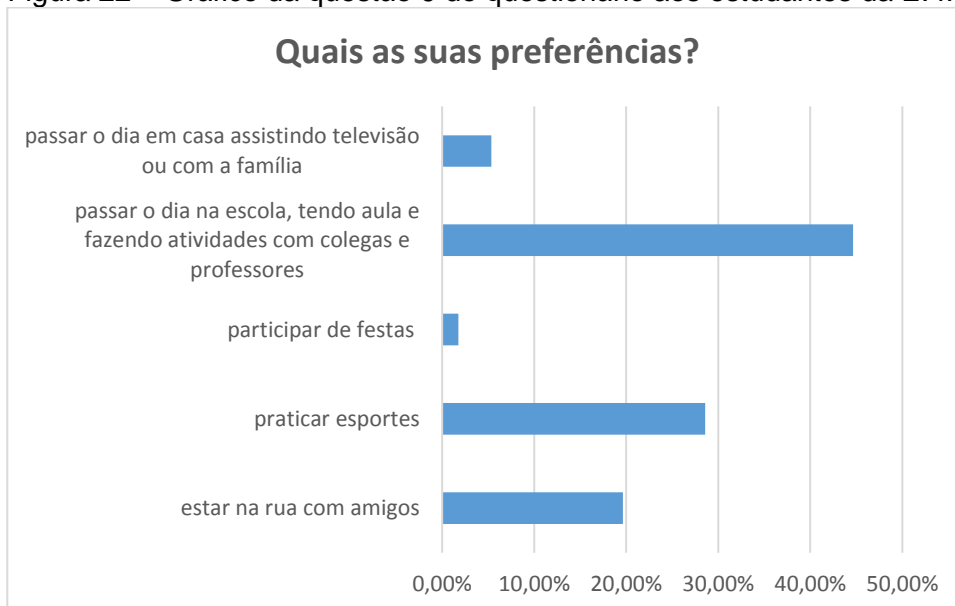
Qualquer comunidade é um complexo social que reúne variáveis como espaço disponível, público, privado, ocupado, desocupado, legalidade, necessidade, infraestrutura prevista e intervenções urbanas executadas, além da densidade demográfica, taxa de ocupação e qualificação humana. Assim, os conflitos resultantes de uma equação com tantas variáveis certamente apontarão para um conteúdo único e incógnito, mas que deve estar aberto aos demais conteúdos universais. Trabalhamos o tempo todo com essa incógnita em nossa frente e é para ela que buscamos as alternativas, através de atividades que independam de um espaço físico específico. Os nossos alunos devem estar preparados para o mundo e isso é algo que independe unicamente da condição socioeconômica.

Conforme demonstrado no capítulo 4 deste, a gestão da Escola Municipal de Pituaçu jamais se privou de realizar atividades extracurriculares, ainda que utilizando espaços adaptados, contando com o envolvimento de todos, principalmente do corpo docente e da comunidade, formada pelos moradores, pais e responsáveis pelos

alunos. Conceitualmente, a escola não é apenas um espaço de formação de bons profissionais, mas principalmente de cidadãos, no entanto, esses cidadãos precisam de referências espaciais para que sejam criadas as rotinas que ensejam o senso de pertencimento.

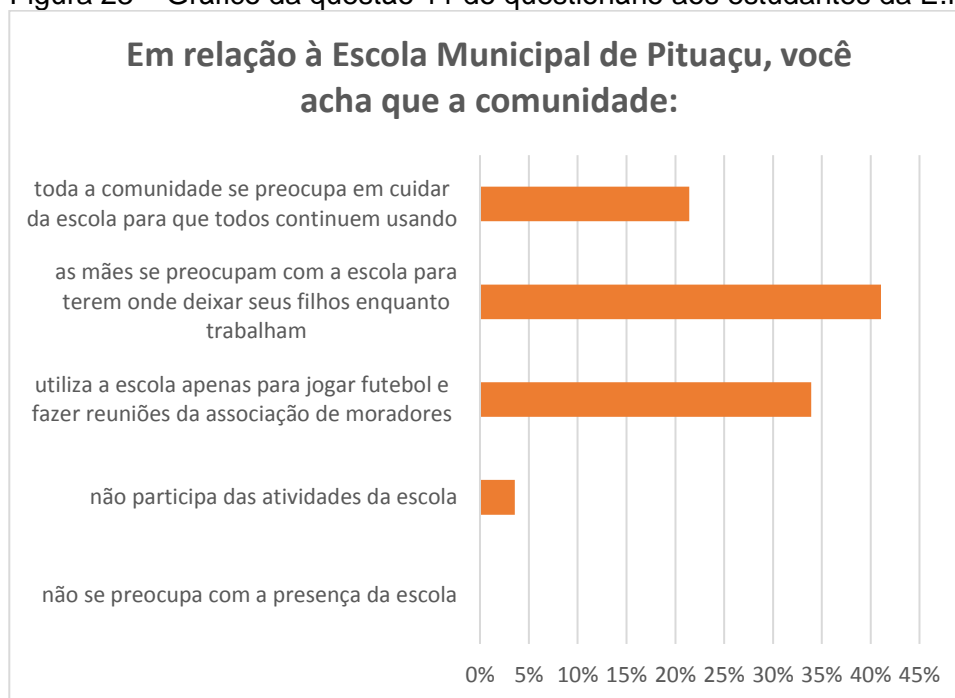
Apesar da clara falta de entendimento dos estudantes respondentes aos questionários aplicados em relação à Escala de Liekert, utilizada para aferição de graus de preferências e avaliações nas respostas, as respostas, dadas como sendo marcação única em questão de múltipla escolha, evidenciaram pontos importantes. Há uma nítida preferência por parte da comunidade estudantil, pelos esportes e pelo convívio com os colegas, bem como há um entendimento sobre a importância da escola do ponto de vista comunitário, conforme pode ser visto nos gráficos abaixo, cujos enunciados foram adaptados para o modo como foram entendidos.

Figura 22 – Gráfico da questão 9 do questionário aos estudantes da E. M. Pituaçu



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (2016).

Figura 23 – Gráfico da questão 11 do questionário aos estudantes da E.M. Pituaçu



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (2016).

O líder comunitário Frank Cerqueira, presidente da Associação Esportiva Cultural de Pituaçu e pai de um aluno da Escola Municipal de Pituaçu, é taxativo em afirmar:

Entendo que os professores fazem o máximo para prepararem nossas crianças para a sociedade, mas sei também que a condição entre elas e outras com melhor situação financeira é diferente diante de um vestibular ou do mercado de trabalho. Por outro lado, tenho certeza de que nós, pais que participamos da comunidade da escola, podemos ajudar muito nesse processo. O que as crianças precisam aprender para dentro e fora da escola, elas aprendem sem dever nada a uma escola particular, mas nós precisamos ensinar todos os dias a respeitar os limites pessoais e da coletividade. Ninguém é feliz lutando só pela sua felicidade. Meus filhos precisam crescer junto com os filhos dos outros, que são seus colegas e podem ser seus maiores amigos o resto da vida.

Conceitos teóricos vistos anteriormente, aliados aos depoimentos aqui inseridos fazem com que a hipótese seja considerada confirmada.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

No caso aqui descrito, a partir do que foi pesquisado como fundamentação teórica, e do que foi obtido de informações adicionais específicas do caso estudado, é possível analisar o fenômeno com o olhar crítico que a pesquisa científica exige, porém não distante como seria o mais adequado.

Nesta seção serão trazidas as conclusões às verificações feitas em torno da problematização do tema e das hipóteses levantadas, confirmando ou refutando cada uma delas, com o objetivo de que os resultados possam servir de referencial para estudos futuros.

Aqui também serão feitas considerações sobre o período em que transcorreu o caso estudado e algumas especificidades dos fatos, assim como também há algumas proposições a se fazer, com base no caso específico, utilizando resultados encontrados na pesquisa de campo e outras tantas informações que são fruto da lógica, do senso comum e do conhecimento empírico sobre as relações humanas.

6.1 CONCLUSÕES

A educação é tida unanimemente pela sociedade como a única forma de conferir à população uma perspectiva de equilíbrio nos acessos às condições futuras de emprego e renda entre crianças e jovens oriundos de escolas públicas e privadas. Essa premissa leva a crer que a obrigatoriedade de determinado investimento mínimo em educação pública por parte dos governos seja considerada coerente.

As instituições governamentais dispõem de instrumentos legais que determinam os parâmetros para a execução dos recursos destinados à educação pública. Essa obrigatoriedade legal deveria ser o suficiente para garantir unidades escolares com infraestrutura e em quantidade satisfatórias para a demanda existente por vagas em todos os níveis do ensino, desde a pré-escola até o nível superior.

Em redes públicas de ensino numerosas como a de Salvador, capital da Bahia, dotada de mais de 430 escolas, uma reestruturação completa para que todas elas sejam adequadas às condições mínimas exigíveis, demanda um período de tempo e um montante de recursos consideráveis e inviáveis para um ou dois mandatos eletivos. No entanto, é fundamental que os casos mais urgentes sejam tratados prioritariamente no sentido de evitar acidentes, bem como, que medidas de

intervenções preventivas não sejam mais possíveis, como foi o caso da escola Municipal de Pituáçu.

Como aconteceu em casos semelhantes, o fechamento da unidade, apesar de imprescindível e inadiável, foi lamentado por todos da comunidade escolar e demais membros da comunidade local. Segundo afirmações de moradores, a unidade era um tipo de ponto de encontro de todos e uma referência para a comunidade, já que é um dos únicos equipamentos públicos disponíveis no local.

Embora absurdas, situações dessa natureza são mais comuns do que se imagina, e algumas até em condições piores, pois as escolas sequer dispõem de imóvel próprio. Essa situação é fruto do processo deficiente de municipalização do Ensino Fundamental, aliado à incompetência da maioria dos governantes municipais, que enxergam nas escolas apenas cifras de repasses de recursos que recorrentemente têm sua finalidade desviada.

O flagrante descaso com as condições às quais as crianças são submetidas diariamente para frequentarem a escola com o objetivo de adquirir conhecimentos e formar sua cidadania, tornou-se uma tragédia anunciada. A maioria dos autores são taxativos em afirmar a viabilidade de uma educação pública de qualidade e defender as virtudes do processo educacional, dos profissionais e da escola pública.

A necessidade de deslocamento das atividades escolares para outro local, principalmente fora do seio da comunidade de origem, não é apenas a retirada de um equipamento que realiza o processo ensino-aprendizagem, mas de um veículo de identidade, de um vetor de alimentação da força social. Os alunos, professores e demais membros da comunidade sempre perdem algo mais do que apenas a escola.

A reinauguração da escola Municipal de Pituáçu confirmou a suspeita de que a comunidade local é extremamente atuante e busca intervir o necessário para que o processo de aprendizagem de suas crianças aconteça dentro das melhores condições.

6.2 RECOMENDAÇÕES

Considerando as condições observadas desde a identificação dos problemas na estrutura física da escola até a sua reinauguração, incluindo o nível de participação de cada ente envolvido, a forma de atuação e os resultados obtidos, é importante listar

algumas recomendações de medidas simples na condução de situações semelhantes por parte da prefeitura:

- a) Formação de um comitê misto permanente (com participação de profissionais da gerência de engenharia, professores e membros da comunidade) de avaliação da estrutura física das unidades escolares;
- b) Formação de um grupo permanente de manutenção preventiva das unidades escolares, orientado a partir das prioridades estabelecidas pelo comitê sugerido no item anterior e dotado de fundo específico fiscalizado pelo mesmo comitê em conjunto com o Fundo Municipal de Educação;
- c) Acompanhamento intensivo de situações identificadas como de prioridade absoluta, com a participação das gerências ligadas não apenas à estrutura física das unidades, mas também alimentação escolar, quadro docente, quadro funcional e desempenho escolar;
- d) Em caso de necessidade de deslocamento de atividades escolares, instalação de posto de atendimento provisório à comunidade para assuntos educacionais (por exemplo, instalando um posto avançado em um contêiner no local da escola), enquanto a unidade é demolida e reconstruída;
- e) Estabelecer um canal de atendimento para a comunidade, a fim de que esta seja mantida regularmente informada sobre o andamento do processo;
- f) Estabelecimento de um calendário de reuniões entre a gestão municipal e membros do conselho escolar e da comunidade;
- g) Promoção de atividades extracurriculares direcionadas para os alunos, pais e comunidade, no sentido de prepara-los para receberem uma escola nova, não apenas como um equipamento, mas demonstrando todas as suas potencialidades de uso.

Importante ressaltar que as ações aqui elencadas não resolverão, muito menos de imediato, os problemas encontrados na estrutura física de algumas unidades da Rede Municipal de Ensino de Salvador, mas sem dúvida que trarão benefícios e aumentarão o controle de determinadas situações a longo prazo. Além disso, as medidas também

estreitarão a relação entre o poder público do município e as comunidades. Nesses casos, uma relação inexistente ou deteriorada é metade do caminho para um processo fracassado.

A pesquisa deixou claro que é necessário compreender o nível de participação da comunidade na escola pública, assim como também é fundamental interagir com essa comunidade em busca de soluções para cada caso, independentemente de intervenções políticas. Mais importante do que apenas solucionar objetivamente os problemas apresentados, é entendê-los, buscar meios para solucionar as causas e minimizar as consequências.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luiz Fernando de C. P. **Asa duas faces da estabilidade no Serviço Público. Cidadania Direito e Justiça**. São Paulo: 2013. Disponível em: <https://cidadaniadireitoejustica.wordpress.com/2013/06/27/as-duas-faces-da-estabilidade-no-servico-publico/>. Acesso em: 17 out. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** (ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho). São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **O que é Política?** Trad. Reinaldo Guarany. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

_____. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001

BACELAR, Jeferson. Os últimos africanos em Salvador. In: A HIERARQUIA das raças. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.p 18.

BARROS, A.J.P. ; LEHFELD, N.A.S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis : Ed. Vozes, 1988.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

_____. **La Distinción**. Criterio y bases sociales del gusto. Madrid: Taurus, 1988.

_____. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

BRASIL. [Portal do Trabalho do Estado da Bahia]. Secretaria do trabalho, Emprego e Renda do Estado da Bahia – SETRE. Salvador, BA, 2012. Disponível em: <<http://www.portaldotrabalho.ba.gov.br/>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

_____. **Pesquisa do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/ssa/pedssa.xml>>. Acesso em: 21 jan. 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 9394- Fixa as Bases da Educação Nacional**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1996.

_____. Câmara dos Deputados – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **Projeto de Lei Nº8.035-B de 2010**. Redação Final do Plano Nacional de Educação. Brasília, 2010.

_____. Itamaraty. Ministério das Relações Exteriores. [Portal]. 2013. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista1-mat4.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

_____. Portal Brasil. Direitos e Deveres do Cidadão Andam Juntos. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/direitos-e-deveres-do-cidadao-andam-juntos>>. Acesso em: 19 out. 2013.

BRITO, Cristóvão de Cássio da Trindade de. **A produção da escassez de terrenos urbanos em Salvador e suas consequências na reprodução futura do espaço urbano**. 1997. 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CAMARGO, Paulo de. Parceria em Descompasso. **Revista Educação**. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/178/parceria-em-descompasso-245741-1.asp>>. São Paulo: 2012. Acesso em: 21 nov. 2014.

CANCIAN, Ana Karina. Reflexão e colaboração desencadeando mudanças – uma experiência de trabalho junto a professores de matemática. 2001. 163p. Dissertação (Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Departamento de Matemática – Universidade Estadual Paulista – Campus Rio Claro.

CANCIAN, Renato. **Comissão Justiça e Paz de São Paulo: gênese e atuação política (1972-1985)**. São Carlos: EdUFSCAR, 2005.

_____. **Legitimidade da autoridade política**. Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação. UOL Educação. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/planos-aula/legitimidade-autoridade-politica-1.jhtm>>. Acesso em: 21 nov 2015.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CAVALCANTI, Rodrigo de Camargo. Educação Enquanto Serviço Público. **Portal Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v.13, n.73, fev. 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7187>. Acesso em: 17 out. 2014.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, C. M. et al. **A educação na América Latina: um estudo comparativo de custos e eficiência**. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à era Vargas**. 3. ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. **Escola Pública, escola particular e a democratização do ensino**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

_____. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

DAMATTA, Roberto. **Que faz o Brasil, Brasil?** 11. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DOURADO, L. F. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 677-705, 2010.

EMBASA, EMPRESA BAIANA DE SANEAMENTO. **Sítio de pesquisa sobre serviços de tratamento de água e saneamento básico nos bairros da cidade de Salvador/BA**. Disponível em: <http://www.embasa.ba.gov.br/institucional/embasa/nossos_servicos/tratamento_agua>. Acesso em: 16 maio 2015.

ESCOLAS. **Revista Digital**. Escola Municipal de Pituacu. Disponível em: <<http://www.escol.as/122160-escola-municipal-de-pituacu>>. Acesso em: 19 out. 2013.

FERNANDES, Antonio Sérgio Araújo. Políticas públicas: definição evolução e o caso brasileiro na política social. In: DANTAS, Humberto ; JUNIOR, José Paulo M. (Org.). **Introdução à política brasileira**. São Paulo: Paulus, 2007.

FERREIRA, Carlos Maurício de C. Espaço, Regiões e Economia Regional. In: HADDAD, Paulo Roberto (Org.). **Economia regional: teoria e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A governamentalidade**. Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GHIRALDELLI JR, P.; SARDOC, M. (Org.). **Filosofia, educação e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação**. 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994. 240 p. (Col. Magistério. 2º grau. Série formação do professor).

_____. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

GOMES, Fabíola Borges. **Encantos e desencantos do Parque Metropolitano de Pituacu**: da preservação aos problemas ambientais. 2008. Dissertação (Instituto de Geociências) – Universidade Federal da Bahia – Salvador/BA, 2008.

GUIA Geográfico da Cidade do Salvador. Disponível em: <<http://www.cidade-salvador.com/seculo16/salvador-1549.htm>>. Acesso em 21/12/13.

GUIA de Serviços Públicos. Parque Metropolitano de Pituacu. Disponível em: <http://bahia.com.br/outros_servicos/parque-metropolitano-de-pituacu/>. Acesso em 20 jan.2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_cont_inua/>. Acesso em: 21 nov. 2013.

_____. **Pesquisa mensal de emprego**. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=38>. Acesso em: 20 jan. 2013.

_____. **Pesquisa de censo demográfico por cidades brasileiras**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292740&search=bahia|salvador>>. Acesso em: 4 mar. 2013.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de. **A metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

LEAL, Danubia. **Saberes em rede**: tecnologia social na Mata Escura. 2012. Dissertação (Desenvolvimento Regional e Urbano) – Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Salvador – Salvador/BA, 2012.

LEFEBURE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LEMME, P. **Memórias**. São Paulo: Cortez; INEP, 1988. 2v.

LOPES, António Simões. **Desenvolvimento regional**. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental crítica**: princípios teóricos e metodológicos. 1. ed. Rio de Janeiro: Hotbook, 2002.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert. **Manual de estilo acadêmico**: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. 5. ed. Salvador: EDUFBA, 2013.

LUDKE, M. ; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: Pedagógica e Universitária Ltda, 1986.

LUZ, José Augusto ; SILVA, José Carlos (Org.). **História da Educação na Bahia**. Salvador: Arcádia, 2009.

MERTON, Robert K. **Sociologia: teoria e estrutura**. Tradução Miguel Mailet. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. 1. reimp. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

NUNES, Antonieta d'Aguiar. **Política Educacional no início da república na Bahia: duas versões do projeto liberal**. 2003. Tese (Doutorado)- Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2003.

OLIVEIRA, Cleiton. **Municipalização do ensino do Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1999.

PARK, Robert Ezra. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, 2015.

PEDRÃO, Fernando. **A economia urbana**. Ilhéus: Editora da UESC, 2002.

PENSADOR. **Biografia de Aristóteles**. Disponível em: <<https://pensador.uol.com.br/autor/aristoteles/biografia/>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Os pobres na cidade: vida e trabalho-1880/1920**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

SALVADOR. [Sítio da Prefeitura Municipal de Salvador]. Disponível em: <<http://www.salvador.ba.gov.br/>>. Acesso em: 11 out. 2012.

SALVADOR. [Sítio da Prefeitura Municipal de Salvador]. Disponível em: <<http://www.salvador.ba.gov.br/>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

SALVADOR. [Sítio da Prefeitura Municipal de Salvador]. Disponível em: <<http://www.salvador.ba.gov.br/>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador**. Estudo de Geografia Urbana. Salvador: Universidade da Bahia; Livraria Progresso Editora, 1959.

_____. **A cidade como centro de região**. Definições e métodos de avaliação da centralidade. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1978.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio-técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2007.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e Reformas na Administração Pública. **Revista da Administração Pública**, n.43, mar./abr. 2009.

SSP - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - BA. [Portal]. Disponível em: <www.portalssp.ba.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2016.

SILVA, Antonia Almeida. As políticas públicas para a educação básica na Bahia nos anos 90: propostas e ações nas gestões de Antônio Carlos Magalhães e Paulo Souto (1991-1998). 2007. Tese (Doutorado) Universidade São Paulo - USP, São Paulo, 2007.

SILVA, Fernando Marinheiro da. Sobre a Indução em Francis Bacon. **Revista Urutagua – Revista acadêmica multidisciplinar quadrimestral**, mar. 2008. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/014/14silva_fernando.htm>. Acesso em: 6 jan. 2017.

SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de M; SILVA, Bárbara-Christine Nentwig. **Estudos sobre globalização, territórios e Bahia.** 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal da Bahia UFBA, Salvador, 2003.

SILVEIRA, Vladmir Oliveira da; ROCASOLANO, Maria Mendez. **Direitos humanos: conceitos, significados e funções.** São Paulo: Saraiva, 2010.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. **Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a. 1890.** 2006. 400 f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2006.

SMED - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SALVADOR. **Dados cadastrais da Escola Municipal de Pituaçu.** Disponível em: <http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/site/escola-dados.php?escola=118> . Acesso em: 20 dez. 2016.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. **Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890.** São Paulo: [s.n.], 2006.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, v.39, p.11-24, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E et. al. (Org.): **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania.** São Paulo: Ed. 34, 2001.

UZEDA, Jorge Almeida. A cidade de Salvador e a modernidade da máquina no período de 1935 e 1945. **Bahia Análise & Dados**, v. 19, p. 603-615, jul./set. 2009.

WIKIPEDIA. Enciclopédia livre. Pesquisa sobre o Parque Metropolitano de Pituacu. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_Metropolitano_de_Pitua%C3%A7u>. Acesso em: 21 jan. 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e método. Trad. Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O SUBSECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Nome:

Eliezer Freitas de Almeida Cruz Neto

Há quanto tempo trabalha na Secretaria Municipal de Educação?

Há três anos

Como você descreve a gestão da Educação do município de Salvador?

Existem muitas dificuldades, mas estamos em busca de balancear as possibilidades administrativas e financeiras do município, com as necessidades mais imediatas das escolas. Entendemos que cada unidade tem sua necessidade específica, seja de caráter físico, de pessoal ou até mesmo material, e tentamos formas de sanar esses problemas. Prova disso foi a implantação do Mapa Digital da Educação, em 2009, como uma ferramenta de gestão que alia o uso da tecnologia a uma dinâmica específica de mediação de interesses em prol do estabelecimento de prioridades em relação às necessidades de cada escola.

Qual a postura da Secretaria Municipal de Educação diante da situação enfrentada pela Escola Municipal de Pituaçu?

O caso de Pituaçu não é o único, mas nem por isso tratamos a situação com menos importância do que outros. Se por um lado a lei às vezes nos impede de sermos efetivos em relação a ações emergenciais, e temos que cumpri-la como gestores públicos que somos, por outro lado, “para a nossa gestão, mais importante do que o cumprimento à lei é o atendimento da demanda. Se existe uma unidade que precisa ter o seu prédio esvaziado por qualquer motivo, esgotaremos todas as possibilidades de manter as atividades em local próximo antes de transferir para outro local”. Foi o que fizemos em relação a Pituaçu, mas não conseguimos. Nesse caso específico, a segurança também pesou para que não conseguíssemos realizar a locação de um imóvel no local.

Quais medidas foram adotadas pela Secretaria para minimizar as consequências dessa ocorrência?

As áreas pedagógica e socioeducativa da Secretaria estiveram presentes em todos os momentos, junto a coordenação de patrimônio e de engenharia, buscando as melhores soluções conjuntamente. Tratou-se de um caso muito específico e em relação ao qual estivemos, muitas vezes, de pés e mãos atados. Dentro das condições que teríamos utilizando o espaço de uma escola do estado, procuramos sempre atender da melhor maneira possível, mas encontramos dificuldades em relação à estrutura disponibilizada para nossos estudantes e, principalmente, em relação à segurança. Procuramos também abreviar ao máximo o retorno da escola para a comunidade de origem e nos deparamos com a burocracia. Contudo, creio que o resultado foi muito melhor do que o que pensávamos e hoje podemos olhar para trás tentando retomar o brilhantismo que aquela escola sempre teve.

Como a gestão avalia o período pós-retorno da unidade após a inauguração do novo prédio?

Foi revigorante! A alegria da gestão da escola, dos professores, funcionários, moradores do local, e principalmente das crianças, compensaram todos os esforços. Hoje entendemos que a situação está “entrando nos eixos” e que a escola será ainda melhor do que o que era.

Como o senhor enxerga as diferenças entre as comunidades e as distintas formas de tratar cada uma delas?

Lógico que a secretaria entende a questão de identidade, que é muito forte em nossas comunidades, mas um dos principais papéis do órgão é de promoção da igualdade. Não podemos pressupor uma sociedade construída com indivíduos em idênticas condições de busca por oportunidades se, por outro lado, temos grupos que se utilizam de suas idiossincrasias para estratificar a sociedade e promover diferenças. Concordamos com grupos que trabalham diferenças culturais ou maneiras distintas de tratar a percepção do entorno, dentro de um universo de igualdade. Portanto, ainda que trabalhemos um eixo curricular comum, a forma como esses conhecimentos serão tratados, trabalhados e absorvidos, vai depender das peculiaridades encontradas em cada comunidade e em cada unidade escolar.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A GESTORA ESCOLAR

Nome:

Iracema Paixão

Há quanto tempo trabalha na Escola Municipal de Pituauçu?

Estou na Rede Municipal de Ensino há desde 2003 e sou gestora da Escola Municipal de Pituauçu desde 2009.

Como você descreve o bairro de Pituauçu?

Como em qualquer outro bairro popular, existem dificuldades como violência e muita interferência de algumas lideranças locais e políticas que se aproveitam da vulnerabilidade das pessoas. A infraestrutura de serviços públicos no local é bem deficiente e isso faz com que a escola esteja sempre no centro das atenções da comunidade. A urbanização e o saneamento básico também são muito precários, não existindo em boa parte da comunidade. Apesar de tudo isso, o bairro é bom e a comunidade é bastante participativa.

Qual a postura da Secretaria Municipal de Educação diante da situação precária do antigo imóvel da escola e da necessidade de desativar as atividades para reconstruí-la?

Quando a Secretaria tomou conhecimento da gravidade da situação através de relatório com fotos do estado crítico da estrutura do prédio, em outubro de 2009, encaminhou engenheiros para avaliação, mas só depois de o prédio ser condenado pela Defesa Civil, um ano depois, é que as providências para a desativação foram tomadas.

Faça uma breve descrição das condições impostas aos alunos e professores durante o período de deslocamento da Escola Municipal de Pituauçu para outro local.

O prédio da Escola Municipal de Pituauçu foi esvaziado no final de 2010 devido à interdição por parte da Defesa Civil. Em 2011, as atividades passaram a funcionar em um corredor com seis salas de aulas dentro do Colégio estadual Pedro Calmon, no bairro do Jardim Armação. Como era um local distante para se ir a pé, a Secretaria disponibilizou ônibus para o transporte diário dos alunos e esse procedimento nos causou muitos problemas. Faltavam ônibus ou a empresa enviava carros em péssimo estado e tinha a necessidade de fazer várias viagens, pois mandava apenas um para todos os alunos.

A nossa comunidade estudantil era adversária dos alunos do Pedro Calmon e os conflitos tornaram-se constantes logo após a mudança. Isso fez com que tivéssemos que nos manter confinados no pavilhão durante todo o período de aula para preservar a integridade de todos. Professores e gestão permaneciam no corredor, junto com os funcionários. Nesse mesmo local guardávamos nossas bolsas e pertences. No intervalo, era comum a indisposição entre os alunos da casa e nossos, que não

desenvolveram, obviamente, uma relação de pertencimento com aquela escola. Fato que foi agravado com o tempo.

A gestão era realmente separada. Tínhamos merenda diferenciada, o que era mais um entrave a ser superado, pois nossos alunos comparavam nossa merenda à do Pedro Calmon, geralmente mais diversificada e de melhor qualidade, oferecendo itens como feijoada e iogurte, impensáveis na gestão do município. No ano de 2012 fomos para a Escola Municipal Luiza Mahim, que tinha sido recém municipalizada. A condição dos nossos alunos melhorou um pouco, mas a dificuldade com o transporte e de pertencimento dos estudantes ao local continuou.

A nova Escola Municipal de Pituvaçu só foi reinaugurada em fevereiro de 2013 e foi um momento mágico para todos nós. Uma conquista!

Que tipo de prejuízos podemos elencar em relação à formação das crianças nesse período?

A partir do novo contexto, percebemos que existia um clima de medo, motivado pela disputa entre comunidades rivais; cansaço, resultado do deslocamento através de ônibus cedido pela prefeitura (não havia uma logística do município para este transporte, os alunos chegavam mais cedo a um ponto de encontro, no sol do meio dia no Parque de Pituvaçu, e lá esperavam o ônibus, professores, funcionários e gestão para o deslocamento. O mesmo acontecia na volta); percebemos também a falta de acolhimento, fomos recebidos, mas pairava um “sentimento de invasão” de espaço e nossos alunos sentiam-se acuados. Tudo isso gerou alguns prejuízos individuais para os estudantes, que perderam alguns itens fundamentais para a sua formação intelectual, como o cultivo de laços afetivos com os seus colegas e o estabelecimento de relações entre eles e o restante da comunidade.

Qual a postura do estado diante da necessidade de acolhimento dos alunos do município em suas dependências?

Pragmática e prática. Estabeleceu-se basicamente nas negociações e na solução de problemas pontuais, mas não interferiu durante o processo, apesar de todos os esforços de algumas pessoas que infelizmente não tinham poder de decisão. Não podemos dizer que a postura foi omissa, pois sempre percebemos muito boa vontade por parte das pessoas que tratavam diretamente conosco, mas para quem podia decidir, acredito que éramos apenas mais um problema a ser resolvido.

Houve prejuízo ou mudanças no quadro funcional da EM de Pituvaçu?

Sim. Professores e funcionários foram alocados em outras unidades escolares, e quando retornamos, não conseguimos trazer todos. Como durante a mudança reduzimos a quantidade de turmas e passamos a funcionar apenas em um corredor e no turno vespertino, a maior parte dos professores que eram exclusivos da nossa escola tiveram que complementar sua carga horária nas outras unidades, e os funcionários que foram considerados excedentes foram transferidos sem negociação.

Quais as mudanças mais perceptíveis após o retorno da escola à comunidade?

Encantamento e satisfação, pois é uma escola bonita e todos os envolvidos sentem que valeu a pena a espera e a luta pela escola. Também foi um alívio, porque a comunidade precisa de uma escola do segmento. O retorno da E.M. de Pituaçu significa mais de trezentas famílias com uma escola para seus filhos dentro do seu bairro. O fato de ser a primeira escola de tempo integral também é animador. Tenho certeza de que isso vai contribuir muito para diminuir os riscos sociais aos quais as crianças do bairro estão expostas e para aumentar as chances de que as mães consigam trabalhar tranquilas sabendo que seus filhos estão na escola.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES

1) **Nome:** *Maria de Fátima Pereira Soares*

Há quanto tempo trabalha na Escola Municipal de Pituauçu?

Desde 2006.

Qual a disciplina que leciona?

Ciências

Como você descreve o convívio da comunidade local com a Escola Municipal de Pituauçu?

Sempre foi muito bom. Em geral, os pais são muito participativos e os alunos sempre gostaram muito da escola. A comunidade sofreu junto conosco durante todo o processo. Eles enxergam na escola uma referência para a comunidade.

Como você descreveria o período do deslocamento da escola para outro local?

Foi muito difícil para todos nós. Apesar do difícil acesso, estávamos acostumados a chegar todos os dias em nossa escola e enfrentar a nossa rotina. Isso foi quebrado quando tivemos que ir para outra escola e perdemos nossos espaços, não fomos bem recebidos e muito do que aguentamos foi porque demos força uns para os outros. Colegas tiveram que sair e outros, como eu, tiveram que complementar a carga horária em outras unidades. Isso também foi muito difícil.

O risco de violência pelo qual nossos alunos passaram também nos deixou apreensivo durante um ano inteiro. Amenizou no segundo ano, mas não resolveu. Só podemos dizer que os problemas foram sanados com a reinauguração da escola.

Você acredita que houve prejuízos no processo de ensino-aprendizagem por conta desse processo? Quais?

Claro! O sacrifício que se tornou ir para a escola e o constante risco de violência, fizeram com que muitos deles perdessem totalmente o interesse em ir à escola e muito menos de estudar e se envolver nas atividades propostas.

Quais as mudanças mais perceptíveis após o retorno da escola à comunidade?

Nós todos ficamos muito felizes com o retorno. Além de recebermos uma nova escola, muito bonita e com uma estrutura muito melhor do que antes, percebemos que a comunidade estava totalmente envolvida com a importância daquela escola para a população do bairro e principalmente para as crianças.

2) **Nome:** *Humbelina Santos da Silva*

Há quanto tempo trabalha na Escola Municipal de Pituauçu?

Desde 2001

Qual a disciplina que leciona?

Português

Como você descreve o convívio da comunidade local com a Escola Municipal de Pituauçu?

É ótimo! Para mim a escola é uma segunda casa de verdade e acho que para as crianças também. Adoro as minhas crianças e as mães são muito carinhosas, mesmo com tanta dificuldade. A gente sente a preocupação delas em que a criança esteja na escola e não na rua, e isso é reconfortante. Eles gostam da escola e confiam em nosso trabalho, tanto que participam sempre que são convidados a participar.

Como você descreveria o período do deslocamento da escola para outro local?

Foi muito complicado, pois perdemos uma referência e tivemos que conviver com uma realidade que não era a nossa. Tivemos que nos adaptar a sobreviver enquanto tínhamos esperança de voltar. Eu me sentia em um barco afundando, mas os colegas professores se ajudavam um ao outro. Foi muito ruim ver colegas tendo que ir para outras unidades e ter que complementar carga horária em outro local também. Foi uma rotina muito ruim e desgastante, além da insegurança que tivemos que suportar durante esse tempo.

Você acredita que houve prejuízos no processo de ensino-aprendizagem por conta desse processo? Quais?

Sim. Todas as mudanças e os riscos constantes comprometeram tanto nossa capacidade de ensino, quanto a capacidade de aprendizagem deles. Foi uma reação em cadeia e ficamos todos enfraquecidos com isso tudo.

Quais as mudanças mais perceptíveis após o retorno da escola à comunidade?

Se a escola antes já era uma referência para os pais e para os alunos, hoje é mais ainda. Hoje, podemos fazer qualquer evento que a gente quiser que os pais sentem prazer em prestigiar. A escola tem estrutura para receber até o futebol de fim de semana dos pais! Isso é uma vitória! A escola está linda e ainda mais viva do que antes. Isso é muito importante para o nosso trabalho, porque não trabalhamos apenas os conhecimentos frios, trabalhamos com a vida e pela vida das crianças e dos jovens que atendemos todos os dias.

3) **Nome:** *Valter de Oliveira Correia Júnior*

Há quanto tempo trabalha na Escola Municipal de Pituaçu?

Desde 2003

Qual a disciplina que leciona?

História

Como você descreve o convívio da comunidade local com a Escola Municipal de Pituaçu?

Como a escola já existe desde 1997 e é a única que atende este segmento na comunidade, hoje ela é uma referência e a ausência dela significa um enorme prejuízo de identidade para todos. Não se trata apenas do carinho que a comunidade tem para conosco e com a escola, mas o que ela representa para eles. A escola estar aqui é uma forma de valorizar quem está aqui, quem mora aqui. Tenho certeza de que eles entendem assim.

Como você descreveria o período do deslocamento da escola para outro local?

Difícil! Foi um misto de descaso com frustração e incompetência. Se não fosse pelos meus colegas, que estavam no mesmo barco que eu, e por Iracema que sofria até mais do que nós por tudo isso, eu teria me sentido totalmente abandonado, tipo aquele funcionário que é colocado na geladeira, só que trabalhando.

Você acredita que houve prejuízos no processo de ensino-aprendizagem por conta desse processo? Quais?

Claro! Com a escola funcionando em um pavilhão de outra escola, com os estudantes enfrentando uma rotina sofrida e sendo diariamente ameaçados, não tinha como nós, professores, proporcionarmos a eles o protagonismo que eles merecem. Com isso, claro, eles se desinteressaram pela escola, tanto que alguns foram embora e outros vinham de vez em quando.

Quais as mudanças mais perceptíveis após o retorno da escola à comunidade?

Sinto como se estivéssemos prontos para escrever uma nova história. Não esquecendo as lições que o passado nos deixou até porque elas nos ensinam a fazer coisas diferentes quando enfrentamos situações semelhantes. Além do mais, o significado da escola para a comunidade não deve ter mudado, apenas estava adormecido ou desviado por outros sentimentos. No dia da reinauguração dava gosto de ver os olhos dos alunos brilhando. Confesso que até eu me emocionei. Ter uma estrutura digna para trabalhar e oferecer essa mesma dignidade para os alunos e suas famílias faz muita diferença.

4) **Nome:** *André Luiz Ribas Souza*

Há quanto tempo trabalha na Escola Municipal de Pituáçu?

Desde 2003

Qual a disciplina que leciona?

Matemática

Como você descreve o convívio da comunidade local com a Escola Municipal de Pituáçu?

É muito bom. Os alunos e a comunidade nos respeitam muito e convivem bem com a escola. A maior parte das queixas dos pais é em relação aos problemas com a Secretaria, apesar de às vezes pensarem que é coisa nossa. Quando explicamos, eles entendem nossos esforços e sempre que podem, contribuem para melhorarmos tudo em conjunto. As mães participam muito mais do que os pais, mas há muitos pais também sempre presentes na escola.

Como você descreveria o período do deslocamento da escola para outro local?

Uma catástrofe anunciada, né? Todos sabiam que ia ser ruim para todo mundo. Foi uma cadeia de coisas que aconteceram e nos deixaram reféns de uma situação que era esperada. A escola funcionando em frangalhos e enfrentando as consequências de erros que não cometemos. Por mais que algumas pessoas tivessem boa vontade conosco, estávamos em uma situação degradante.

Você acredita que houve prejuízos no processo de ensino-aprendizagem por conta desse processo? Quais?

Nós, professores, estávamos extremamente desmotivados e os alunos mais ainda. O resultado não poderia ser outro, a não ser por um milagre. Tenho consciência de fizemos tudo o que pudemos, menos mágica, que talvez fosse a única solução para que os estudantes tivessem um bom aproveitamento de estudos.

Quais as mudanças mais perceptíveis após o retorno da escola à comunidade?

Sinto pessoalmente e nos outros. Para mim, foi como me renovasse, para os estudantes e para a comunidade, foi como um sopro de vida. A comunidade se refere à nova escola com alegria e orgulho. Ao contrário de quando estávamos distantes, hoje estamos todos encontrando juntos novas motivações.

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM LÍDER COMUNITÁRIO.

Nome: *Frank Cerqueira Araújo*

Instituição que representa: *Associação Esportiva Cultural de Pituaçu*

Cargo/representatividade:
Presidente

Há quanto tempo reside no bairro de Pituaçu?
Desde 2000

Descreva seu bairro:
É um local interessante de viver, acolhedor e que tem os principais problemas de um bairro pobre, como a falta de assistência dos poderes públicos.

O que acha do bairro?
Bom, mas seria melhor ainda se não fosse a violência por causa das drogas que atrapalham essas crianças.

Sabe quantos moradores tem?
Não tenho registro dessa quantidade, mas as pessoas falam que tem mais de 26 mil moradores, incluindo tudo.

Quanto tempo tem o bairro?
É muito antigo. Tem gente que mora aqui há mais de 40 anos.

Quais os limites territoriais do bairro?
Pituaçu é cercado pelo Imbuí, Paralela e Patamares.

Quais são as associações de moradores do bairro?
Tem uma outra associação, que é a de moradores, mas não tem o trabalho social que a gente tem com as crianças e os adolescentes do bairro.

Quantos associados têm a sua associação?
Temos um cadastro de mais de 5000 pessoas, mas isso apenas pelas crianças que participam dos nossos projetos esportivos junto com seus familiares.

Quais as atividades de lazer no bairro?

No bairro mesmo não tem nada. A escola nova é um grande espaço de lazer, pois tem a quadra onde as pessoas jogam vôlei, futebol, basquete e ainda fazemos muitos eventos para as famílias.

Qual a importância que sua instituição tem para o bairro?

Hoje nós conseguimos reunir as crianças e adolescentes do bairro nos principais eventos esportivos, como o torneio de futebol e o de vôlei, na praia. Já conseguimos fazer mais de 150 crianças voltarem para a escola.

Tem conhecimento sobre a história do bairro? Caso sim, fale um pouco.

Não conheço muito sobre a história do bairro. Sei apenas que ele cresceu em torno do Parque.

Se pudesse mudar alguma coisa no bairro, o que seria?

Deixaria ele menos violento.

Cite 3 características positivas do bairro:

As pessoas se conhecem; as pessoas participam de tudo o que a gente faz e promove; temos vários tipos de serviços aqui.

Cite 3 características negativas do bairro

Falta asfalto nas ruas de cima; falta área de lazer para as crianças; falta segurança.

Como a sociedade vê Pituauçu?

Como mais uma favela de Salvador.

O que acha que deveria ser feito na área de 38hec. de Mata Atlântica que o bairro possui?

Acho que poderia reformar a ciclovia toda, revitalizar o camping, dar mais manutenção e mais segurança para o Parque Metropolitano

Qual a imagem que você tem da comunidade de Pituauçu?

São meus vizinhos, amigos e o meu povo. Eu quero que eles fiquem bem para eu também ficar. A comunidade participa e se interessa, mas tem que ter alguém para incentivar, para dar apoio e correr atrás.

APÊNDICE E – MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AOS RESPONSÁVEIS PELOS ALUNOS DA E.M. PITUAÇU

Data: _____

Nome: _____ Nascimento: / /

Endereço: _____

Tel. _____

Res.: _____ Celular _____ Recado: _____

E-mail: _____

Estado Civil: _____ Tem filhos? _____ Quantos? _____

ITENS QUE DISPÕE EM CASA	QUANTIDADE				
	0	1	2	3	4 ou +
Televisão em cores					
Rádio					
Banheiro					
Automóvel (passeio)					
Empregada (mensalista)					
Aspirador de pó / Vaporeto					
Máquina de lavar roupa / Tanquinho					
Vídeo cassete / DVD					
Geladeira					
Freezer (independente da geladeira)					

01. Há quanto tempo mora no bairro de Pituaçu?

- Até 6 anos (0%)
 6 a 10 anos (25%)
 10 a 15 anos (50%)
 Mais de 15 anos (25%)

02. Mora com quantas pessoas?

- 1 a 3 pessoas (50%)
 3 a 5 pessoas (25%)
 5 a 7 pessoas (25%)
 Mais de 7 pessoas (0%)

03. Quantas pessoas exercem atividade remunerada?

- Ninguém (25%)
 1 a 2 pessoas (75%)
 2 a 3 pessoas (0%)
 Mais de 3 pessoas (0%)

04. Renda Familiar:

menos de 01 salário mínimo	(25%)
01 salário mínimo	(25%)
02 a 03 salários mínimos	(50%)
03 a 05 salários mínimos	(0%)
mais de 05 salários mínimos	(0%)

05. É o (a) chefe de família?

Sim	(25%)
Não	(75%)

06. Qual a sua profissão?

50% - Doméstica
 25% - Auxiliar de Serviços Gerais
 25% - Mecânico

07. Esta empregado (a) no momento?

(75%) sim
 (25%) não

08. Com relação ao aluno da Escola Municipal de Pituaçu do qual é responsável:

A) Acompanha o desempenho dele nas atividades escolares?

Sim (100%)
 Não (0%)

B) Acompanha a frequência dele?

Sim (100%)
 Não (0%)

C) Você participa de atividades para pais e responsáveis?

Sim (25%)
 Não (75%)

D) Conversa com ele sobre a importância do estudo para o futuro?

Sim (50%)
 Não (50%)

09. Como você avalia a importância da E.M. Pituaçu para a comunidade?

Não tem importância, pois existem outras escolas na cidade (0%)

Tem pouca importância, pois apesar de existirem outras escolas, essa é perto de casa (0%)

É importante, porque faz a prefeitura olhar mais para o bairro (75%)

É muito importante, pois ajuda a comunidade a se unir e se desenvolver (25%)

10. O que achou mais difícil durante o deslocamento da escola para outro bairro?

Não me importo com isso	(25%)
Tive que sair do meu emprego, pois não tinha com quem deixa-lo no outro turno	(25%)
Deixamos de ter a merenda escolar, que me fazia economizar na comida de casa	(0%)
A preocupação com a segurança dele(a) em ter que se deslocar até lá e permanecer em outro bairro	(50%)

11. O que você acha que mais melhorou após a reforma da escola?

as instalações da escola	(75%)
o espaço para a comunidade fazer eventos e reuniões	(25%)
o laboratório de informática	(0%)
o interesse dos alunos pelas atividades escolares ao longo do dia	(0%)
o refeitório e a merenda	(0%)

12. Você considera a Escola Municipal de Pituaçu:

um equipamento público para aulas das crianças	(0%)
um local onde as crianças vão para aprender e ter emprego	(25%)
um patrimônio intelectual para a comunidade	(0%)
um patrimônio público que deve ser preservado pela prefeitura	(25%)
um patrimônio da comunidade, que deve cuidar e preservar para o bem de todos	(50%)

APÊNDICE F – MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES DA E.M. DE PITUAÇU

Data:

Nome: _____ Nascimento: / /

Qual local de nascimento? _____ Há quanto mora em Pituaçu? _____

Mora com quantas pessoas?

(33,9%) pai e mãe	(12,5%) avó
(5,35%) pai e madrasta	(1,78%) avô
(7,14%) mãe e padrasto	(1,78%) irmão (s)
(25%) Mãe	(0%) amigo (s)
(3,57%) Pai	(3,57%) outros (tios, primos, etc)
(5,35%) avós	

1. O que você acha do bairro de Pituaçu?

(17,85%) Ruim
(7,14%) Regular
(58,92%) Bom
(16,07%) Ótimo

2. O que você achava da antiga Escola Municipal de Pituaçu?

(5,35%) Ruim
(14,28%) Regular
(58,92%) Boa
(21,42%) Ótima

3. O que você acha da nova Escola Municipal de Pituaçu?

(0%) Ruim
(0%) Regular
(14,28%) Boa
(85,71%) Ótima

4. Quantos parentes seus (pais, tios, irmãos ou primos) também estudam na Escola Municipal de Pituaçu?

(7,14%) 1
(3,57%) 2
(0%) 3
(0%) mais de 3

5. De 1 a 4, o que você achava pior na antiga escola?

- 5,35% - a sala de aula
- 3,57% - o banheiro e a limpeza
- 83,92% - as áreas de recreação e esportes
- 7,14% - o refeitório e a merenda

6. De 1 a 4, o que você acha que piorou durante a reforma da escola?

- (10,71%) a sala de aula
- (46,42%) as atividades esportivas e recreativas
- (25%) a merenda escolar
- (17,85%) o conteúdo das aulas

7. De 1 a 5, o que você acha que melhorou após a reforma da escola?

- (7,14%) a sala de aula
- (25%) o banheiro e a limpeza
- (0%) o laboratório de informática
- (53,57%) as áreas de recreação e esportes
- (14,28%) o refeitório e a merenda

8. Sua família participa da sua vida escolar ou lhe cobra que estude para tirar boas notas?

- (37,5%) não participa e não cobra
- (12,5%) participa pouco e cobra pouco
- (10,71%) participa pouco, mas cobra muito
- (14,28%) participa muito, mas cobra pouco
- (25%) participa muito e cobra muito

9. De 1 a 5, quais suas preferências?

- (19,64%) estar na rua com amigos
- (28,57%) praticar esportes
- (1,78%) participar de festas
- (44,64%) passar o dia na escola, tendo aula e fazendo atividades com colegas e professores
- (5,35%) passar o dia em casa assistindo televisão ou com a família

10. De 1 a 5, o que você acha sobre a Escola Municipal de Pituçu?

- (10,71%) nela eu posso fazer o que quiser, porque a escola é pública
- (46,42%) eu tenho que cuidar da escola e respeitar colegas e professores, pois a escola é da comunidade
- (7,14%) frequento a escola apenas para ter aulas de esporte e música
- (21,42%) frequento a escola apenas para ter acesso a computador e internet
- (14,28%) frequento a escola apenas por causa da merenda

11. Em relação à Escola Municipal de Pituaçu, de 1 a 5, você acha que a comunidade:

(0%) não se preocupa com a presença da escola

(3,57%) não participa das atividades da escola

(33,92%) utiliza a escola apenas para jogar futebol e fazer reuniões da associação de moradores

(41,07%) as mães se preocupam com a escola para terem onde deixar seus filhos enquanto trabalham

(21,42%) toda a comunidade se preocupa em cuidar da escola para que todos continuem usando

**APÊNDICE G – MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MEMBROS DA
COMUNIDADE DO PARQUE METROPOLITANO DE PITUAÇU / BAIRRO DE
PITUAÇU**

Data:

Nome: _____ Nascimento: / /

Endereço: _____

Tel. Res.: _____ Celular _____ Recado: _____

E-mail: _____

Estado Civil: _____ Tem filhos? _____ Quantos? _____

ITENS QUE DISPÕE EM CASA	QUANTIDADE				
	0	1	2	3	4 ou +
Televisão em cores					
Rádio					
Banheiro					
Automóvel (passeio)					
Empregada (mensalista)					
Aspirador de pó / Vaporeto					
Máquina de lavar roupa / Tanquinho					
Vídeo cassete / DVD					
Geladeira					
Freezer (independente da geladeira)					

1. Há quanto tempo mora no bairro de Pituvaçu?

Até 6 anos (16%)
6 a 10 anos (6,45%)
10 a 15 anos (51,61%)
Mais de 15 anos (25,80%)

2. Mora com quantas pessoas?

1 a 3 pessoas (58,06%)
3 a 5 pessoas (19,35%)
5 a 7 pessoas (16,12%)
Mais de 7 pessoas (6,45%)

3. Quantas pessoas exercem atividade remunerada?

Ninguém (25,80%)
1 a 2 pessoas (67,74%)
2 a 3 pessoas (6,45%)
Mais de 3 pessoas (0%)

4. Renda Familiar:

menos de 01 salário mínimo	(16,12%)
01 salário mínimo	(67,74%)
02 a 03 salários mínimos	(9,67%)
03 a 05 salários mínimos	(3,22%)
mais de 05 salários mínimos	(3,22%)

5. É o (a) chefe de família?

Sim	(32,25%)
Não	(67,74%)

6. Qual a sua profissão?

Mais de 70% de domésticas ou auxiliar de serviços gerais.

7. Esta empregado (a) no momento?

Sim	(67,74%)
Não	(32,25%)

8. Como você avalia a importância da E.M. Pituauçu para a comunidade?

Não tem importância, pois não preciso dela	(0%)
Tem pouca importância, pois tenho parentes que usam, mas essa é no bairro	(0%)
É importante, porque faz a prefeitura olhar mais para o bairro	(38,71%)
É muito importante, pois ajuda a comunidade a se unir e se fortalecer	(61,29%)

09. Você soube do momento em que a escola foi deslocada para outro bairro?

Sim	(96,77%)
Não	(3,22%)

10. O que você achou da nova escola após a reforma?

Não sei, não vi e não me interessa	(0%)
Ainda não vi, mas vou visitar	(0%)
Vi e achei dinheiro jogado fora	(0%)
Achei muito bonita, mas existem outras coisas mais importantes	(45,16%)
Achei muito bonita e acho muito importante para a auto estima da comunidade	(54,83%)

12. Você considera a Escola Municipal de Pituauçu:

apenas um equipamento público para aulas das crianças	(0%)
um local onde as crianças vão para aprenderem e depois terem emprego	(6,45%)
um patrimônio intelectual para a comunidade	(32,25%)
um patrimônio público que deve ser preservado pela prefeitura	(32,25%)
um patrimônio da comunidade, que deve cuidar e preservar para o bem de todos	(29,03%)